



# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Faculdade Projeção de Ceilândia

Versão atualizada em dezembro de 2016.



# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Faculdade Projeção de Ceilândia

Ceilândia - DF

Nov./ 2016

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....	5
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO .....	6
3. REFERÊNCIAS LEGAIS.....	6
4. PERFIL INSTITUCIONAL .....	6
4.1 Histórico da implantação e desenvolvimento da instituição.....	6
4.2 Objetivos e Metas da instituição.....	8
4.2.1 Quantificação das metas .....	9
4.3 Missão institucional .....	12
4.4 Contexto educacional e inserção regional .....	12
4.4.1 Aspectos econômicos.....	13
4.4.2 Aspectos sociais .....	14
4.4.3 Aspectos culturais .....	15
4.4.4 Aspectos políticos .....	16
4.4.5 Aspectos ambientais .....	18
4.5 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos das práticas acadêmicas da instituição	19
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	22
5.1 Políticas institucionais no âmbito do curso.....	22
5.1.1 Políticas de ensino .....	22
5.1.1.1 Implementação no âmbito do Curso .....	27
5.1.2 Políticas de pesquisa .....	28
5.1.2.1 Implementação no âmbito do Curso .....	31
5.1.3 Políticas de extensão.....	32
5.1.3.1 Implementação no âmbito do Curso .....	37
5.1.4 Políticas de Educação a Distância (EaD).....	38
5.1.4.1 Implementação no âmbito do Curso .....	40
5.1.5 Políticas de Gestão.....	41
5.1.5.1 Escola Superior de Curso.....	43
5.1.5.2 Escola de Ciências Jurídicas e Sociais.....	44
5.1.6 Integração ensino, pesquisa e extensão.....	45
5.2 Objetivos do curso .....	46
5.2.1 Objetivo geral .....	46
5.2.2 Objetivos específicos .....	47
5.3 Justificativa do curso .....	47
5.4 Perfil de entrada discente .....	51

5.5 Perfil profissional do egresso.....	52
5.6 Proposta pedagógica do curso.....	55
5.7 Estrutura curricular .....	58
5.7.1 Flexibilidade curricular.....	58
5.7.2 Acessibilidade pedagógica e atitudinal.....	58
5.7.3 Teoria versus prática.....	61
5.7.4 Matriz curricular .....	63
5.7.5 Interdisciplinaridade e transversalidade.....	65
5.7.6 Núcleo Comum da Escola.....	67
5.7.7 Núcleo Comum da Faculdade Projeção de Ceilândia.....	67
5.7.8 Conteúdos curriculares .....	68
5.8 Metodologia .....	70
5.8.1 Metodologias de ensino e aprendizagem.....	72
5.8.1.1 Metodologias ativas de aprendizagem no âmbito do curso .....	73
5.8.2 Atividades de tutoria.....	74
5.8.4 Estratégias de operacionalização do currículo.....	75
5.9 Estágio supervisionado .....	78
5.10 Atividades complementares .....	79
5.11 Trabalho de conclusão de curso (TCC) .....	81
5.12 Apoio ao discente.....	82
5.12.1 Núcleo de apoio psicopedagógico ao estudante (NAPES) .....	83
5.12.2 Centrais de atendimento ao aluno (CAA/CAF).....	84
5.12.3 Incentivo à pesquisa e intercâmbios .....	84
5.12.4 Nivelamento de conteúdos.....	85
5.13 Tecnologia da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem (TICs).....	86
5.13.1 Acessibilidade as TICs.....	88
5.14 Sistemática de avaliação de aprendizagem.....	90
5.16 Sistema de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso .....	92
5.15.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA) .....	93
5.15.2 Avaliações externas .....	94
<b>6. CORPO DOCENTE .....</b>	<b>94</b>
6.1 Núcleo docente estruturante (NDE).....	94
6.1.1 Atuação do NDE.....	95
6.2 Coordenação de curso.....	95
6.3 Titulação do corpo docente.....	96
6.4 Regime de trabalho do corpo docente.....	97
6.5 Experiência profissional do corpo docente.....	98

6.6 Experiência do corpo docente no magistério superior.....	98
6.7 Produções científicas, culturais, artística ou tecnológica do corpo docente.....	99
6.8 Colegiado de curso.....	99
<b>7. INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>99</b>
7.1 Infraestrutura da instituição .....	99
7.1.1 Laboratório de informática .....	103
7.2 Infraestrutura específica do curso .....	104
7.2.2 Núcleo de Práticas Jurídicas .....	104
7.3 Biblioteca.....	105
7.3.1 Instalações físicas .....	106
7.3.2 Bibliografia básica .....	107
7.3.3 Bibliografia complementar .....	108
7.3.4 Periódicos especializados .....	108
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE I - EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
1. COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo. Moderna, 2006.....	110
3. FERREIRA, Delson. Manual de sociologia. São Paulo: Atlas, 2012. ....	110
1. Bueno, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016. ....	125
2. Didier, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – V.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016). ....	125
3. Humberto Theodoro - Curso de Direito Processual Civil – V.1.....	125
1. BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016. ....	131
2. DIDIER, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – v.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016). ....	131
3. THEODORO, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – v.1. ....	131
1. BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016. ....	132
2. DIDIER, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – v.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016) .....	132
3. THEODORO, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – v.1. ....	132
1. BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed, 2016. ....	140
2. DIDIER, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil –v.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016), 2017. ....	140
3. THEODORO, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – v.1, 2016. ....	140



## 1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

**Instituição Mantenedora:** GUATAG - Sociedade de Assistência Educacional S.S

**Endereço:** ST G Norte Nº 08 Área Especial **CEP:** 72.130-400

**Presidente:** Prof. Oswaldo Luiz Saenger

**Instituição Mantida:** Faculdade Projeção de Ceilândia

**Credenciamento:** 14 de julho de 2000

**Alteração do nome da mantida:** Portaria nº 1.671, de 14/10/2010 (DOU nº 198, de 15/10/2010)

**Endereço:** QNM 30, Módulo H, I, E, J, Região Administrativa IX – Ceilândia Norte **CEP:** 72.210-300

**Telefone:** (61) 3038-6100 / 3038-6116

**Site institucional:** [www.projecao.br/faculdade](http://www.projecao.br/faculdade)

**Diretoria Executiva:** Profª. Catarina Fontoura Costa

**Diretoria de Educação:** Prof. José Sérgio de Jesus

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Nome do Curso:** Curso de Direito

**Instituição Responsável:** Faculdade Projeção de Ceilândia

**Área Profissional:** Ciências Sociais Aplicadas

**Título conferido ao egresso:** Bacharel em Direito

**Autorização do Curso:** Portaria MEC Nº 403, de 29 de maio de 2015

**Regime de Matrícula:** Semestral **Nº de vagas anuais:** 200

**Carga Horária Total do Curso:** 4360 h

**Tempo mínimo de integralização:** 05 anos

**Tempo máximo de integralização:** 10 anos

## 3. REFERÊNCIAS LEGAIS

O processo de planejamento e de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso teve como eixos norteadores os documentos oficiais emanados pela Presidência da República, pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação e pela Câmara de Educação Superior que orientam e regulamentam a oferta dos Cursos Superiores de Bacharelado, a saber: Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96; Lei nº 10.683/2003; Lei nº 10.861/ 2004; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.773/2006; Resolução CNE/CES nº 2/2007; Decreto nº 8.268/2014; Lei nº 13.345/2016; Decreto nº 8.754/2016; Portaria MEC nº 1.134/ 2016; Parecer CNE/CES 776/97; Parecer CNE/CES 146/2002; Parecer CNE/CES 67/2003; Parecer CNE/CES 55/2004; Parecer CNE/CES2011/2004; Resolução CNE/CES 9/2004; Parecer CNE/CES236/2009; Parecer CNE/CES362/2011; Parecer CNE/CES 150/2013.

## 4. PERFIL INSTITUCIONAL

### 4.1 Histórico da implantação e desenvolvimento da instituição

A Faculdade Projeção de Ceilândia (FAPRO Ceilândia) iniciou suas atividades sob a denominação de Faculdade Cenecista de Brasília – FACEB, credenciada pela Portaria do Ministério da Educação – MEC, Secretaria do Ensino Superior – SESU,

Nº MEC nº 998, de 14/07/2000, publicada no DOU em 18 de julho de 2000. Os primeiros cursos autorizados e ofertados à época foram Sistemas de Informações e Turismo e sequencialmente foram autorizados novos cursos: Administração, Serviço Social, Licenciatura em Letras; Licenciatura em Pedagogia.

A Faculdade Projeção de Ceilândia, foi concebida como uma Instituição de Educação Superior, que deveria responder pelas ações sociais e filantrópicas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, um grupo educacional com 70 anos de existência que possui 136 unidades de Educação Básica, 19 unidades de Ensino Superior, atendendo alunos carentes e desenvolvendo ações e projetos voltados para o relacionamento com a comunidade.

Em agosto de 2009 a GUATAG – Associação de Assistência Educacional, mantenedora do Grupo Projeção, incorporou a Faculdade Cenecista de Brasília – FACEB, protocolizou processo de transferência de manutenção e alteração da denominação da mantida e em 2010, obteve aprovação do MEC através da Portaria nº 1671 de 14 de outubro de 2010, onde a FACEB passou a denominar-se Faculdade Projeção de Ceilândia – FAPRO.

Sob uma nova gestão administrativa e acadêmica a Instituição deixou de ser filantrópica, porém, o seu perfil de relacionamento com a sociedade e com o mercado foi preservado e aprimorado, mantendo a identidade de Instituição reconhecida pelo perfil dos egressos, por sua atuação social e pelo comprometimento de todos os seus agentes com a transformação da região em que a IES está inserida.

Atualmente, a Faculdade Projeção de Ceilândia ampliou o número de cursos em oferta, sendo eles: Sistemas de Informações (Portaria 1094 de 24/12/2015 DOU Nº 249, quarta-feira, 30 de dezembro de 2015), Serviço Social (Portaria Nº 821 de 30/12/2014), Administração (Portaria Nº 705 de 18/12/2013 DOU Nº 246, quinta-feira, 19 de dezembro de 2013), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Portaria Nº 868 de 09/11/2015), Ciências Contábeis (Portaria Nº 537 de 23/10/2013 DOU de Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2013), Pedagogia (Portaria Nº 286 de 21/12/2012), Gestão da Tecnologia da Informação (Portaria 249 de 30/06/2016.), Gestão de Recursos Humanos (Portaria Nº 494 de 29/06/2015), Gestão Pública (Portaria Nº 494 de 29/06/2015), Segurança da Informação (Portaria Nº 279 de 19/12/2012 DOU Nº 250, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012), Direito (Portaria Nº 403 de 29/05/2015), Pedagogia (Portaria Nº 286 de 21/12/2012), Letras (Portaria Nº 3094 09/09/2005). Os cursos superiores da FAPRO estão agrupados por Escolas Superiores de Curso que

congregam os cursos de mesma natureza, a saber: Escola de Tecnologia, Escola de Ciências Jurídicas e Sociais, Escola de Negócios e Escola de Formação de Professores.

A Faculdade Projeção de Ceilândia – FAPRO está localizada na região de Ceilândia, distante do Plano Piloto de Brasília a 26 Km, considerada região do entorno e caracterizada por atender a uma população identificada socialmente como classe “D” e “E”, predominantemente trabalhadores, que estão em busca de transformação social por meio do ensino.

#### **4.2 Objetivos e Metas da instituição**

O objetivo geral da Faculdade Projeção Ceilândia é oferecer aos discentes uma formação acadêmico-profissional que viabilize a produção, a apropriação e a socialização do conhecimento, para que possam compreender a realidade que os cercam e para que possam nela intervir ativa e progressivamente, desenvolvendo-a de forma integrada e sustentável. Os objetivos específicos são:

- Ampliar a oferta de cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e tecnólogos) e pós-graduação, atendendo às demandas regionais;
- Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Promover programas de educação continuada para professores e para o corpo técnico-administrativo;
- Ofertar disciplinas comuns na modalidade à distância;
- Promover parcerias e intercâmbios com a comunidade científica, empresarial e cultural do Brasil e do mundo;
- Estimular a integração da Instituição com a comunidade de sua área de influência, por meio de cursos, serviços e estágios;
- Contribuir para o desenvolvimento do saber e sua democratização;
- Acompanhar as evoluções na educação superior brasileira;
- Adequar as propostas pedagógicas dos cursos às demandas de mercado;
- Ofertar cursos e outros eventos de extensão que atendam aos interesses da comunidade interna e externa;
- Acompanhar os egressos dos cursos de graduação;
- Modernizar instalações e equipamentos.

i.

#### 4.2.1 Quantificação das metas

As metas propostas neste PDI, para o período de 2015 a 2019, são:

METAS		PRAZOS
1	Promover a qualificação do processo de Ensino e de Aprendizagem, obtendo conceito quatro (4) no Conceito Preliminar de Curso (CPC) e assim alcançar conceito quatro (4) no Índice Geral de Cursos (IGC).	2015 - 2019
2	Promover melhorias na estrutura de atendimento aos estudantes, onde no mínimo 75% dos estudantes estejam satisfeitos com a prestação de serviços da Instituição, observado o relatório da Comissão Própria de Avaliação - CPA	2015 - 2019
3	Manter atualizados os recursos tecnológicos e ampliá-los conforme a demanda	2015 - 2019
4	Criar e autorizar o curso de Educação Física (Bacharelado e Licenciatura)	2018 - 2019
5	Criar e autorizar o curso de Bacharelado em Direito	2015 - 2019
6	Criar e autorizar o curso de Logística	2015 - 2019
7	Criar e autorizar o curso de Secretariado Executivo	2015 - 2019
8	Aprimorar os serviços prestados pelo Núcleo de Atendimento Psicopedagógico – NAPES.	2015 - 2019
9	Fortalecer as atividades complementares no âmbito da extensão para os cursos, tais como, visitas de campo, seminários, ciclo de palestras e semanas acadêmicas.	2015 - 2017
10	Formar um quadro docente com 60% dos professores com titulação <i>strictu sensu</i> e 40% dos professores em regime de trabalho parcial e integral.	2016 - 2019
11	Implantar um novo laboratório de informática.	2017
12	Expandir e modernizar a Infraestrutura da Faculdade Projeção de Ceilândia.	2015 - 2019

Para atingir as metas elencadas, as diretrizes para a gestão administrativa e acadêmica da Faculdade Projeção de Ceilândia, no período de 2015-2019, se orientam pelos seguintes referenciais:

OPÇÕES ESTRATÉGICAS	DIRETRIZES
Crescimento	Que sejam desenvolvidas ações e políticas com a finalidade de captar e fidelizar alunos.
Gestão e organização dos processos	Que os processos de atendimento e de rotina de funcionamento dos cursos sejam organizados, gerenciados e aprimorados.
Gestão de pessoas	Que os colaboradores sejam treinados, orientados, acompanhados e supervisionados para que tenham

	condições de identificar as melhorias necessárias para aprimoramento do seu desempenho profissional e dos processos acadêmicos e administrativos.
Excelência acadêmica	Que o planejamento institucional e os procedimentos acadêmicos promovam a excelência acadêmica por meio de metodologias eficazes e inovadoras, voltadas para aprendizagem ativa e significativa.
Excelência no atendimento ao cliente	Que o atendimento seja eficiente e eficaz no sentido de deliberar de forma adequada, rápida e coerente em todas as situações.

A Faculdade Projeção de Ceilândia visa ter excelência na gestão educacional, merecer o reconhecimento da sociedade, pelo compromisso com a qualidade do ensino e da aprendizagem em todos os níveis de sua atuação, tornando-se objeto de desejo para os estudantes, de parceria na educação para as famílias e de excelência na prestação de serviço pela competência dos profissionais egressos de sua instituição.

Como suporte para o alcance das metas e desenvolvimento das opções estratégicas, as ações deverão ser norteadas pelo mapa estratégico abaixo, que prevê:

vii. MAPA ESTRATÉGICO	
. FINANCEIRA E . SUSTENTABILIDADE	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Garantir perenidade ao Grupo Projeção mantendo a lucratividade na operação das unidades educacionais;</li> <li>2. Precificar mensalidades compatíveis com a qualidade do serviço prestado que contribuam com a fidelização e captação de alunos;</li> <li>3. Criar e manter uma política de gestão de gastos adequada à qualidade dos serviços prestados pelas unidades educacionais;</li> <li>4. Reduzir e gerenciar com eficiência a inadimplência e os descontos. <small>xv.</small></li> </ol>
. xvi. CLIENTES E . xvii. MERCADOS . xviii.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aumentar a captação e retenção de alunos por meio de estratégias de marketing diferenciadas;</li> <li>2. Fortalecer a <i>imagem</i> e a comunicação institucional (externa e interna) através da estruturação de um departamento de marketing;</li> <li>3. Fortalecer o relacionamento da instituição com a sociedade e o mercado de trabalho;</li> <li>4. Expandir o ensino superior a partir da oferta de novos cursos de Graduação, Extensão e Pós- Graduação; <small>xxiii.</small></li> <li>5. Ofertar os cursos técnicos apoiado pelo PRONATEC.</li> </ol>

vii. MAPA ESTRATÉGICO	
xxiv. PROCESSOS xxv. INTERNOS xxvi.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Melhorar e consolidar a qualidade de ensino tendo como referência os indicadores oficiais;</li> <li>2. Ampliar e modernizar a infraestrutura da Faculdade Projeção de Ceilândia;</li> <li>3. Oportunizar o autoatendimento nas operações e serviços;</li> <li>4. Desenvolver a cultura da inovação, do empreendedorismo e respeito a diversidade;</li> <li>5. Fortalecer a extensão, a pesquisa e a Pós Graduação;</li> <li>6. Substituir o Sistema de Gestão Acadêmica. (SGA);</li> <li>7. Melhorar o processo de controle de frequência dos colaboradores;</li> <li>8. Consolidar a padronização e formalização dos processos internos por meio da manualização.</li> </ol>
xxiv. APRENDIZADO E xxxv. CRESCIMENTO xxxvi.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qualificar e capacitar professores e colaboradores;</li> <li>2. Qualificar as relações interpessoais criando um bom clima e ambiente de trabalho;</li> <li>3. Atualizar ambientes de aprendizagem e os sistemas de informação e comunicação.</li> </ol>

### 4.3 Missão institucional

A missão da Faculdade Projeção de Ceilândia é promover a construção do conhecimento, utilizando métodos inovadores de ensino e aprendizagem, formando cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e conscientes da responsabilidade social e ambiental, capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade, para que atinjam o sucesso acadêmico, profissional e pessoal.

### 4.4 Contexto educacional e inserção regional

A cidade de Ceilândia é o resultado do primeiro Centro de Erradicação de Invasões (CEI) que aconteceu no Distrito Federal (DF). Criada em março de 1971, com a população das invasões das Vilas do IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Morro do Querosene. Com a distribuição de lotes e a construção de barracos, o projeto urbanístico da cidade, elaborado pelo arquiteto Ney Gabriel, tomou a forma de um barril. Esse fato levou os moradores da Ceilândia a denominarem de Barril a área que recebeu os seus primeiros moradores.

A chegada constante de novos migrantes em Ceilândia, majoritariamente da Região Nordeste do país, e a criação do Programa Habitacional da Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS) direcionaram o governo a criar outras áreas em Ceilândia: foi criada a QNO (Quadra Norte “O”) em 1976, que é conhecida por todos como Setor “O”; em 1977, criou-se o Núcleo Guariroba, situado na Ceilândia Sul; em 1979 foram criados os setores “P” Norte e “P” Sul; em 1988, ocorreu o acréscimo do Setor “N”; em seguida, no ano de 1989, o Setor “Q”; e, em 1992, o Setor “R”. A Ceilândia é, portanto, composta pelas quadras: QNM, QNN, QNO, QNP, QNQ, QNR, dispostas em torno de dois eixos que se cruzam em um ângulo de 90° e pelo Setor Industrial, onde só podem ser instaladas indústrias não poluentes. Em razão do crescimento da população, a Ceilândia se tornou a nona Região Administrativa do DF. A RA IX foi criada pela Lei no 49/89 e o Decreto no 11.921/89. Por força do Decreto 10.348/87 de 28 de abril de 1987, ficou definido como data da fundação de Ceilândia, o dia 27 de março de 1971. Como resultado do fracionamento não planejado de terrenos rurais adjacentes à Ceilândia, esta RA passou a contar com mais dois setores

---

<sup>1</sup> Dados – [www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)

habitacionais – Sol Nascente e Por do Sol – declarados pelo censo do IBGE (2010) como a maior favela da América Latina.

É neste contexto regional que reúne população identificada como de classes C e D que a Faculdade Projeção Ceilândia está inserida. Destaca-se, ainda, que a Faculdade Projeção foi concebida como uma Instituição de Educação Superior (IES) privada que deve atender estudantes com realidades sociais distintas, e nem sempre tão privilegiadas, com ações e projetos voltados para o relacionamento com a comunidade, ressaltando valores que permeiam a cultura organizacional a excelência, a ética, a competência, o compromisso, a honestidade e, especialmente, a valorização do ser humano, voltados para consciência sociopolítica e respeito às questões ambientais e de sustentabilidade. A Faculdade Projeção Ceilândia representa para seus estudantes uma alternativa de mobilidade social, cultural, profissional e de qualidade de vida, visto que a maioria deles é oriunda de Ceilândia e de regiões do entorno<sup>2</sup> do DF.

#### **4.4.1 Aspectos econômicos**

A Ceilândia é a RA que tem o maior número de comerciários do DF (mais de 100 mil), onde o comércio tem recebido investimentos relevantes do governo local. Nos últimos quatro anos, foram mais de R\$ 150 milhões investidos em obras de infraestrutura, como asfalto, saneamento, água, luz, esgoto, iluminação, calçadas e meios-fios, principalmente no Setor Industrial e na Área de Desenvolvimento Econômico (ADE). O parque industrial tem 1,2 mil empresas – outras cem estão em fase de implantação –, sendo a maior parte constituída de fábricas de pré-moldados, alimentos e móveis, de acordo com a Federação das Indústrias de Brasília (FIBRA).

A renda domiciliar média da população de Ceilândia é da ordem de R\$2.407, e a renda per capita é de R\$604. Ceilândia possui dinamismo próprio e oferece um terço dos postos de trabalho aos seus moradores. Mesmo não estando entre as maiores rendas per capita do DF, a cidade é lugar de oportunidades para quem quer investir e empreender, sendo hoje reduto da classe C. Não por acaso, grandes empresas, como o Grupo Pão de Açúcar, instalaram-se na cidade. Sete feiras permanentes, entre elas a criada para atender os vendedores ambulantes, também marcam presença. A Feira Central, a mais tradicional, conta com 460 boxes.

---

<sup>2</sup> Cidades goianas que fazem divisa com Distrito Federal.

Segundo a Associação Comercial de Ceilândia (ACIC), lojas, escritórios de advocacia, cabeleireiros e cartórios representam a maior parte da economia da cidade, com 7,8 mil estabelecimentos do tipo. Entre os moradores que estão em condições de trabalhadores, um terço atua no comércio, e 23,1%, na área de serviços em geral e outras atividades. Ainda assim, em um contexto geral, em todo o DF, o número de trabalhadores com carteira assinada teve redução. Em 2015, havia 589 mil pessoas em situação formal de emprego. Em março de 2016, registraram-se 571 mil. Em relação a autônomos, porém, o levantamento indica aumento na quantidade. Em um ano, estima-se que cerca de 10 mil novos trabalhadores ingressam nesse tipo de ocupação. O trabalho informal avança no DF, isso é verificado principalmente ao redor de feiras, em estacionamentos e nos centros comerciais. De acordo com levantamentos recentes, são mais de 180 mil trabalhadores informais em atividade hoje na capital da República, não sendo diferente, especialmente em Ceilândia, por ter o maior número de comerciários do DF.

#### **4.4.2 Aspectos sociais**

Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2015-16), coordenada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 72,12% das pessoas que moram em Ceilândia não estudam, 23,47% estudam em instituições de educação públicas e 4,41% estudam em instituições de educação particulares. Considerando a parcela da população da Ceilândia que se declaram estudantes, 35,96% têm nível fundamental incompleto, 23,94% têm nível médio completo, e 6,02%, têm superior (incluindo especialização, mestrado e doutorado). Há, ainda, 17.510 pessoas acima de 15 anos sem alfabetização. Dos alunos moradores de Ceilândia, 84,50% frequentam escolas na região; 9,40%, em Taguatinga; e 2,86%, no Plano Piloto. Quanto às possibilidades de ensino, existem na Ceilândia 88 escolas públicas, 47 escolas particulares e 7 Instituições de Educação Superior privadas. Além disso, Ceilândia conta com um campus da Universidade de Brasília, que reúne seus cursos da área de saúde e dois campi do Instituto Federal de Brasília, que atende a população, sobretudo, com cursos técnico-profissionalizantes integrados e subsequentes.

A Faculdade Projeção Ceilândia releva os aspectos sociais da região a qual está inserida, referindo-se ao desenvolvimento econômico e social, considera,

especialmente, a sua contribuição em relação à inclusão social, à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Tendo em vista que a promoção de educação é a chave para construção de uma sociedade saudável, a IES, em diálogo com diversos setores sociais, buscar integrar o avanço da ciência às necessidades regionais, desenvolvendo um trabalho de socialização e um aperfeiçoamento integral do ser humano, por meio de diversas ações que envolvem ensino, pesquisa e extensão. Assim, além das atividades acadêmicas, há articulações com o Núcleo de Desenvolvimento Científico e o Núcleo de Extensão.

A Ceilândia conta com movimentos sociais e de afirmação como o Movimento Pró-Moradia e Popular por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM), Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização (GPTA) de Jovens e Adultos, a Associação dos Catadores de Ceilândia, e ainda conta com uma célula representativa da Central Única das Favelas (CUFA). No centro da cidade há a tradicional Praça do Cidadão, espaço que reúne centros de oficinas para jovens e adultos, atendimento jurídico e biblioteca.

No que se refere à infraestrutura social, o acesso à internet pelo celular é realidade para 18,35% da população local e, pelo computador de casa, para 45,35%. Por outro lado, 34,73% dos moradores não acessam a rede mundial de computadores. Em Ceilândia, 61,89% dos domicílios ocupados têm internet, e 44,82%, TV por assinatura. Dos responsáveis pelos domicílios, 71,72% são homens. Do total, 44,84% estão na faixa etária com mais de 55 anos. Nos últimos anos, houve duplicação da proporção de moradores com nível superior, um aumento no número de acesso a computador e melhorias na condição dos domicílios. A totalidade possui abastecimento de água, 80% estão ligados aos serviços de esgoto e 82,4% têm coleta de lixo.

#### **4.4.3 Aspectos culturais**

Reconhecida por ser a cidade mais nordestina do DF, a Ceilândia assume características típicas desta cultura. Sua Feira Central, por exemplo, é conhecida pela população como Recanto dos Nordestinos, pois, dentre suas atrações, estão costumes, comidas, artesanatos e vestimentas nordestinas.

A Ceilândia é a única Região Administrativa do DF que conta com um

monumento arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). Este monumento é a Casa do Cantador, que é um dos grandes orgulhos da cidade, considerada como Palácio da Poesia e da Literatura de Cordel. Neste refugio modernista é possível apreciar diversas manifestações populares nordestinas como apresentações de repente e embolada, exposições de histórias de Cordel, shows e festas típicas que acabam se incorporando à rotina ceilandense.

Ceilândia não respira apenas ares nordestinos. É uma cidade jovem, multicultural e palco para a força de expressão da cultura Hip Hop, típica das periferias. Por toda a cidade é possível observar as manifestações representadas nas inúmeras paredes grafitadas, nas esquinas onde se houve o som das músicas de Rap e nos próprios cidadãos que incorporam a expressividade da cultura local. Por outro lado, Ceilândia abriga um evento anual chamado de Maior São João do Cerrado, que marca as comemorações juninas na cidade. Para reforçar ainda mais o pluralismo cultural da Ceilândia, a cidade que por anos acolheu a Passarela da Alegria, maior espaço carnavalesco de Brasília, ainda mantém sua escola de samba local, Águia Imperial, que é a segunda escola mais premiada nos desfiles de carnaval do DF.

A cidade congrega um Centro Interescolar de Línguas (CILC), que oferece cursos gratuitos de idiomas, dentre eles, Inglês, Francês, Espanhol e Japonês; dois Centros de Atendimento Integral à Criança (CAIC), Anísio Teixeira e Bernardo Sayão; dois Centros Olímpicos e Paralímpicos; que dispõe de várias modalidades esportivas gratuitas; dois ginásios poliesportivos; e duas bibliotecas públicas. Ceilândia conta ainda com um teatro de grande expressão, Teatro Newton Rossi, que é mantido pelo SESC, que, além do teatro, oferece espaços recreativos e esportivos.

Com uma área de influência cultural bem definida, a Faculdade Projeção de Ceilândia dispõe de um espaço de convivência acadêmica, onde acontecem manifestações culturais dos discentes que perpassam as idiosincrasias culturais locais e promovem o respeito à diversidade.

#### **4.4.4 Aspectos políticos**

O Distrito Federal está localizado na Região Centro-Oeste sendo a única unidade da Federação que não possui município. Sua estrutura administrativa divide-se em 31 Regiões Administrativas que foram criadas com o objetivo de promover uma

maior descentralização administrativa e permitir o desenvolvimento socioeconômico da região e possibilitar melhorias na qualidade de vida da população.

Cada região administrativa, cujos limites físicos subdividem-se em zonas urbanas e rurais, possui uma Administração Regional que goza de competência governamental para coordenar os serviços públicos de natureza local. Taguatinga integra a Região Administrativa III, e como já dito, conta com uma população de aproximadamente 222 mil habitantes.

A Faculdade Projeção Ceilândia está 26 quilômetros de distância do Plano Piloto, Brasília. Ceilândia é tida como a maior RA do DF, em termos de densidade urbana, e possui aproximadamente 600.000 habitantes, correspondendo a 18,87% da população do Distrito Federal, maior colégio eleitoral do Distrito Federal. Ceilândia está relativamente perto de outras regiões administrativas, em especial Taguatinga (5 km); Samambaia (6 km); Riacho Fundo (12 km); Recanto das Emas (12 km); configurando importante proporção territorial do Distrito Federal<sup>3</sup>.

Nos últimos anos, Ceilândia registrou ganhos significativos na área política, econômica e social do DF. Várias lideranças políticas do Distrito Federal surgiram na Ceilândia, a exemplo da ex-governadora Maria de Lourdes Abadia, primeira administradora da cidade; do ex-administrador da cidade, ex-senador e atual governador do Distrito Federal, Rodrigo Sobral Rollemberg; além de seu vice-governador, Renato Santana da Silva, que reforçam a importância e participação da cidade na política do DF.

Desde a criação de Brasília, e da Ceilândia principalmente, muitos movimentos vêm lutando por condições mínimas de saúde, habitação e qualidade de vida, e ainda há a luta pelo respeito e pela diversidade.

O principal órgão público da cidade é a Administração Regional de Ceilândia, responsável pela gestão da RA, cujo administrador é nomeado pelo governador do DF. Destaca-se, ainda, a ACIC, órgão privado dirigido pelos principais empresários da cidade, os quais são ligados aos movimentos e lideranças políticas da cidade. A Associação teve papel de destaque no movimento que impediu a divisão da cidade em duas regiões administrativas (Ceilândia Sul e Ceilândia Norte).

---

<sup>3</sup> Administração Regional De Ceilândia. Disponível em: <<http://www.ceilandia.df.gov.br>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

Grande parte das cidades do DF é constituída por núcleos em fase de consolidação e caracterizados pela formação de populações com evidentes carências de serviços públicos e comunitários, adequados à inserção socioeconômica dignificante, destacando-se serviços educacionais, de saúde e segurança. Ceilândia, por sua vez, conta com um hospital regional; uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA); doze centros de saúde; o 4º Grupamento de Bombeiros Militar (GBM); três Delegacias de Polícia Civil; uma Delegacia da Criança e do Adolescente; um Batalhão da Polícia Militar (8ª BPM); quinze postos de segurança comunitária; um Tribunal Regional de Justiça; um Fórum; e quatro cartórios<sup>4</sup>.

Entende-se, também, que o projeto pedagógico do curso materializa-se no cotidiano, através das práticas que o caracterizam, dos modelos que estimula, das atitudes e valores que promove e incentiva, assim como dos recursos materiais disponíveis. E tal materialização é tão importante para a formação do profissional quanto o conhecimento técnico. De maneira que a IES se ocupa em promover eventos interativos que possibilitem a participação ativa dos acadêmicos em conjunto com a comunidade local.

#### **4.4.5 Aspectos ambientais**

A Ceilândia possui parque ecológico, Parque do Setor O, e diversos Pontos de Encontro Comunitário (PEC), que constituem espaços de convivência e de prática de educação física. Ainda em Ceilândia há Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Descoberto, com 3.905 ha; Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Parque Juscelino Kubstchek, com 2.311 ha; Parque da Lagoinha, com 61 ha; Parque das Corujas, com 3ha; e Parque Vivencial do Descoberto, com 350 ha.

O clima da Ceilândia<sup>5</sup> é tropical semi-úmido, com duas estações bem definidas: o verão e o inverno. A temperatura média é de 21° C e a precipitação pluviométrica é de 1.750 mm. A umidade relativa do ar, oscila em 60%, chegando a menos de 20% em alguns períodos da tarde, nos meses de julho e agosto.

A região apresenta relevo caracterizado por chapadões sedimentares arenosos, surgindo ribeirinhas nas chapadas. O solo é constituído por sedimentares

---

<sup>4</sup> Anuário do Distrito Federal. Disponível em <http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-ix-ceilandia/>. Acesso em: 06 jul. 2016.

<sup>5</sup> Fonte: [www.ceilandia.df.gov.br](http://www.ceilandia.df.gov.br)

antigos e com alto índice de acidez. As matas ciliares servem como proteção aos mananciais que abastecem a Chácara Beta e dão origem aos córregos das Corujas e Guariroba.

Neste contexto de aspectos ambientais, a Faculdade Projeção Ceilândia, se mantém preocupada com suas reponsabilidades socioambientais e, dentre outras ações, promove projetos articulados com seu Núcleo de Extensão, que prima pelo seu selo de Instituição Socialmente Responsável, acreditado pela Associação Brasileira de Mantenedoras da Educação Superior.

#### **4.5 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos das práticas acadêmicas da instituição**

A Faculdade é uma obra em permanente construção, nunca acabada, em movimento e em constante questionamento de sua identidade e de sua efetividade. No Brasil, em especial por sua recente existência, a universidade ainda está em processo de construção. Diante deste contexto, as IES privadas estão conquistando seu espaço de atuação e possuem diversos desafios em meio ao recente processo concorrencial instalado e com diferentes formatos jurídicos, organizacionais e societários (Colombo e Rodrigues, 2011, p. 189).

A construção histórica da identidade, portanto, da Faculdade Projeção de Ceilândia vem se moldando por meio dos desafios apresentados e pela rede de relações, em que todos os atores envolvidos na vida acadêmica orientam-se por princípios e métodos que devem perpassar as suas ações cotidianas. Deste modo, os princípios e valores da Faculdade Projeção de Ceilândia expressam:

Na Gestão:

- Gestão participativa, transparente, descentralizada e planejada;
- Qualidade, coerência e eficácia nos processos e nas ações;
- Racionalidade na utilização dos recursos;
- Valorização e capacitação dos profissionais;
- Justiça, equidade, harmonia e disciplina nas relações de trabalho;
- Compromisso socioambiental;
- Respeito à biodiversidade, à diversidade étnico-ideológico-cultural e aos valores humanos.

Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão devem primar por:

- Excelência na formação integral do cidadão;
- Universalidade de campos de conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e concepções pedagógicas;
- Equilíbrio nas dimensões acadêmicas;
- Inserção na comunidade.

Para tanto, a práxis pedagógica da Faculdade Projeção de Ceilândia se baseia:

- 1)** No binômio teoria/prática que favoreça nos alunos a elaboração de um pensamento capaz de atender as exigências da sociedade brasileira;
- 2)** No aprofundamento dos conhecimentos do curso escolhido pelo aluno sem perder de vista o conjunto de informações centrais que permitem a integração de conhecimentos filosóficos, sociais e biopsicológicos no tratamento multidisciplinar dos problemas apresentados;
- 3)** No incentivo a atitudes relacionadas com a busca criadora da solução de problemas, acentuando a importância da flexibilidade de estruturas mentais que assegurem a receptividade às mudanças e à modificação da conduta técnico-pessoal-social do profissional da educação.

Além disso, a articulação do ensino com as iniciativas de pesquisa e de extensão deverá considerar a aproximação com o mundo do trabalho, não como definidor de suas políticas internas, mas como elemento importante para dupla conscientização:

- a) a do pesquisador e do extensionista, ao aceitarem também como desafio acadêmico a busca de soluções para problemas práticos, com a possibilidade de interferir, indiretamente, nas formas de gestão e nas relações de trabalho; e
- b) a do mundo do trabalho, que poderá ser beneficiado com os conhecimentos disponibilizados por essas iniciativas, mas precisará submeter-se às exigências decorrentes do “rigor acadêmico” que, necessariamente, revestem tais atividades.

A Faculdade Projeção de Ceilândia por sua concepção social reconhece que a ação pedagógica está presente em todas as dimensões e estruturas que caracterizam a IES, não se reduzindo, portanto, somente àquilo que ocorre na sala de aula e nos conhecimentos construídos pelos alunos, mas em todas as instâncias de vivência acadêmica que contribuem para a construção e ressignificação dos saberes.

Entende-se, também, que o projeto pedagógico de cada curso materializa-se no cotidiano, por meios das práticas que o caracterizam, dos modelos que estimula, das atitudes e valores que promove e incentiva, assim como dos recursos materiais disponíveis. E tal materialização é tão importante para a formação do profissional quanto o conhecimento técnico.

Respeitando a pluralidade de discursos e práticas pedagógicas existentes, os referenciais propostos a seguir têm por objetivo fazer a Faculdade Projeção de Ceilândia avançar, de modo articulado, na realização das atividades relacionadas à Educação Superior. Para esta tarefa, a Faculdade assume, como sendo estratégico, o paradigma da interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade.

Por meio do enfoque interdisciplinar, promove-se a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, pois ele pressupõe uma atitude de abertura não preconceituosa onde todo o conhecimento é igualmente importante, onde o conhecimento individual esvazia-se frente ao conhecimento universal.

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans”, diz respeito ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, por intermédio das diferentes disciplinas e além de toda disciplina. Sua finalidade é a compreensão do mundo atual, e um de seus imperativos teóricos é a unidade do conhecimento.

A prática da transdisciplinaridade, no contexto da sala de aula, implica na vivência do espírito de parceria e de integração entre teoria e prática, conteúdo e realidade, objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, meios e fins, tempo e espaço, professor e aluno, reflexão e ação, dentre muitos dos múltiplos fatores integradores do processo pedagógico.

Para que se atinjam estes objetivos gerais, torna-se necessária a configuração de estruturas curriculares mais flexíveis para os diferentes programas de ensino. Elas despontam como elementos indispensáveis para atender tanto às demandas da sociedade tecnológica moderna, quanto àquelas que se direcionam a uma dimensão criativa para a existência humana. Como atitude propositiva, permite ao educando exercer a autonomia na escolha de seus objetivos, ou seja, buscar sentido para a sua vida acadêmica.

Além disso, na Faculdade o aluno tem um rol de disciplinas obrigatórias, eletivas e opcionais. Mesmo entre as disciplinas obrigatórias, o aluno tem a liberdade de escolher o momento de cursar determinada disciplina, desde que atenda ao pré-

requisito da disciplina escolhida, conforme dispõe as matrizes curriculares e os Projetos Pedagógicos do Cursos (PPC's).

Nas disciplinas optativas o aluno tem a liberdade de optar por uma ou mais disciplinas de um leque de disciplinas ofertadas no PPC, essas disciplinas apresentam congruência com a área de formação profissional escolhida, podendo representar aprofundamento de estudos em determinado campo de estudo dessa mesma área.

As disciplinas eletivas, geralmente, são escolhidas livremente pelo aluno entre as disciplinas dos demais cursos da IES e que não estejam incluídas entre as disciplinas optativas de seu curso. Como a própria palavra revela, o aluno elege a(s) disciplina(s) que entende enriquecer a sua formação acadêmica ou profissional e tem a liberdade de cursá-la. A disciplina eleita pode não ter nenhuma ligação com a formação profissional pretendida.

Na Faculdade Projeção de Ceilândia as disciplinas – componentes curriculares – estão organizadas em **Núcleos de Conhecimento**, sendo o **Núcleo Comum do Projeção** composto por disciplinas de caráter formativo em sociopolítica, por meio das disciplinas de Ciência Política, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Economia, Sociologia e Leitura e produção de textos. As disciplinas do referido Núcleo estão contempladas como obrigatórias nas matrizes curriculares de todos os Cursos Superiores ofertados pela Faculdade Projeção de Ceilândia; e o **Núcleo Comum da Escola Superior**, composto por disciplinas de caráter formativo em temáticas específicas por Escola que estão diretamente relacionadas ao perfil do egresso de cada uma.

E, ainda, no âmbito das inovações pedagógicas, ressalta-se que a Faculdade Projeção de Ceilândia, por meio do seu Programa de Formação Continuada e Prática Docente tem qualificado os seus professores para a utilização consciente, intencional e planejada, de novas metodologias de aprendizagem que incentivam e oportunizam o comportamento ativo e responsável dos discentes e a aprendizagem realmente significativa.

## **5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **5.1 Políticas institucionais no âmbito do curso**

#### **5.1.1 Políticas de ensino**

O processo de construção e/ou revisão da estrutura curricular, no âmbito de cada curso superior, deve progressivamente incorporar aos currículos abordagens que impliquem em:

- Conceber a ciência como um conhecimento em construção e sujeita a incerteza, ao erro e a ilusão.
- Promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais.
- Estimular o conhecimento da identidade complexa do ser humano e a consciência de sua identidade comum a todos os outros humanos. Para isso, é preciso começar a compreender o ser humano como a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico.
- Ensinar princípios para formulação de estratégias que permitam enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, e modificar seu desenvolvimento, em consonância com as informações adquiridas ao longo do tempo.
- Educar para a paz e para a compreensão entre todos os seres humanos, através do estudo da incompreensão a partir de suas raízes, suas modalidades e seus efeitos, enfocando não os sintomas, mas suas causas.
- Desenvolver a ética do gênero humano, por meio da consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade e parte da espécie.

De forma geral, pode-se afirmar que o indivíduo possui habilidades intelectuais quando se mostram capazes de encontrar, em sua experiência prévia, informações e técnicas apropriadas à análise e solução de problemas novos. Isto exige do indivíduo uma análise e compreensão da situação problema, uma bagagem de conhecimento ou métodos que possam ser utilizados e as condições para discernir as relações adequadas entre experiências prévias e a nova situação. As habilidades intelectuais são denominadas como pensamento crítico, pensamento reflexivo, capacidade para resolução de problemas. A obtenção destas habilidades leva à

competência. Para atingi-la, faz-se necessário superar o mero treinamento por meio do estabelecimento da atualização permanente, teórica e prática.

Considerando a observação e a reflexão como princípios cognitivos de compreensão da realidade, torna-se necessário aprofundar e ampliar a articulação teoria e prática na estrutura curricular, integralizando todas as atividades acadêmicas fundamentais para a produção do conhecimento na área de cada curso. Os diversos elementos construídos pelas múltiplas disciplinas, e campos do saber, articulam-se em uma concorrência solidária, para a criação do sentido e do conhecimento.

O trabalho interdisciplinar e coletivo permite o desenvolvimento de uma capacidade de análise e produção de conhecimentos com base numa visão multidimensional e, portanto, mais abrangente sobre o objeto de estudo. Ele corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto à produção de novos conhecimentos, como a resolução de problemas, de modo global e abrangente.

Para atingir estes objetivos, é recomendável facilitar a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise crítica e criativa, reflexão independente e trabalho em equipe em contextos multiculturais. Estimular a criatividade, envolvendo a combinação entre o saber tradicional, ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia. Recomenda-se, ainda, o desenvolvimento de novas aproximações para a avaliação educacional. Estas colocam à prova não somente a memória, mas também as faculdades de compreensão, a crítica e a criatividade, incluindo-se a habilidade para o trabalho teórico-prático.

A partir destas considerações, os Cursos da Faculdade Projeção de Ceilândia, em suas estruturas curriculares, devem observar os seguintes parâmetros:

- Concepção da estrutura curricular, fundamentada em metodologia de ensino e aprendizagem que articule o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais por intermédio de processos interdisciplinares;
- Desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando-se os estudantes para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional, sempre resultantes da evolução científica e tecnológica;

- Incorporação da pesquisa como elemento fundamental das atividades de ensino e extensão;
- Orientação das atividades curriculares para a solução de problemas científicos e do contexto local;
- Considerar a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento do processo de educação continuada;

Ainda nesta perspectiva, impõe-se no plano operacional que a estrutura curricular implique em:

- Incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares;
- Incentivar a aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como a monitoria, os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Estimular práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual;
- Promover a discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política em todos os conteúdos programados;
- Conduzir avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar docentes e discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;

Diante disto, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da Faculdade Projeção de Ceilândia, apresentam os seguintes conceitos das dimensões abaixo:

**Dimensão articuladora** que oportuniza a integração dos diversos componentes curriculares da sua habilitação com aqueles que vierem a se constituir em situações futuras. A dimensão articuladora também se caracteriza quando docentes, discentes e gestão acadêmica se expressam e reordenam a prática pedagógica do curso, quando necessário, dentro dos limites vigentes nos preceitos institucionais e legais.

**Dimensão identificadora** que possibilita a definição da identidade do curso, suas particularidades, peculiaridades e interface com outros futuros cursos da Faculdade Projeção de Ceilândia.

**Dimensão de retroalimentação** que permite a avaliação permanente do próprio curso em seus múltiplos aspectos, principalmente das atividades docentes, discentes e sua gestão acadêmica.

**Dimensão política** que coloca a educação como fator de inovação, de crítica e de mudanças, na medida em que possibilita a formação de profissionais que respondam às exigências da sociedade e que acompanhem os avanços sociais, científicos e tecnológicos. A função política do projeto pedagógico justifica-se, ainda, quando voltada para a formação da cidadania e para o desenvolvimento de um processo de mudança material, ética e social, direcionada para o interesse de toda a sociedade e ao desenvolvimento da cidadania.

**Dimensão proativa** que viabiliza o processo de melhoria e de revitalização contínua do curso, derivada de um processo crítico de leitura contextual da realidade, de maneira que possibilite a antecipação de mudanças e conflitos, com vistas ao atendimento das demandas de todos os segmentos da sociedade, e das mais específicas para a área em foco. Além disso, como já explicitado, os PPCs possuem três eixos norteadores, a saber:

- Relações entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Interdisciplinaridade;
- Formação Permanente;

Deste modo, o primeiro eixo associado às relações entre o ensino, a pesquisa e a extensão, num tripé de sustentação provê a identidade do curso (no sentido restrito) e da Faculdade Projeção de Ceilândia. Estas relações devem ser construídas de forma indissociável, de maneira que a atividade fim (ensino, pesquisa e extensão) seja realizada com competência, eficiência, adequação, responsabilidade e em constante processo de atualização e aperfeiçoamento. O sujeito coletivo da Instituição, com suas características próprias e únicas, emerge da relação praxiológica dessas três áreas.

Para que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se torne efetivo é preciso assumir que nenhuma dessas três funções tenha

precedência, importância ou subordinação em relação às demais, pressupondo-se o estabelecimento de relações de interdependência entre elas.

O processo de discussão e inovações propostas na elaboração ou revisão do projeto pedagógico permite avançar na questão da interdisciplinaridade (segundo eixo), visto que os conhecimentos a serem trabalhados ao longo do curso procuram refletir o atendimento das necessidades do aluno e ao perfil desejado para os egressos.

A interdisciplinaridade consiste em um trabalho conjunto, tendo em vista a interação de disciplinas, seus conceitos básicos, dados, metodologia, com base na organização cooperativa e coordenada do ensino, tendo como ponto referencial o núcleo temático de cada bloco de disciplinas. Para atingir esse objetivo, procurar-se-á, sempre, na medida do possível e com respeito à estrutura epistemológica de cada disciplina, a operacionalização dos planos de ensino, de forma a possibilitar que as diferentes áreas de conhecimento se interpenetrem e se relacionem dentro de um processo de intensa cooperação.

O terceiro eixo é a formação permanente para se enfrentar os desafios do processo de mudança e transformação do mundo, hoje chamada de globalização, que compreende uma reestruturação das formas de produção, do próprio Estado e das pessoas na rede de relações mundiais. Nesse contexto os saberes não se apresentam como definitivos e unifocais, mas se definem como processuais e multiculturais.

Deve-se lembrar que currículo é uma prática que expressa a missão sociocultural de uma instituição no conjunto de atividades, mediante as quais, um grupo pode assegurar a seus membros a aquisição da experiência social, historicamente acumulada e culturalmente organizada.

#### **5.1.1.1 Implementação no âmbito do Curso**

No curso de Direito as atividades de ensino estão em consonância com as diretrizes da Faculdade Projeção de Ceilândia, propondo-se aos discentes, dentro da matriz, uma articulação interdisciplinar, com apoio na pesquisa e na extensão, mantendo-se o critério de indissociabilidade e interdependência entre este tripé. O fomento ao conhecimento teórico-prático acompanha os discentes desde o ingresso até o término do curso por meio de inúmeros projetos consubstanciados em torneios,

monitorias, atividades práticas e de estágio<sup>6</sup>. Na mesma esteira, considerando-se as atividades de pesquisa como elemento fundamental das atividades de ensino e extensão, como já dito, no âmbito do curso são realizados projetos permanentes, tais como, práticas investigativas, grupos de pesquisa e trabalhos de conclusão de curso<sup>7</sup>.

O trabalho com metodologias ativas é permanente no Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia<sup>8</sup> e isso faz com que os discentes desenvolvam liderança, criatividade, criticidade, entre outras políticas de ensino orientadoras. Ao acreditar no potencial humano dos discentes, tem-se a convicção de que será por meio de uma matriz, em sua essência, sociopolítica e sócio-humanística que conseguir-se-á contribuir para a formação de um profissional imbuído dos valores e conhecimentos necessário aos tempos atuais.

### **5.1.2 Políticas de pesquisa**

A Faculdade Projeção de Ceilândia pauta suas ações alicerçadas na produção crítica do conhecimento e enquanto local articulador de múltiplos saberes, espaço de diálogo e reflexão, a Faculdade Projeção de Ceilândia busca permanentemente o estabelecimento de inter-relações entre o todo e suas partes, respeitando as peculiaridades dos diferentes campos do conhecimento.

Deste modo, a pesquisa na Faculdade Projeção de Ceilândia deve ser entendida nos sentidos *stricto* e *lato*. Calderón (2007) afirma que a pesquisa “é um elemento inerente às atividades de ensino; diz respeito ao desenvolvimento de aptidões orientadas à procura do conhecimento, de forma metódica e sistemática” (p. 29). Compreende-se, portanto, como indagação de respostas aos problemas que a realidade impõe ao cotidiano acadêmico e os docentes e os profissionais que exercem uma profissão regulamentada devem se comprometer com o devir de realidades, sentindo-se na obrigação de contribuir para modificá-las, alterá-las, pelo fazer diário.

Para que se concretizem, no processo educativo, os referenciais propostos têm-se de ir ao cerne da Ciência e da Educação, que é a capacidade de questionar e de, por meio do questionamento competente, intervir na realidade. O professor tem, como papel primeiro, recriar ou, preferentemente, produzir conhecimento e, em

---

<sup>6</sup> Conforme pormenorizado no item 5.8.3.

<sup>7</sup> Conforme pormenorizado no item 5.8.3

<sup>8</sup> Conforme detalhado no item 5.8.8.1.

segundo lugar, orientar os alunos para que persigam e realizem o mesmo objetivo. Orientar significa agir como instância crítica e instigadora.

Para atingir este objetivo, torna-se necessário conceber a atividade de ensino e suas articulações com a pesquisa e extensão como procedimentos que mais fazem perguntas do que dão respostas. Entender que aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, mas sim estar envolvido na sua interpretação e produção. Partir da realidade para problematizar o conhecimento, envolvendo o professor e o aluno na tarefa de investigação que tem origem e/ou se destina à prática social e profissional. Isso significa dizer que a metodologia do **“aprender a aprender”** é um caminho capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias à solução dos problemas advindos da constante mudança da sociedade. Tal metodologia deve levar a uma formação em que o aluno é sujeito ativo do processo de aprendizagem e ensino.

Para tanto, as atividades de pesquisa da Faculdade Projeção de Ceilândia são desenvolvidas com o objetivo de gerar e apropriar novos conhecimentos e estão inseridas no processo de educação, indicadas como método de ensino para expor os estudantes à investigação, à abordagem e ao tratamento de problemas novos. Buscam desenvolver nos alunos as seguintes capacidades: cooperação e trabalho em equipe, experimentação, abstração e raciocínio sistêmico. A pesquisa tem como diretrizes:

- Consolidar o Núcleo de Pesquisa e Inovação, subordinado à Diretoria Acadêmica da Educação Superior.
- Avaliar e compartilhar todos os resultados das pesquisas realizadas em grupos formais e de iniciação científica.
- Fomentar, sempre orientado pelo planejamento anual, apresentações de trabalhos em eventos de cunho científico-tecnológico.
- Dar transparências às iniciativas de fomento para assegurar a credibilidade dos editais.
- Garantir visibilidade das ações realizadas pela Coordenação de Pesquisa e Inovação em todos os canais de comunicação da Faculdade Projeção de Ceilândia
- Prover infraestrutura para manutenção de sistemas de editoração eletrônica e publicação de periódicos científicos.

- Prover estrutura para realização de atividades científicas, envolvendo discentes, docentes e comunidade externa, sempre orientado pelo planejamento anual.
- Incentivar os pesquisadores a publicar sua produção em revistas de renome, no País e no exterior, para submetê-los à competição de alto nível, bem como nas revistas da Escolas Superiores de Curso da Faculdade Projeção de Ceilândia;
- Incentivar mecanismos de colaboração e participação (como redes), para articulação de interesses e capacidades, complementando potencialidades de todos os usuários.
- Buscar parcerias com outras instituições, agências e/ou empresas que apoiem atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, como fonte alternativa de fomento.
- Alinhar as ações de captação de recursos às oportunidades das agências de fomento públicas e da sociedade em geral, sejam empresas, entidades ou organizações do Terceiro Setor, alinhando os investimentos em pesquisa da Universidade com as políticas, diretrizes e oportunidades das agências de fomento do governo (CNPq, CAPES etc.) e da sociedade.
- Entender a atividade de pesquisa como o principal mecanismo do desenvolvimento científico e tecnológico e de construção de conhecimento para a sociedade, com forte potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural.
- Ampliar o número de alunos dos diversos cursos da Faculdade Projeção de Ceilândia atuando nas atividades de pesquisa e de iniciação científica.
- Reforçar a integração entre núcleos, Coordenações, laboratórios e grupos.
- Criar condições de mobilidade nacional e/ou internacional dos pesquisadores que contribuem para a produção científica da Faculdade Projeção de Ceilândia, bem como a recepção de pesquisadores externos.

Para tanto, logra-se incentivar o estabelecimento de grupos formais de pesquisa, iniciação científica, núcleos de apoio e desenvolvimento, laboratórios técnicos, valorização de projetos transdisciplinares e de relevância social, participação em atividades científicas (congressos, simpósios, colóquios, seminários, encontros,

entre outros), e divulgação científica com o estímulo à produção de artigos e publicação em periódicos científicos indexados em bases de impacto.

Deste modo, a dinâmica da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão pode ser garantida de modo a reforçar o viés acadêmico da Faculdade Projeção de Ceilândia. A política de pesquisa da Faculdade Projeção de Ceilândia consubstancia-se nos diversos programas mantidos pela Instituição, sendo os principais descritos a seguir:

- Programa de revistas científicas das Escolas da Educação Superior.
- Programa de Formação de Pesquisadores.
- Incentivo à Pós-Graduação.
- Formação e Gestão de Grupos de Estudos.
- Gestão de Cursos de Línguas Instrumentais.
- Bolsas de Iniciação Científica.
- Programa de Disciplinas Integradoras de Pesquisa.
- Encontro Científico Anual da Faculdade Projeção.
- Programa de Monitoria.

Todos esses programas são conduzidos no âmbito do **Núcleo de Pesquisa e Inovação**.

#### **5.1.2.1 Implementação no âmbito do Curso**

As políticas de pesquisa no Curso de Direito são desenvolvidas com apoio dum núcleo específico denominado Núcleo de Pesquisa e Produção Científica – NPPC que desenvolve o seu trabalho em alinhamento com o Núcleo de Desenvolvimento Científico da Faculdade Projeção de Ceilândia. Este Núcleo é o responsável pela gestão das atividades científicas, tais como trabalhos de conclusão de curso, programa de monitoria, práticas investigativas, defendi e sobrevivi, grupos de pesquisa, entre outras atividades<sup>9</sup>. Discentes e docentes são incentivados constantemente a desenvolverem atividades de pesquisa e a sua consequente publicação.

O Programa de Bolsas de Iniciação Científica é desenvolvido em parceria com o Núcleo de Desenvolvimento Científico, que publica periodicamente o Edital do

---

<sup>9</sup> Estas atividades estão descritas no item 5.8.3

processo seletivo. Os alunos selecionados contam com bolsas de 33% do valor da mensalidade.

Aos professores do Curso de Direito foi disponibilizada a participação no programa de Minter e Dinter firmado com a Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, em condições especiais, possibilitando a continuidade dos seus estudos em nível *stricto-sensu*.

O Programa de Mobilidade da Faculdade Projeção de Ceilândia possibilita que os discentes do Curso de Direito estudem em Instituições parceiras em países da América Latina e Europa, recebendo bolsa em dinheiro para viabilizar a sua mobilidade através do Programa Santander Universidades.

Importante ressaltar que o Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia, por meio da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais, publica, semestralmente, a Revista Eletrônica Direito e Sociedade<sup>10</sup>, a qual contém trabalhos científicos produzidos por docente e discentes do curso e pelo público externo.

### **5.1.3 Políticas de extensão**

O ciclo acadêmico de uma IES se completa com o direcionamento para a sociedade de profissionais instrumentalizados para solucionar os problemas por ela apontados. Assim se configura a desejada articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Neste sentido, a extensão deve ser encarada na perspectiva da produção do conhecimento, contribuindo para viabilizar a relação transformadora entre a Faculdade Projeção de Ceilândia e a sociedade.

Mas, para isso, torna-se necessário ampliar, cada vez mais, os canais de interlocução com a sociedade, a fim de que a realidade social seja representada na sua totalidade. Cabe destacar, no entanto, que nem a instituição de educação deve se constituir em agência de prestação de serviços, pois isto não a orienta para a produção de conhecimento, nem é sua função substituir o Estado no atendimento às diferentes necessidades sociais.

A relação da Faculdade Projeção de Ceilândia com a sociedade se estreita por meio das práticas extensionistas que desenvolve junto a diversos segmentos

---

<sup>10</sup> <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2>

sociais. Nas atividades de extensão, os profissionais têm a oportunidade de traduzir para o contexto real os conhecimentos que a Faculdade produz.

Nesta perspectiva, assegura-se a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, pois a tradução do conhecimento científico no campo operativo exige profissionais com competência para a produção do conhecimento científico e técnico. Assim, a extensão se posiciona como mediadora da relação entre a Faculdade e a Sociedade e destaca a qualidade dessa parceria, materializada também nas práticas do ensino e da pesquisa para não ser compreendida simplesmente como atividade prática.

A extensão universitária fortalece a sua relação com a comunidade promovendo ações sociais que priorizam a superação de condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. Na medida em que socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, por meio de sua missão, com a melhoria de vida e empregabilidade dos cidadãos por meio da educação.

Por meio da extensão é possível abrir novos campos de investigação em várias áreas do conhecimento, que possibilitam ampliar o campo de intervenção da Instituição junto à comunidade. A Política de Extensão institui, disciplina e normaliza as atividades de Extensão da Faculdade Projeção de Ceilândia, por meio das diretrizes apresentadas a seguir.

Os Programas de Extensão da Faculdade Projeção de Ceilândia são realizados por intermédio de três áreas interligadas:

a) **Extensão Acadêmica** que é constituída pelos cursos a serem oferecidos à comunidade acadêmica para complementação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e aberto aos integrantes da comunidade local, tendo como missão contribuir na elaboração e na disseminação do conhecimento, da ciência e da tecnologia veiculada pela Faculdade.

b) **Extensão de Serviços** que é constituída pelos programas, projetos e atividades específicas de prestação de serviços à comunidade local, regional, nacional e internacional, atendendo aos aspectos previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e à demanda apresentada pela comunidade local que se coadunam com os objetivos institucionais. Nesta área estão incluídos os aspectos de Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Cultural e Desenvolvimento Esportivo. Na área de Desenvolvimento Social são realizados projetos e atividades vinculadas às questões

sociais da região e cidade. Na área de Desenvolvimento Cultural estão incluídos os projetos relativos a manifestações de atividades artístico-culturais e na área de Desenvolvimento Esportivo estão incluídos os projetos e atividades esportivas com projetos de equipes e atividades esportivas.

c) **Extensão Empresarial** que compreende as atividades e recursos que a Faculdade pretende oferecer à Comunidade Empresarial, dentro de suas políticas de inserção no desenvolvimento local e regional e de valorização do empreendedorismo e da inovação. Estas atividades incluem o fomento ao empreendedorismo e à inovação, o apoio à formação de novas empresas, a capacitação de empreendedores, o apoio ao desenvolvimento de empresas já estabelecidas e a participação em programas específicos.

As áreas podem desdobrar-se em três grandes eixos de ação, ou seja, i) integração comunitária, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável; ii) educação continuada; e iii) vivências acadêmicas. Todos os projetos e atividades de extensão, nas modalidades de cursos, eventos ou ação contínua, deverão estar inseridos em um dos programas institucionais, a seguir:

- I. **Programa de Integração Comunitária, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável:** ações de extensão com ênfase no envolvimento da comunidade acadêmica com a sociedade e no compromisso com as causas sociais, culturais e ambientais.
- II. **Programa de Educação Continuada:** ações de extensão com ênfase na extensão curricular, visando à formação do aluno e da sociedade, e, na qualidade do ambiente interno e melhoria dos relacionamentos.
- III. **Programa de Vivências Acadêmicas:** ações que complementam de conteúdos curriculares abordados na sala de aula. Visa ampliar os espaços de aprendizagem proporcionando atividades práticas e vivenciais das teorias estudadas.

Em termos globais, os diferentes programas e projetos de extensão envolvem professores, como agentes de projetos e programas, acadêmicos e técnicos administrativos.

Desta forma, pretende-se destacar os princípios do exercício da cidadania solidária e a valorização da inovação, da criatividade e do empreendedorismo, bem como a consolidação da imagem da Faculdade na região; o comprometimento com a questão social; a promoção do desenvolvimento local e regional, através de parcerias com setores públicos e privados; desenvolvimento da cultura, da arte e do esporte locais, visando à melhoria da qualidade de vida; o comprometimento com o desenvolvimento sustentável. A consolidação da política de extensão na Faculdade Projeção de Ceilândia busca:

- a)** Fortalecer a estrutura da Extensão;
- b)** Atender de forma satisfatória os alunos, professores, técnicos administrativos e parceiros;
- c)** Construir uma rede de relacionamentos com a comunidade por meio de educação continuada, transferência e inovação e tecnologia e ação comunitária;
- d)** Estabelecer parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais, associações, empresas privadas entre outros;
- e)** Agilizar o processo de aprovação dos projetos de extensão;
- f)** Incentivar e valorizar a participação dos docentes nas atividades extensionistas;
- g)** Promover convênios de cooperação técnica, cultural e científica.

Para implementação das ações de extensão são observados os seguintes princípios:

- Liberdade
- Igualdade
- Solidariedade
- Democracia
- Informação
- Pluralismo Político
- Direitos das minorias
- Direitos intergeracionais
- Direito à Verdade e Direito à memória

- Direito à Natureza

A Faculdade Projeção, de acordo com os princípios de sua Políticas de Extensão, estabelece suas Diretrizes da Política de Extensão Universitária, a saber:

- A extensão como instrumento de impacto e transformação social, objetivando a melhora da qualidade de vida nos aspectos econômicos e sociais.
- A extensão como elo entre a relação ensino/pesquisa e a prática acadêmica dialógica entre a faculdade e a sociedade.
- A extensão como polo de construção de conhecimento acadêmico e divulgação/aplicação dos conhecimentos produzidos.
- A extensão como prática de conscientização sobre a diversidade, igualdade étnico-racial e a proteção das minorias.
- A extensão como espaço propício para combater a exclusão social através de atividades inclusivas para a comunidade.
- A extensão como ação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar que contribui para o processo de inclusão social e efetivação dos direitos humanos.
- A extensão como prática acadêmica e busca de aperfeiçoamento do corpo discente, docente e técnico-administrativo.
- A extensão como uma ação promovida pelo corpo discente, docente e técnico-administrativo para a produção artística, proteção ao patrimônio e à memória cultural.
- A extensão como berço da iniciação artística e cultural dos atores nela envolvidos em conjunto com a comunidade.
- A extensão como promotora e defensora da proteção ao meio ambiente.
- A extensão como mediadora nas parcerias e intercâmbios institucionais com empresas, órgãos governamentais e organizações representativas da sociedade civil.
- A extensão como promotora de ações que viabilizem maior acessibilidade atitudinal, física e pedagógica aos alunos com

necessidades especiais e, mais especificamente aos alunos com deficiências físicas e sensoriais, ações estas com o apoio do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico ao Estudante – NAPES.

- A extensão com agente da monitoria com fito a propiciar condições que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos dos cursos de graduação, por meio de colaboração nas atividades de ensino, articuladas com as de pesquisa e de extensão, da(s) disciplina(s) objeto da monitoria.
- A Extensão como promotora de atividades de nivelamento e outras atividades que auxiliem os acadêmicos que encontram dificuldades em algumas áreas afins a seus cursos.
- A Extensão como elo entre egressos de todos os cursos objetivando o estreitamento da relação com o ensino, a pesquisa, a extensão e o mercado.

Todos os programas e atividades são conduzidos no âmbito do **Núcleo de Extensão – NEX**.

#### **5.1.3.1 Implementação no âmbito do Curso**

As políticas de extensão no Curso de Direito são desenvolvidas com apoio dum núcleo específico, o Núcleo de Atividade Multidisciplinar – NAM que desenvolve o seu trabalho em alinhamento com o Núcleo de Extensão da Faculdade Projeção de Ceilândia. Este Núcleo é o responsável pela gestão das diversas atividades de extensão que acontecem dentro e fora do campus, tais como curso atualização acadêmica, visitas técnicas, ações sociais junto à comunidade, entre outras atividades.

Por meio deste trabalho conjunto, são realizadas diversas atividades ao longo do ano, merecendo destaque:

- a) Caminhada Primavera da Paz;

- b) Projeto Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade: por meio de diversos eventos ao longo do ano, promove atividades culturais, como teatro, grupos de dança, oficinas laborais, atendimento jurídico, dentre outras;
- c) Projeto Incluir: promove a alfabetização e a inclusão digital de idosos;
- d) Projeto Ecosolidário: promove campanhas para doação de sangue, caminhadas e doações;
- e) Intervalo Cultural: atividades culturais realizadas nos intervalos das aulas com a participação de artistas locais.
- f) Projeção e Esportes: trata-se de torneio de futsal com a participação de times formados pelos discentes;

O nosso Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, também participa dos projetos de extensão, contando com a Van Cidadã, um veículo totalmente equipado que leva para todos os pontos do Distrito Federal, semanalmente, o serviço de orientação jurídica a comunidade carente com a efetiva participação dos discentes. Para além desta atividade, o Núcleo de Prática Jurídica - NPJ também realiza atividades externas em parceria com o Poder Judiciário, como a participação dos discentes em audiências e sessões de julgamento, a disponibilização dos seus espaços para realização do Torneio de Sustentação Oral e a realização das visitas técnicas<sup>11</sup>.

#### **5.1.4 Políticas de Educação a Distância (EaD)**

A inserção da Faculdade Projeção de Ceilândia neste universo da Educação a Distância ocorreu por meio da oferta de disciplinas para atender até 20% da carga horária de cursos de graduação presenciais reconhecidos, conforme determinava à época a Portaria do Ministério da Educação nº 2.253 de outubro de 2001, atualizada pela Portaria do Ministério da Educação nº 1.134/2016. E, ainda, por meio da oferta de cursos de extensão promovidos pelo antigo Núcleo de Extensão – NEX, bem como pela utilização do ambiente virtual de aprendizagem – AVA no processo de orientação de Estágios Supervisionados e de Trabalhos de Conclusão de Curso e na capacitação do corpo técnico e docentes da instituição.

A proposta basilar da Educação a Distância da Faculdade Projeção de

---

<sup>11</sup> Estas atividades estão descritas no item 5.8.3

Ceilândia é unir as exigências tecnológicas do ambiente virtual à estrutura pedagógica já oferecida pela Faculdade Projeção de Ceilândia, visando aumentar a acessibilidade ao ensino, a diversificação da oferta de cursos e, em breve, promover a formação da clientela atendida não só na qualificação técnica ou limitada à 20% da carga horária da graduação, mas com a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e outras modalidades educacionais.

Deste modo, para a consolidação da EaD na Faculdade Projeção de Ceilândia, os seguintes princípios são priorizados:

- Realizar acompanhamento sistemático dos processos relacionados a EAD, por meio de avaliação criteriosa das ações;
- Buscar a utilização das mídias de forma racional;
- Aprimorar os materiais de ensino, tornando os conteúdos mais atraentes e interessantes aos alunos;
- Buscar atendimento imediato às necessidades do aluno e propiciar orientação metodológica permanente, pois mesmo distante fisicamente, o aluno deve ser devidamente motivado e informado;
- Elaborar materiais didáticos adequados, atendendo os requisitos científicos da EAD;
- Zelar pela consciência teórica e imagem da EAD e da Instituição;
- Garantir que os tutores possuam formação de qualidade de modo a assegurar consistência nos processos de EAD, durante o planejamento, a implementação e avaliação;
- Redefinir a noção de tempo de ensino e de aprendizagem, de espaço, de formato do público (a turma, a classe), da figura do professor, dos materiais e dos procedimentos didáticos;
- Promover a autodisciplina dos estudantes e a capacidade de autoinstrução.

Para efetiva implementação da EaD na Faculdade Projeção de Ceilândia foi criado o **Núcleo de Educação a Distância – NEAD** para fazer a gestão de todas as ações referentes a esta modalidade de oferta.

#### **5.1.4.1 Implementação no âmbito do Curso**

Os discentes do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia contam com um amplo acesso as tecnologias de informação e comunicação. A faculdade mantém a sua página na rede mundial de computadores constantemente atualizada, sendo uma importante ferramenta de informação, pois se trata de um site noticioso. Através desta página os discentes podem acessar o Portal Acadêmico, onde tem acesso aos blogs, chats, planos de ensino, central de atendimento virtual, mantendo, portanto, um relacionamento direto com os seus professores e com a instituição.

Os laboratórios de informática ficam abertos à disposição dos discentes para realização das suas pesquisas acadêmicas, bem como podem ser utilizados pelos docentes no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

A Faculdade Projeção de Ceilândia disponibiliza, aos discentes e docentes, para cada disciplina um blog acadêmico, espaço onde o docente disponibiliza materiais para os alunos. Esse espaço conta com fórum para a interação, banco de questões e todas as funcionalidades que permitem o lançamento de notas, frequência e conteúdos pelos docentes. Há ainda salas com data show, computadores com acesso a internet, equipamentos de vídeo e todas as facilidades para o desenvolvimento das aulas.

O Curso de Direito possui em sua matriz 06 (seis) disciplinas ofertadas na modalidade a distância, estando adequado as diretrizes legais. As disciplinas ofertadas em EAD são: Economia, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Método de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais, Gestão Organizacional e Direito Humanos.

Para além disto, os alunos dispõem da plataforma moodle como ferramenta auxiliar no desenvolvimento do seu trabalho de conclusão de curso, mantendo-se em permanente contato com o seu orientar.

Por meio destes recursos, o discente mantém uma orientação metodológica permanente que permite o melhor alcance dos objetivos previstos neste projeto.

### 5.1.5 Políticas de Gestão

A organização e a gestão da Faculdade Projeção de Ceilândia integram o processo formativo na sua plenitude. Neste diapasão, percebem o aluno, o docente e o pessoal técnico-administrativo como agentes ativos e corresponsáveis pelas ações acadêmicas e administrativas desenvolvidas.

Para almejar a concretização desta interação, a Faculdade Projeção de Ceilândia assegura que as formas organizativas e de gestão estejam estruturadas democraticamente, garantindo aos integrantes da Comunidade Acadêmica a participação nos organismos e órgãos colegiados de administração básica e superior da Faculdade Projeção de Ceilândia, conforme as normas estatutárias e regimentais.

Por sua constituição democrática, a legislação educacional atribui o exercício da autonomia acadêmica nos processos a serem seguidos nos colegiados constituídos regimentalmente no qual está prevista a representatividade equitativa de todos os segmentos da comunidade acadêmica. A gestão da Faculdade Projeção de Ceilândia caracteriza-se pelos seguintes princípios organizacionais:

- 1) Unidade patrimonial e administrativa;
- 2) Unidade de funções de ensino, de pesquisa e de extensão, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- 3) Racionalidade de organização, com plena utilização dos colaboradores;
- 4) Universalidade de campo pelo cultivo das áreas fundamentais de conhecimentos humanos, estudando-as em si mesmas, ou em razão de ulteriores aplicações, e de uma ou mais áreas técnico-profissionais;
- 5) Flexibilidade de métodos e critérios atendendo às diferenças individuais dos estudantes, as peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para os novos cursos, programas de pesquisa e fins da Faculdade Projeção de Ceilândia; e
- 6) Formação integral do acadêmico, respeitando sua cultura.

Para atender aos princípios norteadores da gestão organizacional propostos no PDI, bem como à complexidade dos diversos saberes que compõem a estrutura dos cursos, criou-se o conceito de Escola Superior de Cursos para fazer a gestão dos cursos de graduação da Faculdade Projeção de Ceilândia visando resgatar o princípio da complexidade em que as partes são compreendidas a partir do todo.

Dessa forma, é possível a integração entre as diversas áreas do conhecimento que deve ir além dos processos de gestão alcançando o objetivo prioritário, que é o aprendizado aplicado.

A gestão estratégica é um processo administrativo que visa dotar a Instituição da capacidade de antecipar novas mudanças e ajustar as estratégias vigentes com a necessária velocidade e efetividade sempre que for necessário.

O gerenciamento dos processos decisórios, a capacitação do capital humano e a otimização na utilização de recursos, são imperativos no processo do desenvolvimento da instituição. A Faculdade Projeção de Ceilândia capacita as suas lideranças para que desenvolvam as competências e habilidades, que os tornem capazes de administrar resultados com uma profunda convicção no potencial e na motivação das pessoas para empreender e buscar o sucesso.

O compromisso com a Educação de qualidade, capaz de promover a ascensão social dos seus alunos está presente em todos os processos decisórios e organizacionais como um marco balizador, direcionando e definindo as prioridades da IES.

A Faculdade Projeção de Ceilândia, portanto, possui uma estrutura organizacional que busca atender às demandas de sua clientela, visando ser um diferencial competitivo no mercado de Educação Superior do Distrito Federal, especialmente na sua área de abrangência.

A Estrutura da Faculdade Projeção de Ceilândia baseia-se nos princípios democráticos da participação, da transparência, da igualdade de oportunidades e da gestão colegiada. Para isto, a estrutura organizacional da Faculdade Projeção de Ceilândia prevê a participação de representantes da comunidade acadêmica

(discentes e docentes) e da sociedade civil, em diversas instâncias decisórias, em colegiados como o Conselho Superior, Colegiados de Curso e na Comissão Própria de Avaliação (CPA).

#### **5.1.5.1 Escola Superior de Curso**

As Escolas Superiores de Curso da Faculdade Projeção de Ceilândia têm como missão ser um novo paradigma para os docentes e para os discentes, dando condições para a inovação nos processos de ensino e de aprendizagem, onde o conceito da disciplinaridade passe a conviver com a multidisciplinaridade, com a interdisciplinaridade e com a transdisciplinaridade, tendo como resultado o grande diferencial na formação do cidadão e de profissionais altamente qualificados porque aprenderam a pensar antes de agir; a compreender o todo; a raciocinar a partir da complexidade para chegar às soluções que podem ser simples, entretanto, significativas e relevantes.

As Escolas são espaços de aprendizagem para um novo perfil de profissionais, sendo oportuno fazer desta estrutura uma oportunidade de crescimento, visto que este modelo é o grande diferencial da Faculdade Projeção de Ceilândia. Cada Escola Superior de Curso contempla um Núcleo Comum de disciplinas que formam o alunado a partir de uma identidade específica que caracteriza o perfil do egresso da referida Escola, independente do curso superior escolhido pelo aluno como carreira profissional.

As Escolas Superiores de Cursos foram concebidas por áreas de conhecimento e reúnem os cursos de mesma natureza. Representa um órgão de gestão das atividades acadêmicas da Faculdade Projeção de Ceilândia, sendo criado por ato do Diretor de Educação, de acordo com a implantação de cursos de novas áreas de conhecimento. O Diretor da Escola é selecionado e nomeado pela Diretoria Acadêmica e contratado pela Mantenedora.

Cada Escola faz a gestão dos coordenadores de cursos que atuam diretamente sob sua subordinação, supervisionando e acompanhando o desempenho de cada um e respondendo pelo cumprimento de todas as questões legais referentes

aos cursos que a compõem, atentando para o cumprimento da legislação vigente e das normas da Instituição.

A Escola elabora o Planejamento Anual contemplando todos os seus projetos e ações estratégicas, supervisionando, acompanhando e orientando o desempenho dos Professores e Coordenadores de Curso, a fim de contribuir para que todas as suas funções e atribuições setoriais sejam realizadas com pleno êxito.

Atualmente, existem 5 (cinco) Escolas Superiores de Curso no âmbito no da Faculdade Projeção de Ceilândia, a saber:

1. Escola de Ciências Jurídicas e Sociais.
2. Escola de Formação de Professores.
3. Escola de Negócios.
4. Escola de Tecnologia da Informação.
5. Escola de Ciências da Saúde e da Vida.

Esta última, a Escola de Ciências da Saúde e da Vida, é a mais recente e foi concebida a partir da oferta, no ano de 2017, dos Cursos de Fisioterapia e Educação Física.

#### **5.1.5.2 Escola de Ciências Jurídicas e Sociais**

A Escola de Ciências Jurídicas e Sociais é composta por dois cursos: Direito e Serviço Social. O Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia, portanto, integra-a. Isto confere ao Coordenador do Curso, aos docentes e discentes a condição de desenvolver um projeto interdisciplinar consistente, com apoio organizacional e pedagógico estruturado.

A Escola de Ciências Jurídicas e Sociais prima por uma sólida formação sócio-humanística e axiológica dos seus alunos, desenvolvendo a sua capacidade de análise, domínio de conceitos, interpretação dos fenômenos jurídicos, políticos e sociais, aliados a uma postura reflexiva e crítica a fomentar a competência à aprendizagem autônoma, à pesquisa e para o melhor desempenho da atividade profissional.

A Missão da Escola é promover a formação de profissionais que possam compreender e atuar no contexto social com ética, comprometidos com a construção

de uma sociedade colaborativa na defesa dos direitos fundamentais, da igualdade, da justiça e imbuída de valores democráticos.

A sua Visão é ser referência na formação de profissionais, com consciência sócio-humanística, no Distrito Federal na área das ciências sociais aplicadas, tornando-se fonte de anseio dos discentes.

Os valores da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais são:

- Pautar a conduta com ética e senso de justiça;
- Valorizar e respeitar as pessoas, reconhecendo a sua importância para o sucesso de todas as ações;
- Respeitar a diversidade como condição imprescindível à vida em sociedade;
- Compreender a colaboração como princípio, fator de coesão e transformação social em sociedades desiguais;

Com esta estrutura organizacional, aliada a uma proposta pedagógica<sup>12</sup> consistente, permite-se alcançar os objetivos do curso e a formação do egresso de acordo com o perfil que o Curso de Direito das Faculdades Projeção de Ceilândia se propõe.

#### **5.1.6 Integração ensino, pesquisa e extensão**

Na Faculdade Projeção de Ceilândia compreende-se a importância da integração entre ensino, pesquisa e extensão, que se traduz em ações específicas e bem direcionadas a esse objetivo, constituindo um dos três grandes eixos norteadores do processo de ensino e aprendizagem, provendo a identidade do curso (no sentido restrito) e da Instituição.

Essas relações são construídas de forma indissociável, de maneira que a atividade fim (ensino, pesquisa e extensão) seja realizada com competência, eficiência, adequação, responsabilidade e em constante processo de atualização e aperfeiçoamento.

Em termos de pesquisa, o Núcleo de Pesquisa e Inovação (antigo NDC) vem realizando excelente trabalho, com envolvimento dos professores em grupos de estudo, produção de revistas científicas, dentre outras atividades, inclusive no tocante ao Programa de Iniciação Científica.

---

<sup>12</sup> A proposta pedagógica do curso encontra-se descrita no item 5.6.

No que se refere à extensão, diversos cursos vêm sendo promovidos, pelo NEX com o apoio das Coordenações de Curso, com a finalidade de complementar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes em sala de aula e/ou no âmbito dos componentes curriculares. Projetos de cunho social têm sido comuns na Instituição, liderados por professores e pelos núcleos especializados.

O processo de ensino e aprendizagem vem se beneficiando dessas iniciativas voltadas à pesquisa e à extensão, tendo em vista que os professores procuram aplicar os novos avanços alcançados em seus estudos científicos e, por outro lado, a extensão permite que parcerias com órgãos especializados e instituições em geral tragam novas oportunidades de integração entre teoria e prática.

O presente Curso Superior adota, portanto, um projeto pedagógico que desde o primeiro ano procura articular e integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa integração é efetivada pelas seguintes estratégias:

- Criação de espaços institucionais que viabilizem e fomentem essa desejada articulação;
- Implementação de uma estrutura curricular que contempla disciplinas com acentuada demanda social e profissional, nas quais pode-se exigir do aluno a produção de trabalhos monográficos e práticos;
- Estímulo à realização de cursos de extensão com duração variável e abrangendo diversas sub áreas do Curso Superior contando com a participação efetiva dos professores da Instituição.

## **5.2 Objetivos do curso**

### **5.2.1 Objetivo geral**

O Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia tem por objetivo a formar profissionais que possam atuar no contexto social com ética, produzir atos e documentos jurídicos, utilizar corretamente a Língua Portuguesa e a terminologia jurídica; exercer a profissão com domínio técnico-científico em diferentes instâncias, compreender e participar dos debates sobre os problemas globais, nacionais e regionais e sua valorização no campo jurídico e social, com capacidade e desenvolvimento intelectual autônomo permanente, com uma consciência sócio-humanística e comprometidos com a construção de uma sociedade colaborativa na

defesa dos direitos fundamentais, da igualdade, da justiça e imbuída de valores democráticos.

### **5.2.2 Objetivos específicos**

O curso de direito da Faculdade Projeção possui os seguintes objetivos específicos:

- a) Formar cidadãos críticos conscientes de seu papel social e profissional aptos a entenderem o contexto econômico-social e político-jurídico e atenderem às demandas sociais e do mundo atual,
- b) Proporcionar uma formação geral e humanística e o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo fundado na valorização do meio ambiente e dos espaços públicos, do Direito Público e das Garantias Constitucionais do cidadão frente ao Estado;
- c) Propiciar ao aluno formação técnico-jurídica adequada que o permita a capacitação para o exercício das carreiras jurídicas;
- d) Capacitar ao aluno pesquisar e refletir sobre os critérios de criação, interpretação e fundamentação das decisões jurídicas na perspectiva interna e global do sistema jurídico;
- e) Promover a interdisciplinaridade como pressuposto fático da formação e da atuação jurídico-política contemporânea, bem como da compreensão da realidade e do fenômeno jurídico;

### **5.3 Justificativa do curso**

A íntima relação entre a ciência jurídica - enquanto ciência social aplicada e as ciências sociais precisa ser evidenciada e resgatada, pensando-se o Direito não como um conjunto autônomo de conhecimentos técnicos, mas como parte de um todo voltado a compreender as realidades sociais, seus aspectos positivos e negativos, seus conflitos e crises, e oferecer respostas eficazes às demandas que se acumulam.

Portanto, formar profissionais dotados de conhecimento jurídico sólido é ponto de partida para algo maior, pois se entende que não basta o domínio do saber técnico se este não se conciliar com uma visão crítica e reflexiva, preocupada com as questões sociais mais relevantes, formada a partir de uma correta e clara noção

acerca da dimensão social do Direito. Construir junto aos discentes a capacidade de se compreenderem como cidadãos e agentes ativos no processo de transformação social, com consciência sócio humanística, aptos a utilizar os conhecimentos técnicos adquiridos como um instrumento para promover a democracia, a justiça e a inserção regional, coloca-se, portanto, como a vocação para o Curso de Direito Faculdade Projeção de Ceilândia.

Quando a Faculdade Projeção a assume este compromisso por meio de seu Curso de Direito, nada mais faz que dar vida aos ideais do Estado Democrático de Direito, plasmado na Constituição Federal de 1988 e que se fundamenta na divisão de responsabilidades entre Estado e sociedade com o fim de implementar o conjunto de benefícios sociais fundamentais inscrito no horizonte constitucional.

Não se pode descuidar, ainda tendo em mira a realidade social na qual se encontram inseridos os alunos do Curso de Direito, da tradição regional em se buscar, pela via do acesso a cargos públicos, a inserção no mercado de trabalho.

O Distrito Federal, enquanto Capital da República, assume características singulares no que diz respeito ao mercado de trabalho para certas categorias profissionais, especialmente para o bacharel em Direito. Centro administrativo do País concentra em nível federal, as estruturas hierarquicamente superiores dos três poderes, todos eles com grandes espaços no mercado de trabalho privativo do bacharel ou mesmo do advogado.

Ao lado dessa estrutura superior, há também sua correspondente ao nível do Governo do Distrito Federal, que ampliam o leque de possibilidades, que são complementadas ainda pelo grande número de funções administrativas, tanto no setor público como no privado, em que o bacharel concorre em igualdade de condições – e não raras vezes com enorme vantagem comparativa – com outros profissionais.

No Poder Executivo, são campos de atuação, senão exclusivo, prioritários para os profissionais de Direito, ao nível federal, a Advocacia Geral da União, o Ministério da Justiça, o Ministério da Fazenda, as Consultorias Jurídicas de todos os Ministérios Cíveis e Militares e assessorias jurídicas de empresas estatais. Ao nível distrital, a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Civil e a Polícia Militar do Distrito Federal e a Procuradoria Geral do Distrito Federal, além de consultorias ou assessorias jurídicas das demais Secretarias de Estado e de empresas governamentais.

O Ministério Público como instituição fora de qualquer dos Poderes da União requer, para preenchimento da quase totalidade dos cargos no Ministério Público Federal, no Ministério Público do Trabalho, no Ministério Público Militar, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nas Procuradorias e na Defensoria Pública, seja no mínimo bacharel em direito e, em algumas circunstâncias, advogados. Com exclusividade Promotores, Procuradores e Defensores, precisam ter formação jurídica e submeterem-se a concurso público.

No Poder Legislativo, as assessorias jurídicas do Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados) e da Câmara Legislativa do Distrito Federal são ocupadas por bacharéis em Direito.

No Poder Judiciário, os cargos de ministros e juízes, de advogados, assessores jurídicos, diretores de serventias judiciais, e outros ofícios funcionais da Justiça, no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, no Superior Tribunal Militar, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e respectivas varas. No plano local, há o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e respectivas varas e serventias judiciais, elas são ocupadas exclusivamente por bacharéis em Direito. Além disso, nas circunscrições judiciárias de Brasília e das cidades satélites e entorno, existem muitos cartórios extrajudiciais, com finalidades variadas, exigindo bacharelado em Direito. Toda essa estrutura tende a crescer à medida que se concretizam os princípios do Estado Democrático de Direito e o exercício da cidadania.

Diante de todas as oportunidades de trabalho e das demandas sociais supracitadas, faz-se necessária a antecipação da formação de um contingente de pessoas com competência técnica direcionada para o suprimento desse mercado de trabalho específico.

E é diante desta perspectiva e da busca pela formação de profissionais que possam compreender e atuar no contexto social com ética, comprometidos com a construção de uma sociedade colaborativa na defesa dos direitos fundamentais, da igualdade, da justiça e imbuída de valores democráticos que o Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia se justifica.

As transformações sociais, políticas e econômicas experimentadas pelo país na primeira década do Século XXI permitiram a ruptura de barreiras que dificultavam a mobilidade de vasta camada da população, processo que acarreta em variadas e positivas consequências, dentre elas a busca por maior qualificação profissional e melhor formação acadêmica. De fato, os anos presentes têm contemplado grande ascensão de famílias para a classe média - que hoje já congrega mais de 50% das famílias brasileiras - e significativo afluxo de indivíduos deste grupo aos bancos da academia, representando um novo público para os Cursos de Direito.<sup>13</sup>

Diante deste contexto, a Faculdade Projeção de Ceilândia se coloca acolhendo os concluintes do ensino médio e outros tantos que almejam fazer um curso superior. A população da cidade de Ceilândia possui renda média per capita mensal de 1,2 salários mínimos, portanto, representa na sua maioria pessoas da classe C; D e E, perfil muito diferente de ingressantes de instituições públicas federais, na sua maioria pertencente à classe A e B. Outro fator importante é a proximidade da Faculdade com cidades do Entorno de Goiás, Águas Lindas, por exemplo, distante apenas 22 Km, e não possui na região nenhuma instituição que oferta o curso. Para atender este perfil a Instituição promove a inserção destes cidadãos ao ambiente acadêmico por meio de diferentes convênios, parcerias e programas de financiamento estudantil.

Assim, busca-se formar alunos capazes de compreender seu lugar no mundo, sua capacidade de transformar realidades políticas e sociais, de perceber a influência que as mudanças globais exercem sobre o indivíduo. E estes são propósitos perseguidos, pela Faculdade Projeção de Ceilândia, na formação discente.

Pensar o Direito como uma ciência cujo domínio permite ao profissional compreender, questionar e transformar, pelo seu agir, realidades conflituosas e desiguais é um dos diferenciais que o Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia oferecerá. Aqui se sustenta o uso do termo 'ciência' na acepção tradicional, como oposto de 'opinião'. Tal qual preconizado por Norberto Bobbio, "ocupar-se cientificamente de algo significa não se abandonar a opiniões e crenças do vulgo, não formular juízos com base em dados imprecisos, mas apoiar-se nas provas dos fatos."

14

---

<sup>13</sup> NERI, Marcelo Cortes (org.) **A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: <[www.fgv.br/cps/hcm](http://www.fgv.br/cps/hcm)>. Acesso em: 11 set. 2010.

<sup>14</sup> BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: UnB, 2004. p. 164. v. 1.

Neste sentido, e cuidando para que a formação cidadão que orienta e estrutura o Curso de Direito se faça presente em qualquer campo de atuação profissional, busca-se preparar os discentes para o exercício de cargos na esfera estatal por meio dos quais realizem as tarefas deles esperadas. Que compreendam a relevância social das funções públicas, a repercussão coletiva de todos os atos e omissões praticados, a responsabilidade social e democrática que acompanha o exercício de qualquer carreira pública, a imperiosidade em agir com probidade e boa-fé, a necessidade de comprometimento com valores éticos e de justiça social.

#### **5.4 Perfil de entrada discente**

O perfil de entrada do discente da Faculdade Projeção de Ceilândia contempla características específicas que necessitam ser compreendidas e analisadas, por todos os gestores e, especialmente pelo corpo docente, no intuito de adequar as metodologias de ensino e aprendizagem ao perfil dos ingressantes, bem como aos seus conhecimentos prévios, necessidades e objetivos acadêmicos e profissionais.

A Faculdade Projeção de Ceilândia atende, prioritariamente, as classes B, C e D, por considerar a sua localização e posicionamento estratégico que tem se redimensionado nos últimos anos, fortalecendo a dimensão qualidade *versus* a dimensão preço.

Deste modo, compreende-se que a classificação econômica seja uma importante característica de definição do perfil de entrada do discente, entretanto, destacam-se, também, outros como faixa etária, sexo, nível de escolaridade, local de moradia, empregabilidade e instituição de ensino de origem (ensino médio).

Quanto à classificação econômica no Brasil, destaca-se que a mensuração indica classes de A1 a E, sendo A1 a classe mais alta e E a classe mais baixa. A classificação completa, portanto, compreende A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. O referido instrumento considera o grau de escolaridade do líder familiar e a quantidade de certos recursos e equipamentos domiciliares.

Resumidamente, portanto, pode-se considerar que o perfil de entrada do discente da Faculdade Projeção de Ceilândia, no que tange à sua classificação econômica, compreende a população da Classe Média composta por trabalhadores que prestam serviços diretamente aos grupos mais ricos, profissionais com ensino médio e/ou superior empregados em funções medianas em empresas, profissionais

com ensino médio e/ou ensino superior que são funcionários públicos, funcionários de escritórios mais qualificados de empresas ou do governo e trabalhadores manuais de maior qualificação. Além da Classe médica, da Faculdade Projeção de Ceilândia agrega discentes considerados como pertencentes à classe baixa, que são aqueles que prestam serviços a baixos preços às classes médias e os trabalhadores industriais ou funcionários do Estado e da iniciativa privada menos ou não qualificados.

Sendo assim, compreende-se que os ingressantes da Faculdade Projeção de Ceilândia são trabalhadores, pertencentes às classes média ou baixa, no âmbito das classes B e C, que procuram a Educação Superior como oportunidade de crescimento pessoal e conseqüente ascensão profissional, social e econômica. São os denominados trabalhadores-alunos, que intensificaram sua presença nas IES, nos últimos anos, especialmente devido aos financiamentos e programas de bolsas ofertados pelo governo federal, pelos Estados ou pela própria instituição, como é o caso do FIESP da Faculdade Projeção de Ceilândia.

### **5.5 Perfil profissional do egresso**

Os egressos da Faculdade Projeção de Ceilândia possuem perfil cultural e profissional constituído a partir de três linhas de convergência, igualmente importantes e que se integram em cada um dos projetos pedagógicos dos diferentes cursos e habilitações, que são o ensino, a pesquisa e a extensão.

A identidade do egresso, nesse sentido, é delineada como um conjunto de competências, habilidades e atitudes que se traduzem numa visão que ultrapassa atender somente as necessidades do mercado, permitindo ao futuro profissional por meio de um conjunto de conceitos e práticas didático-pedagógicas uma sólida formação de conhecimentos gerais e específicos, formação crítica acerca da diversidade sociocultural, econômica e política da sociedade, ética, responsável e contemporânea.

Dessa forma, da Faculdade Projeção de Ceilândia oferece ao estudante de graduação uma estrutura de ensino flexível de cursos e carreiras que promovem a integração entre a graduação e a pós-graduação para que este se sinta motivado e impulsionado a estar permanentemente em processo de formação.

Nessa estrutura de ensino flexível estão: a aprendizagem que coloca o estudante no universo das novas tecnologias com as quais se encontrará no mundo

do trabalho, por meio de disciplinas que são oferecidas em ambiente virtual, uso de softwares, simuladores e aplicativos de acordo com a habilitação; as práticas de estágio e de atividades complementares que integram o saber acadêmico à prática profissional e que reconhecem habilidades e competências adquiridas fora do ambiente da sala de aula e a elaboração do trabalho de conclusão de curso que lhe assegura completa autonomia intelectual.

Considerando-se as características regionais e diferentes interesses identificados com o campo de atuação profissional o egresso da Faculdade Projeção de Ceilândia deve ser capaz de praticar ações fundamentais no domínio de conhecimentos adequando-se à realidade social do mercado de trabalho contemporâneo e na busca de soluções criativas para atendimento às necessidades locais e as competências explicitadas nas Diretrizes Curriculares de cada curso. Os cursos oferecidos pela Instituição devem formar profissionais com as seguintes competências e habilidades básicas:

- Desenvolver capacidades que permitam uma visão atualizada do mundo para nele atuar preventivamente ou apresentar soluções em seus conflitos individuais ou coletivos;
- Ter uma base de formação humanística, conforme o modelo educacional da instituição;
- Desenvolver uma formação crítica, em seu mais amplo significado e atitudes éticas, reflexivas e democráticas;
- Atender às diferentes manifestações da cultura presentes na sociedade, considerando as características regionais e os diferentes interesses identificados com o campo de atuação profissional;
- Ter a pesquisa como referência e instrumento de formação e atuação profissional, articulando teoria e prática e utilizando métodos apropriados de coleta e análise de dados em seu campo específico.

O perfil de formação desejado para os egressos do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia, sem deixar de atender às expectativas mínimas regulamentadas pela legislação educacional, pretende ir além, agregando qualidades que lhes permitam desempenhar suas atividades profissionais com rigor técnico, correção e ética e imbuídos por uma constante preocupação social, que se reflita naturalmente em seu agir cotidiano.

Assim é que o perfil dos egressos deve ter em conta as peculiaridades regionais, o mercado de trabalho dominado pela busca por um espaço nas carreiras públicas, o fulgurante progresso tecnológico que vem alterando a maneira como se operacionaliza o Direito, as mudanças socioeconômicas recentes e ainda em fase de consolidação. E, com igual ou maior relevância, este perfil deverá contemplar um efetivo comprometimento com a materialização dos direitos dos cidadãos, fazendo-se viva uma constante preocupação em assegurar que o Direito funcione como um instrumento para evolução social.

O perfil de formação profissional dos egressos do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia deverá, portanto, apresentar as seguintes características:

- Consciência de seu papel perante a sociedade, de sua responsabilidade como agente transformador, respeitando as pessoas e reconhecendo a sua importância para o sucesso de todas as ações;
- Capacidade de compreender os fenômenos sociais, enxergar as carências e conflitos e operacionalizar os conhecimentos técnico-jurídicos de modo orientado à satisfação das necessidades humanas;
- Formação interdisciplinar, pautada na percepção de que o Direito não é uma ciência autônoma, mas um domínio do saber em permanente relação com outras ciências sociais;
- Capacidade de assumir uma postura reflexiva, crítica e construtiva frente à tradicional visão dogmática do Direito, aberta ao diálogo com outros campos de conhecimento e com a realidade social circundante, sempre com vistas a adequar suas práticas profissionais às necessidades humanas que se apresentem;
- Aptidão para desenvolver estratégias teóricas e metodológicas que permitam transpor limites tradicionalmente colocados ao pensamento e às práticas jurídicas, de modo a adaptar o conhecimento técnico-jurídico aos novos e diferentes problemas cotidianos, sempre com os pés fincados em valores éticos e o olhos voltados à promoção da justiça social;
- Sólido domínio conceitual e de habilidades voltadas à leitura, compreensão e aplicação dos textos jurídicos e dos conhecimentos dogmáticos, sempre

de forma associada a uma postura reflexiva, crítica e socialmente responsável;

- Consciência da prioridade em agir de modo a prevenir litígios, promovendo a harmonia nas relações sociais;
- Rigor ético em suas condutas, seja no desempenho de carreiras privadas ou públicas, com prevalência da boa-fé e da probidade, preocupação com o outro, certeza de sua responsabilidade social e das consequências inerentes a seus atos profissionais;
- Independência intelectual, aptidão para construir o próprio conhecimento por meio de leitura, pesquisa, investigação, reflexão e crítica, tanto de dados técnicos quanto de fenômenos sociais.

O bacharel em Direito formado pela Faculdade Projeção de Ceilândia deverá ser consciente de que, além do competente exercício da carreira jurídica pretendida, leva consigo um compromisso social com a comunidade que o circunda: a responsabilidade de dar seguimento à travessia experimentada pela sociedade brasileira, o que deverá se materializar por meio de uma postura socialmente engajada, ciente de seu lugar no mundo, eticamente orientada e comprometida com a solução dos conflitos com base em valores éticos, de respeito as pessoas em sua diversidade, boa-fé e justiça social.

### **5.6 Proposta pedagógica do curso**

É missão da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais promover a formação de profissionais que possam compreender e atuar no contexto social com ética, comprometidos com a construção de uma sociedade colaborativa na defesa dos direitos fundamentais, da igualdade, da justiça e imbuída de valores democráticos.

É cediço que os cursos da escola estão umbilicalmente ligados a realidade social e a necessidade de se fazer frente a seus conflitos e carências. Considerando que o núcleo formativo da escola é o sócio humanístico, a proposta pedagógica deve estar permanentemente preocupada com o desenvolvimento de mecanismos de ensino-aprendizagem articulados com a realidade social, em especial quando se tem em mira as dificuldades práticas que a forma tradicional de se pensar e ensinar acarretam. A realidade com que se confrontam grande parte dos profissionais no exercício das suas atividades, independentemente da opção exercida, evidencia a

defasagem entre o ensino oferecido e aquilo que efetivamente seria necessário em face das práticas e conflitos sociais.

Boaventura de Sousa Santos<sup>15</sup>, com propriedade, já alertou que se está diante de um momento de transição paradigmática, na busca de uma teoria crítica pós-moderna, logo, ainda, num estágio ‘moderno’. Para tanto, urge que se tenha a consciência de que a busca do conhecimento emancipatório há de ultrapassar a fase atual do ‘conhecimento-regulação’, sem cair na tentação de se quedar ante discursos teóricos que ultimem transformar a própria teoria. Segundo o festejado autor, “na ciência moderna, ruptura epistemológica simboliza o saldo qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; no conhecimento-emancipação, esse salto qualitativo deve ser complementado por um outro, igualmente importante, do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum”<sup>16</sup>.

É necessário, pois, aprender a pensar, já que pensar é uma forma de aprender básica para o julgamento daqueles interesses sociais que estão por detrás de qualquer direito subjetivo de qualquer cidadão.

Com egressos que trabalharão com temas sociais dos mais variados, a formação discente deve ser realizada com vista a promover a independência intelectual, preparando-os para serem agentes de sua própria formação, profissionais críticos, éticos e capacitados a construir seu conhecimento pela busca de informações e sua adequada articulação com dados técnicos e experiências concretas.

Para tanto, inserido que está o a Escola de Ciências Jurídicas e Sociais no contexto do Centro Universitário Projeção, inadequado seria apresentar uma proposta pedagógica dissociada do Projeto Pedagógico da Instituição. Assim, referenda-se o compromisso com um projeto fundado na interdisciplinariedade e na transdisciplinariedade, promovendo a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, pois ele pressupõe uma atitude de abertura não preconceituosa onde todo o conhecimento é igualmente importante, onde o conhecimento individual esvazia-se frente ao conhecimento universal<sup>17</sup>.

O fomento permanente as atividades de pesquisa e de extensão, através do incentivo as realização de atividades complementares e do trabalho dos núcleos

---

<sup>15</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um Novo Senso Comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, v. 1.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>17</sup> Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018 – Centro Universitário Projeção

específicos da escola, Núcleo de Pesquisa e Produção científica, Núcleo de Atualização Multidisciplinar e Núcleo da Prova Institucional, que trabalham em sintonia com Núcleo de Desenvolvimento Científico (NDC) e o Núcleo de Extensão (NEX) da instituição, é imprescindível para o desenvolvimento da esperada postura crítica e reflexiva e da aptidão para a pesquisa, conforme previsto no conceito da Escola.

Para viabilizarmos por completo uma formação sócio-humanística, é fundamental que os alunos tenham contato com a realidade social na qual estão inseridos, vivenciando questões práticas por intermédio do estágio profissional. Reconhecendo a importância do Estágio Profissional a ECJS fundou a Casa do Cidadão, um espaço ideal para refletir e vivenciar questões teóricas e práticas que permearão a vida profissional do alunado, espaço este vocacionado a fazer o bem: a) pelo social, no atendimento á população; b) pela educação, na formação dos acadêmicos, trazendo para todos e para cada um, a compreensão efetiva e a prática da colaboração social; c) pela formação consistente de profissionais preparados para enfrentar a vida profissional com todas as suas vicissitudes, capazes de compreender os problemas em todas as suas dimensões e deduzir as soluções mais apropriadas para a efetivação dos direitos e a realização de seus objetivos.

Na Casa do Cidadão, os discentes recebem informação, orientação, conhecimento, treinamento, consultoria, capacitação em múltiplas áreas do saber. Os alunos dos Cursos de Direito e de Serviço Social são monitorados por advogados e por assistentes sociais, fazendo um atendimento multidisciplinar à comunidade, inclusive com a prestação de assistência extrajudicial através dos Centros de Conciliação e do Núcleo de Atendimento as Vítimas de Violência Doméstica. A Casa do Cidadão possui instalações em Taguatinga, Ceilândia, Guará, Riacho Fundo, Samambaia e Sobradinho.

O estudo e a utilização de metodologias ativas recebem especial atenção no Centro Universitário Projeção que desenvolve o Programa de Formação Continuada e Prática Docente que tem por objetivo principal a instrução e motivação dos docentes para a utilização sistematizada de metodologias ativas de aprendizagem no âmbito das suas disciplinas. A Escola, cômscio da importância deste tema para o sucesso do binômio ensino-aprendizagem, incentiva e apoia os seus docentes na utilização de metodologias ativas, bem como criou um grupo de estudos com o objetivo de desenvolver pesquisas nesta área que, atualmente, está debruçado sobre a Instrução por Colegas ou Peer Instruction.

Assim, restam explicitados os alicerces da proposta pedagógica da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais, fundamentais para o alcance dos objetivos dos nossos cursos e da formação de egressos de acordo com o perfil que nos propusemos.

## **5.7 Estrutura curricular**

### **5.7.1 Flexibilidade curricular**

A integralização da matriz curricular está prevista para ocorrer em 10 semestres. Os pré-requisitos exigidos para se cursar algumas disciplinas, atendem a necessidade de orientação do discente para o melhor aproveitamento do conteúdo programado, sem prejudicar a flexibilidade da matriz curricular.

Visando atender a formação sócio-humanística, imprescindível que este projeto tenha por foco a interdisciplinariedade, o que se evidencia na ementa de inúmeras disciplinas que preservam a relação teórica fundante com a consciência que se desenvolve. As disciplinas optativas também são importantes instrumentos na promoção da flexibilidade curricular, regularmente nosso discente pode optar por duas disciplinas optativas, entre elas: Gestão Organizacional, Libras, Seguridade Social: Previdenciário, Política de Criança, Adolescente e Juventude e Formação Sócio-Histórica do Brasil.

### **5.7.2 Acessibilidade pedagógica e atitudinal**

A Faculdade Projeção de Ceilândia conta com um documento norteador que define as diretrizes e procedimentos relacionados à acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e da pessoa com transtorno do espectro autista. O referido documento tem sido revisado regularmente no intuito de atender as orientações legais acerca do tema, mas, sobretudo, com a finalidade de atender, incluir e assegurar o acesso de todos à formação acadêmica e profissional, por meio da aprendizagem e da inclusão no ambiente acadêmico.

Deste modo, o referido manual institucionaliza a política de acessibilidade da pessoa com deficiência à Educação Superior na Faculdade Projeção de Ceilândia, assegurando o direito fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº. 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005 e 7.611/2011.

A educação no Grupo Projeção tem como princípios norteadores a colaboração entre Docentes, Corpo Técnico-Administrativo e Comunidade, visando o pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino, na Faculdade Projeção de Ceilândia, assim como nos moldes do Artigo 206 da Constituição da República Federativa do Brasil, ocorre com base nos seguintes princípios:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência nesta instituição;
- b) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- c) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

Para a garantia da igualdade a Faculdade Projeção de Ceilândia se compromete em oferecer atendimento educacional especializado à pessoa com deficiência. A Faculdade Projeção de Ceilândia reconhece, nos termos da Lei, Pessoa com Deficiência aquelas que têm impedimento de natureza física, sensorial e intelectual, que em interação com as barreiras atitudinais e ambientais poderão ter obstruída sua participação em condições de igualdade com as demais pessoas. Assim, a deficiência não se constitui como doença ou invalidez e as políticas sociais, destinadas a este grupo populacional, não se restringem às ações de caráter clínico e assistencial.

A inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior deve assegurar-lhes o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional.

Para a efetivação deste direito e garantir a plena participação dos estudantes, foi idealizado, planejado e desenhado os procedimentos necessários para assistir a pessoa com deficiência e a proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A acessibilidade da pessoa com deficiência nos Cursos Superiores da Faculdade Projeção de Ceilândia é executada por meio da parceria entre o NAPeS – Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante, Coordenações de Curso, professores, pessoal do corpo técnico administrativo e comunidade, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantem a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas,

arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

No período de 2010 a 2011, o NAPEs – Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante e a DAES – Diretoria Acadêmica da Educação Superior, idealizaram e implementaram as primeiras ações direcionadas a acessibilidade da pessoa com deficiência. A partir de 2012 com a consolidação da instituição e com o aumento da demanda de alunos, notou-se a urgência em padronizar e institucionalizar o atendimento e suporte a esta clientela, resultando desta forma neste documento que orienta todos os envolvidos no processo, controla a execução das ações e monitora os indicadores e a qualidade do serviço prestado.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante- NAPEs funciona como local de apoio e coordenação para atendimento e acompanhamento de alunos, para auxiliá-los no que for necessário.

Destaca-se, portanto, que é preciso eliminar, constantemente, as barreiras que impedem a participação social da pessoa, bem como o gozo, a função, o exercício de seus direitos de acessibilidade, à liberdade do movimento e de expressão, a comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, a circulação com segurança, de acordo com a lei 10.098/00 (Redação dada pela Lei nº 13.146/15- Vigência), para que o aluno obtenha uma vida acadêmica de excelência, possibilitando e condicionando o alcance de seus anseios, pois se houver acessibilidade haverá êxito.

Deste modo, afirma-se no presente Projeto Pedagógico de Curso que os procedimentos constantes no referido Manual são práticas recorrentes na Instituição, pois o Curso de Direito acredita e viabiliza a acessibilidade atitudinal, por meio do rompimento das barreiras do preconceito e da discriminação em relação às pessoas em geral e, ainda, compreende que todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras; como, também, viabiliza a acessibilidade pedagógica, pois garante a ausência de barreiras nas metodologias do processo de ensino e aprendizagem e das técnicas de estudo por meio da atuação docente.

Para tanto, a Faculdade Projeção de Ceilândia, por meio do NAPES e do Programa de Formação Continuada e Prática Docente proporciona o desenvolvimento e formação dos professores para que eles compreendam as especificidades envolvidas e atuem conforme os preceitos da educação inclusiva, providenciando as adaptações razoáveis para assegurar as necessidades individuais de cada aluno,

para garantir o desempenho e inclusão de todos, por meio da adequação da linguagem e das técnicas de estudo, com o intuito de facilitar o aprendizado de acordo com a deficiência.

O Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia promove, portanto, a inclusão de alunos com deficiência e compreende que isso expande os horizontes tanto dos alunos deficientes quanto dos sem deficiência. A convivência com a diferença oportuniza aos discentes a observação de novas formas e possibilidades, bem como se traduz em aprendizado para todos. A Faculdade Projeção de Ceilândia, deste modo, executa com rigor os procedimentos indicados no Manual de acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e da pessoa com transtorno do espectro autista, pois compreende que a educação inclusiva está diretamente relacionada à necessidade da Instituição de Educação Superior de se adaptar às necessidades dos alunos e não o contrário.

A Faculdade Projeção de Ceilândia compreende que todos os alunos merecerem receber equidade de condições a fim de minimizar suas dificuldades e conflitos ao longo do curso, facilitando o processo de aquisição do conhecimento e seu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional. Deste modo, promover a integração deste aluno à comunidade acadêmica é o compromisso da Faculdade Projeção de Ceilândia.

### **5.7.3 Teoria versus prática**

É cediço que os nossos cursos estão umbilicalmente ligados a realidade social e a necessidade de se fazer frente a seus conflitos e carências. Ao considerar que o núcleo formativo da nossa escola é o sócio-humanístico, a proposta pedagógica está permanentemente preocupada com o desenvolvimento de mecanismos de ensino-aprendizagem articulados com a realidade social, em especial quando se está balizado pelas dificuldades práticas que a forma tradicional de se pensar e ensinar acarretam. A realidade com que se confrontam grande parte dos profissionais no exercício das suas atividades, independentemente da opção exercida, evidencia a defasagem entre o ensino oferecido e aquilo que efetivamente seria necessário em face das práticas e conflitos sociais.

Para viabilizar de maneira robusta a formação sócio-humanística, é de extrema relevância que nossos discentes tenham uma vivência com a realidade social na qual

estão inseridos, deparando-se com questões práticas por intermédio do estágio profissional, bem como com outras atividades de extensão que lhe são oportunizadas. Exatamente por reconhecer o importante papel do Estágio Profissional a nossa Escola fundou a Casa do Cidadão, um espaço ideal para refletir e vivenciar questões teóricas e práticas que permearão a vida profissional do nosso discente, espaço este vocacionado a promover o bem: a) pelo social, no atendimento à população em suas mais diversas demandas; b) pela educação, na formação dos acadêmicos, trazendo para todos e para cada um, a compreensão efetiva e a prática da colaboração social; c) pela formação consistente de profissionais preparados para enfrentar a vida profissional com todas as suas vicissitudes, capazes de compreender os problemas em todas as suas dimensões e deduzir as soluções mais apropriadas para a efetivação dos direitos e a realização de seus objetivos.

Na Casa do Cidadão, os discentes recebem informação, orientação, conhecimento, treinamento, consultoria, capacitação em múltiplas áreas do saber. Os alunos dos Cursos de Direito e de Serviço Social são acompanhados por advogados e por assistentes sociais, oferecendo um atendimento multidisciplinar à comunidade, inclusive com a prestação de assistência extrajudicial através dos Centros de Conciliação e do Núcleo de Atendimento as Vítimas de Violência Doméstica. A Casa do Cidadão possui instalações em 06 regiões administrativas do Distrito Federal: Taguatinga, Ceilândia, Guará, Riacho Fundo, Samambaia e Sobradinho.

Nesta medida, busca-se formar alunos capazes de compreender seu lugar no mundo, sua capacidade de transformar realidades políticas e sociais, de perceber a influência que as mudanças globais exercem sobre o indivíduo. Acredita-se que o discente, com uma compreensão do contexto em que está inserido, tem melhores condições de se posicionar frente aos desafios que lhe é proporcionado, e por isso, tais propósitos são perseguidos, pela Faculdade Projeção do Ceilândia, na formação discente.

Para tanto, a necessária relação entre a teoria e a prática é desenvolvida, ao longo dos 10 semestres do curso, com atividade promovidas pelos docentes, como participação em audiências cíveis, trabalhistas, crimínicas, e com a entrega de relatório da experiência devidamente relacionada com a matéria qual está matriculado. Os docentes realizam visitas técnicas, oportunizando que os discentes visitem Tribunais Estaduais, Federais e Superiores, entre outros espaços do cotidiano do profissional

do Direito como, por exemplo, unidades de internamento de menores infratores e o sistema penitenciário do Distrito Federal. No entanto, a relação entre a teoria e prática se intensifica ao longo dos 4 semestres nos quais os nossos alunos se dedicam ao estágio profissional realizado dentro da Casa do Cidadão, local destinado ao atendimento da população carente da região com o fito de garantir um maior acesso à Justiça pelos cidadãos e a pacificação social dos conflitos, promovendo um serviço jurídico de alta relevância para a comunidade local.

Aos alunos do Curso de Direito é disponibilizada a oportunidade de participar de diversas atividades que simulam a realidade da atuação profissional, tais como o Torneio de Sustentação Oral e o Júri Simulado. Para além das atividades simuladas, é na Casa do Cidadão que o discente tem a oportunidade de vivenciar, o mais próximo possível, a realidade profissional que o aguarda, é na qualidade de estagiário que ele atenderá o público, confeccionará petições, recursos e respostas, bem como participará efetivamente das realizações de audiências, sempre com a supervisão de um advogado orientador.

#### 5.7.4 Matriz curricular

<b>Matriz 2017.1</b>		
<b>Disciplina</b>	<b>C.H.</b>	<b>Pré-Requisitos</b>
<b>1º Semestre</b>		
Sociologia	80	
Economia	80	
Psicologia	40	
Leitura e Produção de Texto	80	
Antropologia	40	
Introdução ao Estudo do Direito	80	
	<b>400</b>	
<b>2º Semestre</b>		
Ciência Política	80	
Meio Ambiente e Sustentabilidade	80	
Direito Constitucional - Direitos Fundamentais e Sociais	80	
Direito Civil - Parte Geral	80	
Direito Penal - Teoria do Crime	80	
	<b>400</b>	
<b>3º Semestre</b>		
Direito Processual Penal: Investigação e Processo Criminal	80	
Direito Civil- Teoria Geral das Obrigações e dos Contratos	80	D-204
Direito Penal - Teoria da Pena	80	D-205

Direito Constitucional - Organização do Estado	80	D-203
Direito Processual Civil - Parte Geral	80	
	<b>400</b>	
<b>4º Semestre</b>		
Direito Civil - Contratos em espécie	80	D-302
Direito Penal - Parte Especial I	80	D-303
Direito Constitucional - Processos Constitucionais	80	D-304
Direito Processual Penal: Procedimentos e Recursos Criminais	80	D-301
Direito. Processual Civil - Conhecimento	80	D-305
	<b>400</b>	
<b>5º Semestre</b>		
Direito Processual Civil - Recursos	80	D-405
Direito Civil - Direitos Reais	80	D-204
Direito Penal - Parte Especial II	80	D-303
Direito Individual do Trabalho	80	
Direito Empresarial - Teoria da Empresa	80	
	<b>400</b>	
<b>6º Semestre</b>		
Direito Tributário: Noções Fundamentais	80	D-304
Direito Civil - Família	80	
Direito Coletivo do Trabalho	80	D-504
Direito Processual Civil - Execução	80	D-405
Direito Empresarial - Títulos de Crédito e Falência	80	D-505
	<b>400</b>	
<b>7º Semestre</b>		
Direito Civil - Sucessões	80	D-602
Direito Administrativo - Organização Administrativa do Estado	80	
Direito Processual do Trabalho	80	D-603
Método de Solução de Conflitos	80	
Direito Tributário: Crédito Tributário	80	D-601
Estágio Supervisionado I	80	D-501
	<b>480</b>	
<b>8º Semestre</b>		
Ética Geral e Profissional	80	
Direito do Consumidor	80	
Direito Administrativo - Atividades Administrativas	80	D-702
Filosofia	80	
Estágio Supervisionado II	80	D-706
	<b>400</b>	
<b>9º Semestre</b>		
Tópicos Especiais	160	D-805
Direito Internacional	80	D-304
Optativa I	80	
Trabalho de Conclusão de Curso I	80	
Estágio Supervisionado III	80	D-805

	<b>480</b>	
<b>10º Semestre</b>		
Legislação Penal e Processual Especial	80	D-503
Direitos Humanos	80	
Trabalho de Conclusão de Curso II	80	D-904
Optativa II	80	
Estágio Supervisionado IV	80	D-905
	<b>400</b>	
<b>Atividades Complementares</b>		
Atividades Complementares	200	
Optativas	160	
	<b>CH</b>	
Total Horas para Colação de Grau: 4.360h	4360	
Total Horas Relógio	3720	
<b>Optativas</b>		
Gestão Organizacional	80	
Libras	80	
Política da Criança, Adolescente e Juventude	80	D-203
Seguridade Social: Previdenciário	80	D-504
Formação Sócio histórica do Brasil	80	

### 5.7.5 Interdisciplinaridade e transversalidade

Os temas transversais percorrem toda a matriz curricular, são considerados de relevante interesse para o aluno e, normalmente, são oriundos de problemas empíricos ou teóricos emergentes.

A possibilidade de adoção de temas transversais se explica pela necessidade da existência de um espaço para o trato de assuntos importantes na formação acadêmica e profissional que interessam a mais de uma disciplina ou a mais de um semestre, numa perspectiva de interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade consiste em trabalho conjunto, tendo em vista a interação das disciplinas e de seus procedimentos, a complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas áreas do conhecimento que formam a matriz curricular de um curso, com base na organização cooperativa e coordenada do ensino.

Deste modo, para se atingir esse objetivo, procurar-se-á, na medida do possível e com o respeito à estrutura epistemológica de cada disciplina, a operacionalização

integrada dos planos de ensino, de forma a possibilitar que as diferentes áreas do conhecimento se interpenetrem e se relacionem, dentro de um processo de intensa cooperação.

Com esse propósito, diversos trabalhos têm sido realizados em conjunto pelos cursos que compõem cada Escola Superior, bem como entre as Escolas, promovendo eventos, visitas técnicas, viagens acadêmicas, projetos de intervenção, soluções inovadoras, e, sobretudo, a oferta compartilhada das componentes curriculares que contemplam o Núcleo Comum do Projeção, dentre outras atividades.

Ainda acerca dos temas transversais, ao longo de todo o percurso acadêmico especial atenção é dedicada aos temas relacionados à pluralidade étnico-racial, ao reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como às atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essenciais à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, de modo a assegurar que o saber técnico seja acompanhado da reflexão humanista.

Destaca-se, portanto, que o Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia, no âmbito dos seus componentes curriculares, das práticas interdisciplinares e por meio das demais atividades acadêmicas de pesquisa e extensão promove a interdisciplinaridade e a transversalidade de diversos temas importantes à sociedade brasileira, especialmente acerca das **Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena**, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004; dos **Direitos Humanos**, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 0/05/2012; da **Libras**, conforme o Dec. Nº 5.626/2005; e das **Políticas de educação ambiental**, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

Os referidos temas são desenvolvidos por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, de modo transversal e interdisciplinar, ao longo do curso, mas especialmente por meio das disciplinas Sociologia, Antropologia, Direitos Humanos, Libras, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Política da Criança, Adolescente e Juventude, Filosofia, Meio Ambiente e Sustentabilidade.

### 5.7.6 Núcleo Comum da Escola

A Escola de Ciências Jurídicas e Sociais mantém um núcleo formativo comum que serve de eixo estruturante para a formação dos nossos egressos com a consciência sócio-humanística proposta. Assim, tanto os alunos do Curso de Direito, como os de Serviço Social, possuem as seguintes disciplinas em suas matrizes curriculares: Psicologia, Antropologia, Direito Individual do Trabalho, Direito Civil – Família, Direito Administrativo – Organização Administrativa do Estado, Método de Solução de Conflitos, Direito do Consumidor, Filosofia, Direitos Humanos, Gestão Organizacional, Libras, Política da Criança, Adolescente e Juventude, Seguridade Social Previdenciário, Formação Sócio-Histórica do Brasil.

### 5.7.7 Núcleo Comum da Faculdade Projeção de Ceilândia

O currículo dos Cursos Superiores da Faculdade Projeção de Ceilândia está organizado por eixos estruturantes e/ou integradores denominados de Núcleo Comum da Faculdade Projeção de Ceilândia, Núcleo Comum da Escola Superior e Núcleo específico de formação. A organização por Núcleo ou Eixo oportuniza ao discente o diálogo entre as diferentes áreas do saber que permeiam a sua formação acadêmica e profissional e, sobretudo, definem uma identidade de formação.

De acordo com Silva (2015)<sup>18</sup>, o eixo estruturante ou integrador é o elemento norteador e nuclear da proposta curricular que costuma ser escolhido e debatido anteriormente às disciplinas. As disciplinas, temas, áreas e projetos gravitam, portanto, ao redor dele que promove o diálogo destas diferentes esferas do saber.

As disciplinas e temas transversais compreendem os Núcleos e definem, portanto, a matriz curricular dos Cursos Superiores da Faculdade Projeção de Ceilândia que atendem aos pressupostos das teorias do currículo tradicional, como o ensino, a aprendizagem, a avaliação, o planejamento, a didática, a metodologia e a eficiência; das teorias críticas, como a reprodução cultural e social, o poder, o capitalismo, a emancipação e libertação, o poder e a conscientização; e, ainda, das teorias pós-críticas como gênero, raça, etnia, sexualidade, cultura, subjetividade, representação, saber-poder e identidade (SILVA, 2011)<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> SILVA, Francisco Thiago. **Currículo Integrado, Eixo Estruturante e Unidades Didáticas Integradas no Cotidiano Escolar**. Anais do VII Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares Políticas de Currículo e Formação: desafios contemporâneos. GT 11: Políticas de Currículo e Formação no Ensino Fundamental. UFPB, João Pessoa, PB, 2015.

<sup>19</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Os Núcleos Comuns, da Faculdade Projeção de Ceilândia e das Escolas Superiores, buscam alcançar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, sendo a primeira de forma intencional, que promove a interdependência entre as disciplinas a partir do eixo estruturante e a segunda por meio de um sistema de cooperação total entre as disciplinas, sendo o nível mais elevado da interdisciplinaridade<sup>20</sup>.

### **5.7.8 Conteúdos curriculares**

O Curso de Direito da Faculdade Projeção atento as diretrizes curriculares nacionais, estruturou a sua matriz curricular tendo por norte os seguintes eixos:

#### **a) Eixo de formação fundamental**

O Eixo Fundamental tem por objetivo integrar o estudante no campo do Direito, sob a perspectiva de seu objeto, apontando ainda para as relações do Direito com outras áreas do saber, pertinentes à compreensão de seu método e finalidades.

Neste sentido o curso de Direito Projeção privilegia em seu currículo as disciplinas Antropologia; Introdução ao Direito; Sociologia; Língua e Produção de Texto; Ciência Política; Economia; Psicologia; Filosofia; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Métodos de Solução de Conflito; e Ética Geral e Profissional.

Já nesse eixo, além das diretrizes de extensão e pesquisa realizadas em cada plano de ensino, estão institucionalizadas medidas que aproximam o acadêmico da sociedade em ações sociais e de investigação científica, que integram a pesquisa e a extensão, como a realização de Práticas Investigativas, sob a coordenação do Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, que investigam temas de grande relevância sociais, para perquirir a compreensão, pensamento e sentimento da população ou dos segmentos investigados, a depender do tema definido para investigação, interagindo com a comunidade, compreendendo mais de perto suas aflições, inquietações, pensamentos e objetivos, e entregando ao estudo acadêmico, dados valiosos que vão inspirar novos estudos, e que são encaminhados às autoridades públicas e à grande imprensa.

#### **b) Eixo de formação profissional**

Os conteúdos mínimos do eixo de Formação Profissional preparam o estudante para aprender sempre mais, para tanto, além do enfoque dogmático, preocupa-se em

---

<sup>20</sup> Adaptado do material apresentado pelo Prof. Francisco Thiago Silva na **palestra ministrada no UniProjeção acerca da reestruturação curricular em março de 2016.**

estimular o discente a conhecer e aplicar o Direito, com rigorosidade metodológica e adequada interlocução com os conteúdos de formação fundamental. Nesse sentido, o eixo de formação profissional apresenta as matérias: Direito Administrativo; Direito Civil; Direito Empresarial; Direito Constitucional; Direito Internacional; Direito Penal; Direito Processual; Direito do Trabalho; e Direito Tributário.

Outras disciplinas foram incluídas no currículo pleno do curso, para dar-lhe um perfil próprio, além dos interesses do próprio mercado de trabalho, são elas: Direito do Consumidor; Direitos Humanos e Fundamentais; Legislação Especial.

### **c) Eixo de formação prática**

O Eixo de formação prática objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Nesta perspectiva, estamos cientes que as novas demandas jurídicas existentes representam um desafio, que não se satisfarão com as soluções apontadas pelos códigos. É preciso aprender a pensar em novas soluções criativas de solução de conflito ou mesmo das relações não conflituosas, mas que exigem um tratamento alternativo.

A Casa do Cidadão - Núcleo de Prática Jurídica, como todo o complexo de atividades práticas e complementares, devem ser o celeiro das atividades de extensão direcionadas à formação sociopolítica e técnico-jurídica dos alunos, criando um ambiente que abranja conteúdos interdisciplinares. É evidente que as atividades de extensão não devem estar restritas às atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas, porém é um local privilegiado onde podem as práticas jurídicas se articular com a pesquisa.

No mesmo sentido, as atividades complementares constituem-se na garantia de que os cursos de Direito destinem carga horária para que o aluno possa orientar, segundo seu interesse, sua própria formação, daí o currículo do Curso de Direito da Faculdade Projeção contemplar 200 (duzentas) horas de atividades complementares de graduação.

Para fortalecer o desenvolvimento do eixo de formação prática, alguns estímulos são lançados, como as competições do conhecimento que envolvem o estudo da prática profissional, como o concurso de petições, o júri simulado e o Torneio de Sustentação Oral.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, uma das conquistas mais auspiciosas das diretrizes curriculares, contempla no Curso de Direito da Faculdade Projeção, três alternativas de consolidação, uma de forma mais tradicional, consistindo na confecção de uma Monografia ou Artigo Científico, e outras mais modernas, consistentes na elaboração de um Anteprojeto de Lei, que estimula a produção intelectual voltada para o bem da sociedade, com a proposição de ideias concretas de preenchimento de lacunas legislativas ou de aperfeiçoamento da legislação vigente, ou Pesquisas de Campo, para instigar o espírito científico e a continuação dos estudos em nível de pós-graduação stricto sensu. Desta forma, dedica uma carga horária que permitirá desenvolver importante cultura pela pesquisa e pelo uso do método nos trabalhos, não apenas acadêmicos, mas por toda a vida profissional de seus egressos.

O Trabalho de Conclusão de Curso há de representar um momento privilegiado das atividades acadêmicas, não apenas pela organização e desenvolvimento do trabalho em si, pela pesquisa desenvolvida, pela redação do documento, mas, também por sua defesa, o que permite ao formando exercitar a defesa de seu trabalho perante banca examinadora, seja qual for a modalidade escolhida.

## **5.8 Metodologia**

A Instituição de Ensino como agente principal no processo de formação profissional de seus educandos deve estar mobilizada no sentido de atender às expectativas de seu público-alvo e da sociedade enquanto potenciais empregadores dos perfis profissionais requeridos.

Nesse processo de formação é fundamental transformar os conhecimentos adquiridos na educação básica em competências e habilidades necessárias às diferentes atividades profissionais.

A formação de novos profissionais é um desafio presente para os professores e os estudantes das diversas áreas do conhecimento, que precisam assumir o processo de aprendizagem de forma responsável e controlada, que assegure a todos uma adequada aquisição de conhecimentos e de competências. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que conhecimentos não são ensinados, mas sim aprendidos por estudantes motivados para tal finalidade. As competências não se ensinam, adquirem-se, fazendo, vivenciando e experimentando.

Para tanto, uma relação estreita entre a Instituição de Educação Superior e a organização ou empresa fortalece a aprendizagem, como espaços próprios onde se manipulam e aplicam os conhecimentos e se alimentam a motivação e a estimulação indispensáveis nos estudantes.

Pode-se extrair deste contexto que os Cursos Superiores da Faculdade Projeção de Ceilândia em suas concepções curriculares, **privilegiam o saber em articulação com a prática** que oferecem as organizações e empresas, reconhecendo que estas desempenham um papel importante no desenvolvimento, na inovação e na produção de bens e serviços. **E, sobretudo, privilegia a aprendizagem ativa e significativa, por meio da centralidade do aluno no processo de ensino e aprendizagem.**

A metodologia de ensino e aprendizagem aplicada nos Cursos Superiores da Faculdade Projeção de Ceilândia, portanto, está baseada também nos parâmetros, a saber:

- a. Atividades extraclasse e complementares (visitas técnicas, viagens acadêmicas, palestras, oficinas, entre outros);
- b. Aulas de campo (visitas técnicas);
- c. Material didático de apoio;
- d. Recuperação de aprendizagens paralelas;
- e. **Aprendizagem significativa;**
- f. Integração entre as disciplinas promovendo a interdisciplinaridade e a transversalidade;
- g. Conhecimentos específicos;
- h. Foco e **contextualização da realidade;**
- i. Qualificações humanas por meio da interiorização de atitudes e valores;
- j. **Aplicação de metodologias inovadoras e ativas de aprendizagem.**
- k. O professor como o agente de integração mais importante em todo o processo de formação profissional.

Os parâmetros metodológicos expressos acima preconizam uma prática pedagógica diferenciada, que promove o atendimento às diferentes necessidades dos educandos, que orienta e reorienta o processo didático e estabelece metas em relação à aquisição de competências e habilidades.

A faculdade Projeção de Ceilândia promove o estudo e aplicação de metodologias inovadoras de aprendizagem no âmbito das disciplinas e tem buscado qualificar os seus docentes para alcançar a excelência acadêmica definida prioridade estratégica.

### **5.8.1 Metodologias de ensino e aprendizagem**

As competências não se ensinam, adquirem-se, fazendo, vivenciando e experimentando. Para tanto, um casamento entre a Instituição de Ensino Superior e a organização ou empresa fortalece a aprendizagem, como espaços próprios onde se manipulam e aplicam os conhecimentos e se alimentam a motivação e a estimulação indispensáveis nos estudantes. Pode-se extrair deste contexto que os Cursos da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção, em sua concepção curricular, privilegiam o saber, reconhecendo que estas desempenham um papel importante no desenvolvimento, na inovação e na produção de bens e serviços.

A metodologia de ensino e de avaliação é baseada ainda nos seguintes parâmetros: atividades extraclasse e complementares; aulas de campo; material didático de apoio (via blog do aluno); recuperação de aprendizagens paralelas; processos avaliativos que buscam integrar, negociar interesses comuns entre educandos e docentes; integração entre as disciplinas; metodologia problematizadora, partindo dos conhecimentos do educando; aulas dialogadas, debates e discussões em pequenos e grandes grupos; pesquisa temática; produções individuais e grupais conhecimentos específicos; foco e contextualização na realidade; qualificações humanas por meio da interiorização de atitudes e valores e tendo o professor como o agente de integração mais importante em todo o processo de formação profissional.

Os parâmetros metodológicos expressos acima preconizam uma prática pedagógica diferenciada, que promove o atendimento às diferentes necessidades dos educandos, que orienta e reorienta o processo didático e estabelece metas em relação à aquisição de competências e habilidades. Ressalta-se ainda que as escolhas metodológicas devem levar em consideração alguns aspectos pedagógicos como: concepção pedagógica do curso, perfil dos egressos, natureza dos conteúdos, grau

de maturidade dos alunos, nível acadêmico dos alunos e experiência dos docentes com as metodologias propostas, associando-as aos tipos de avaliação aplicados. Dessa forma, durante um curso de longa duração, composto de várias áreas do conhecimento, é possível e recomendado que os docentes utilizem e apliquem diferentes metodologias de ensino.

#### **5.8.1.1 Metodologias ativas de aprendizagem no âmbito do curso**

Acima de tudo, a formação discente deve ser realizada com vista a promover sua independência intelectual, preparando os estudantes para serem agentes de sua própria formação, capacitados a construir seu conhecimento pela busca de informações e sua adequada articulação com dados técnicos e experiências concretas. O Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta objetivos que estabelecem diretrizes e metas para a valorização da formação docente. Assim, o uso de metodologias ativas de aprendizagem associadas a técnicas de ensino e estudo é alternativa viável para a mediação e construção de conhecimentos teóricos, práticos e com significado social, incluindo a realização de pesquisas. Por isso, nas práticas pedagógicas e mediação da aprendizagem nos cursos da Escola há o incentivo e uso de metodologias ativas de aprendizagem, como recursos para a formação crítica e reflexiva dos estudantes por meio de processos de ensino e aprendizagem construtivistas que relevam o contexto contemporâneo da docência quando favorecem a autonomia e a curiosidade dos educandos, de modo a estimular tomadas de decisões individuais e coletivas, advindos das atividades essenciais da prática social e em contextos do estudante.

As metodologias ativas de aprendizagem exigem uma nova postura do discente e do docente, assim, a Escola de Ciências Jurídicas e Sociais compreendeu a necessidade de realizar estudos mais avançados acerca das principais metodologias ativas de aprendizagem e iniciar aplicação sistematizada nas disciplinas. Para tanto, foram criados grupos de pesquisa em metodologias ativas, sendo que a Instrução por Colegas ou a Peer Instruction foi a eleita como a metodologia ativa que melhor se identificava com as demandas do Curso de Direito. Os grupos de pesquisa são liderados por Professores que aplicam a metodologia Peer Instruction em uma de suas disciplinas e, simultaneamente, trabalham com metodologia convencional (expositiva)

com outra turma da mesma disciplina – o que favorece a comparação de resultados, a primeira é denominada piloto e a segunda padrão. Ao final do semestre os docentes envolvidos compartilham suas experiências e resultados com outros docentes e publicam seus resultados na forma de relato de experiência e artigo científico.

As experiências com metodologias ativas não buscam tão somente monitorar o resultado das avaliações, mas também os resultados nas relações interpessoais entre os discentes, coletando seus relatos e percepções a respeito da vivência que lhe é oportunizada.

### **5.8.2 Atividades de tutoria**

O corpo de profissionais de educação das disciplinas ofertadas na modalidade EaD compreende as figuras do professor supervisor e do tutor, a partir de uma perspectiva construtivista, com o objetivo de possibilitar, aos estudantes, o desenvolvimento de competências que promovam aprendizagens significativas, de forma autônoma e independente.

Nessa perspectiva, os professores (supervisores) têm como função a estruturação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o que inclui a elaboração do plano de ensino, das atividades interativas e das avaliações, acompanhando todos os processos de ensino-aprendizagem.

Os tutores são os responsáveis diretos pelas mediações que promovem os processos de ensino e de aprendizagem no AVA. Contudo, antes de desenvolverem a disciplina, os tutores se familiarizam com o conteúdo e com os materiais disponíveis no ambiente virtual, planejando, junto ao professor (supervisor), a melhor utilização das tecnologias interativas disponíveis na plataforma virtual.

O tutor possui a função de orientar o processo de aprendizagem por meio de quatro eixos de mediação: pedagógica, gerencial, técnica e social. Assim, atuar na tutoria é ressignificar a prática educativa e a ação docente a distancia, buscando a construção do conhecimento progressivo, inovador, motivador do pensamento crítico, instigador da pesquisa e, sobretudo, apresentando respostas aos problemas para mediar, de forma eficaz, os processos de ensino e aprendizagem a distancia.

O tutor figura como agente transformador, que exerce o pensamento crítico e autônomo, trabalhando de maneira pró-ativa para resolver conflitos e buscar soluções inerentes aos processos de ensino e aprendizagem a distância.

Compete, portanto, ao tutor da Faculdade Projeção de Ceilândia acompanhar a turma desde o primeiro dia de aula até a realização da prova final; entregar ao NEAD/Coordenação de Curso a relação de alunos ausentes após a realização do primeiro encontro presencial; dominar o conteúdo da disciplina e o AVA; ser solícito e cordial na comunicação virtual; acessar e interagir no ambiente virtual sistematicamente; responder as mensagens de dúvidas e/ou dificuldades dos estudantes de forma clara e objetiva e em tempo; estimular e orientar as discussões no AVA; ser proativo; efetuar atendimento on-line (via Chat) com a turma, uma vez por semana, quando for necessário; motivar o processo de ensino e aprendizagem a distância; garantir a qualidade do atendimento aos alunos, observando as especificidades de aprendizagem e o atendimento especial aos PcD; acompanhar o desenvolvimento de atividades na semana no AVA; corrigir, dar feedbacks e notas das atividades acadêmicas avaliativas da plataforma (fóruns, exercícios on-line e provas presenciais); aplicar e corrigir as avaliações da disciplina; encaminhar feedbacks constantes ao professor supervisor, comunicando o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, buscando esclarecimento de dúvidas ou solução de problemas; comunicar ao professor supervisor e ao NEAD o silêncio Virtual do aluno para que se proceda a investigação do motivo da ausência e a busca pela reintegração do estudante; participar dos treinamentos/Programa de Formação Continuada e Prática Docente e das reuniões promovidos pelo NEAD e RH da IES.

São expectativas da Faculdade Projeção de Ceilândia em relação ao tutor: responsabilidade; iniciativa e dinamismo nas ações docentes; visão crítica e global; capacidade de lidar com situações novas e inesperadas; saber trabalhar em equipe; contribuir com efetividade para o desenvolvimento acadêmico do ensino e aprendizagem.

Compreende-se, portanto, que as atividades de tutoria ocorrem de modo sistemático, planejado, claro, objetivo, simples e, especialmente, tempestivo, atendendo de modo excelente as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular dos Cursos Superiores da Faculdade Projeção de Ceilândia.

#### **5.8.4 Estratégias de operacionalização do currículo**

O currículo vem sendo operacionalizado por meio da integração de ações de ensino, pesquisa e extensão, que proporcionam a aprendizagem teórico-conceitual aliada ao estudo das melhores práticas empresariais, por meio de diversas estruturas

de apoio e ações devidamente planejadas e desenvolvidas ao longo dos semestres letivos. As principais estruturas são descritas a seguir:

- a) **Práticas Investigativas** - pesquisas sobre grandes temas, com a participação de alunos e professores e investigação junto à Comunidade, com entrevista de parcela representativa para expressar a opinião pública sobre os temas em investigação.
- b) **Concurso de Redação** - realizado com alunos do eixo de formação fundamental e profissional, sobre tema de grande interesse social e jurídico, promove o exercício da língua portuguesa, além da pesquisa jurídica e da reflexão ética e crítica do acadêmico;
- c) **Concurso de Artigos** - realizado a cada ano, com alunos dos três eixos de formação e com tema livre, promove o exercício da redação, a pesquisa jurídica, a abordagem técnica e a reflexão ética e crítica do universo jurídico.
- d) **Concurso de Petição** - realizado a cada ano, com alunos dos eixos de formação profissional e prática, promove o exercício da prática profissional, com a compreensão do problema e a definição da solução técnica aplicável, redação da peça jurídica, observando todos os requisitos técnicos necessários, fomentando a pesquisa doutrinária e jurisprudencial, e desenvolvendo as habilidades da argumentação e persuasão.
- e) **Monitoria** - realizado a cada semestre, com bolsas parciais para os selecionados, mediante processo seletivo por provas e entrevistas, visa a seleção de Monitores.
- f) **Júri Simulado** - realizado a cada semestre, com alunos dos eixos de formação profissional e prática, formado por grupos que assumem papéis diferentes no processo do Júri, simulando o julgamento de casos reais findos.
- g) **Torneio de Sustentação Oral** - realizado a cada semestre, com alunos dos eixos de formação profissional e prática, cujos participantes se propõem a preparar a peça profissional sobre casos propostos em Edital, e realizar a Sustentação Oral dos mesmos, em Julgamento Simulado reproduzido com toda a fidelidade de um julgamento real, nas salas de julgamento dos principais tribunais da Capital Federal

- h) **Atividades Complementares** - palestras, debates, jogos educacionais, oficinas e atividades culturais, além de organizar Visitas Técnicas ao longo do semestre a órgãos da Justiça, Ministério Público, OAB, órgãos de segurança pública, complexo penitenciário e tribunais superiores.
- i) **Debates** - sobre grandes temas, com participação de professores, convidados e alunos, com a participação de alunos dos três eixos de formação, promovendo o conhecimento, a reflexão e a capacidade de argumentação.
- j) **Intercâmbio e Viagens Internacionais** - visando o intercâmbio de alunos e professores alunos das Faculdades Projeção participam de viagens internacionais com intercambio e atividades acadêmicas em instituições de ensino no exterior.
- k) **Cursos de Atualização Multidisciplinar** - realizados a cada semestre, com participação de alunos dos eixos profissional e prático, bem como com egressos, promove a atualização de conhecimentos, em razão das alterações legislativas e jurisprudenciais, bem como a revisão de conteúdos multidisciplinares.
- l) **Simulados do Exame de Ordem** – realizado a cada semestre, com participação de alunos dos eixos de formação profissional e prático, além de permitir ao acadêmico testar seu conhecimento, proporciona maior ambientação com o cenário de provas públicas, identifica os temas de maior dificuldade, e viabiliza a adoção de medidas de fortalecimento.
- m) **Prova Institucional** – parte integrante do sistema de avaliação, que consiste na adoção de prova elaborada por um grupo de professores, visando aferir o conhecimento das respectivas disciplinas indicadas para a prova, como parte da nota que compõe o sistema de avaliação, transcendendo ao papel do professor da respectiva turma, a missão de avaliar. A prova institucional cria um cenário de mais estudo e aplicação por parte dos acadêmicos, e de maior zelo por parte dos professores no cumprimento do conteúdo programático e no comprometimento com o aprendizado dos alunos, além de oferecer para os professores um diagnóstico que viabiliza compreender a performance dos alunos, questão a questão, e assim aperfeiçoar o planejamento de suas aulas, e para a gestão do curso permite conhecer as fragilidades que necessitam ser

enfrentadas imediatamente junto ao grupo de alunos que foi submetido à avaliação, bem como, na adoção das medidas de reforço para prevenção de novas situações.

- n) **Casa do Cidadão** – denominação do NPJ – Núcleo de Prática Jurídica, com novo foco, de excelência nos serviços prestados, e preocupação com a qualidade do atendimento prestado ao cidadão, significativamente ampliada, com unidades em Taguatinga, Guará, Riacho Fundo, Samambaia, Sobradinho e Asa Norte.
- o) **Curso de Formação em Gênero e Violência Doméstica** – como resultado da parceria firmada entre o Curso de Direito e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, mediante a assinatura de Termo de Cooperação Técnica, os estagiários e orientadores do Núcleo de Prática Jurídica, participam de cursos de formação em gênero e violência doméstica ministrados pelo MPDFT nas instalações da própria instituição, com o objetivo de capacitação técnica para atuação voltada ao atendimento e assessoria jurídica de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, na defesa de seus direitos individuais nas esferas cível e criminal, a serem prestados pela Casa do Cidadão.
- p) **Centro de Solução de Conflitos** – atividade implantada no Núcleo de Prática Jurídica em parceria com o Tribunal de Justiça para atendimento dos cidadãos, visando a solução extrajudicial dos conflitos decorrentes das relações patrimoniais e familiares, promovendo negociação, conciliação e mediação.

### 5.9 Estágio supervisionado

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) em conjunto com o Núcleo de Estágio Pesquisa e Extensão em Serviço Social (NEPESS) compõem a CASA DO CIDADÃO, local destinado ao atendimento da população carente da região com o fito de garantir um maior acesso à Justiça pelos cidadãos e a pacificação social dos conflitos, promovendo um serviço social e jurídico de alta relevância para a comunidade local.

Sendo responsável pelo atendimento jurídico integral e gratuito, o NPJ tem garantido aos mais necessitados uma oportunidade de solução de conflitos, seja pela via consensual ou por intermédio do Poder Judiciário, assim proporcionando a realização da Justiça, e igualmente, garantindo aos estudantes de Direito da

Faculdade Projeção a rica oportunidade de experiências práticas significativas para a formação jurídica de alto nível.

Considerando a proposta pedagógica do curso, o estágio de prática jurídica se desenvolve por meio de atividades simuladas e reais obrigatórias e diversificadas, sempre permitindo aos acadêmicos o aperfeiçoamento na concretização de atos próprios do profissional da advocacia, do Ministério Público, da magistratura e demais profissões jurídicas, bem como para atendimento ao público.

Destaca-se que, sempre tendo por norte o desenvolvimento duma consciência sócio-humanística, o NPJ para além das atividades jurídicas tradicionais, também busca desenvolver atividades de atuação jurídica extrajudicial, tais como o Centro de Conciliação e Mediação e o atendimento as vítimas de violência doméstica, sempre na busca do melhor meio de pacificação dos conflitos.

O NPJ/Projeção encontra-se devidamente estruturado dentro da CASA DO CIDADÃO, sendo provido de meios materiais e de pessoal necessários ao desenvolvimento de todas as atividades de um estágio de prática jurídica de qualidade.

#### **5.10 Atividades complementares**

As Atividades Complementares (AC) são práticas acadêmicas obrigatórias que enriquecem a formação do aluno, sendo o seu cumprimento indispensável para a obtenção do grau correspondente, atendendo às Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação.

As atividades complementares constituem parte integrante do currículo dos cursos de graduação e têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, privilegiando as atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo; atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

As atividades complementares são obrigatórias no Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia, sendo exigido do aluno a integralização de 200 horas de atividades complementares cumpridas em consonância à Resolução específico do Conselho Superior que rege este tipo de atividade e que estabelece que as AC poderão ser cumpridas nas seguintes categorias:

- a. Participação em eventos
- b. Estágios não obrigatórios

- c. Cursos de extensão e atividades de intercâmbio
- d. Disciplinas não previstas no currículo pleno (aproveitamento de estudos)
- e. Atividades de extensão
- f. Atividades de iniciação científica
- g. Monitoria

Para permitir a integralização da carga horária exigida, a Faculdade Projeção de Ceilândia oferece sistematicamente oportunidades para o seu cumprimento. Entre as atividades rotineiramente ofertadas destacam-se estas:

- I. Eventos como simpósios, seminários, congressos, palestras e encontros;
- II. atividades de extensão;
- III. atividades de pesquisa;
- IV. estágios extracurriculares;
- V. consultoria em área correlata ao Curso;
- VI. concursos de conhecimento (pesquisa);
- VII. visitas técnicas e viagens acadêmicas
- VIII. outras diversas atividades que são organizadas e realizadas pela Instituição para o alunado ao longo do ano letivo.

O registro das atividades complementares durante o semestre letivo e as Coordenações dos Cursos têm um prazo de 30 (trinta) dias para fazer o registro das horas de Atividades Complementares, no Sistema de Gestão Acadêmica, das atividades realizadas no campus, sob a responsabilidade da Coordenação de Curso ou do Núcleo de Extensão, e até 60 (sessenta) dias para fazer o registro das horas de Atividades Complementares requeridas pelo acadêmico.

Em consonância com os objetivos das Atividades Complementares o máximo de horas que poderá ser registrado em cada categoria é de 100 (cem) horas, no intuito de incentivar os alunos a participarem, durante a integralização do Curso Superior, de diversas atividades, contempladas por mais de uma categoria prevista na Resolução do CONSUP, que complementam a formação acadêmica e profissional.

Em caso de dúvidas sobre a aceitação ou não de atividade promovida por determinada entidade, o Coordenador de Curso submete o caso à análise do Colegiado do Curso para o parecer final, que será devidamente registrado em ata e comunicado ao aluno solicitante.

Os comprovantes das atividades realizadas em ambientes externos a Faculdade Projeção de Ceilândia, deverão ser entregues pelos alunos à Coordenação de Curso e poderão ser devolvidos após o registro das horas correspondentes, uma vez que as atividades realizadas estarão descritas no histórico escolar de cada aluno.

### **5.11 Trabalho de conclusão de curso (TCC)**

O Trabalho de Conclusão cumpre, na concepção do Curso de Direito, etapas distintas e sequenciais que possibilitam aos discentes, desde seu ingresso na Instituição, ter contato com o universo da pesquisa científica. Para tanto, já em seu primeiro semestre de curso, os alunos são confrontados com a necessidade de conhecer situações fáticas, problemas sociais concretos e pensar alternativas jurídicas para solucioná-los. Neste sentido, pretende-se que os alunos busquem, no correr de sua formação, respostas para os problemas com os quais serão confrontados, funcionando o Trabalho de Conclusão como a etapa final deste processo de compreensão da realidade social conflituosa circundante, do lugar ocupado por um profissional do Direito e das respostas que pode oferecer face às variadas necessidades que se apresentam.

De modo a conferir respaldo metodológico às indagações e reflexões propostas, já nos momentos iniciais do curso é ofertada a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, por meio da qual se busca despertar o interesse dos estudantes para a necessidade de aprofundarem suas investigações acerca das questões jurídico-sociais, não se contentando com lições superficiais ou correntes únicas de pensamento. Este é o momento, também, de fornecer os parâmetros mínimos necessários ao correto desenvolvimento da atividade de pesquisa, balizamento imprescindível à sistematização dos estudos e propostas que venham a ser construídos na sequência do curso.

O TCC é oferecido em quatro formatos: a monografia, o artigo, o anteprojeto de lei e a pesquisa de campo. Em qualquer dessas alternativas, o TCC é condição para a obtenção do título de bacharel em Direito e veio permitir que o graduando tenha conhecimento e faça utilização da metodologia de trabalho científico, além de permitir o desenvolvimento da lógica da argumentação e persuasão, sendo poderoso instrumento de aprendizagem e desenvolvimento da pesquisa jurídica, bem como, oportunidade de desenvolver uma contribuição intelectual para resolver os problemas que afligem a sociedade.

Assim o aluno realizará um trabalho final individual escrito e sustentado oralmente perante banca examinadora, com tema e orientador escolhido pelo aluno, observados os critérios e procedimentos exigíveis para o projeto, a orientação, a elaboração e a defesa do trabalho, contidos nas normas próprias que passam a fazer parte integrante deste projeto pedagógico.

O currículo do Curso contempla uma carga de 160 horas para o desenvolvimento das atividades do TCC, estando alocado na matriz curricular da seguinte maneira: TCC I no 9º período e o TCC II no 10º período do curso.

Essas atividades serão desenvolvidas sob a supervisão do Núcleo de Pesquisa e Produção Científica propiciando ao aluno a perfeita integração do ensino com a pesquisa.

A pesquisa realizada por intermédio da atuação do Núcleo de Pesquisa e Produção Científica (NPPC) e do Núcleo de Desenvolvimento Científico (NDC) faz com que os novos bacharéis tenham condições de efetuar uma análise crítica, capaz de compreender o fenômeno jurídico, relacionado com a realidade social e política.

### **5.12 Apoio ao discente**

A Faculdade Projeção de Ceilândia oferta, regularmente, diversos projetos visando oportunizar ao discente o apoio necessário para a sua jornada acadêmica. Deste modo, organiza-se de forma sistemática e integradora, considerando que a retenção dos alunos nos cursos superiores é hoje um desafio paralelo ao do acesso, e que a qualidade na Educação Superior passa pela permanência de seus alunos até a integralização dos cursos.

Considerando a abrangência e a diversidade das ações realizadas para reduzir significativamente a taxa de evasão, a Faculdade Projeção de Ceilândia no âmbito do seu Programa de Apoio ao Discente, busca promover o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem na permanência dos estudantes, identificadas pelos estudos e pelo acompanhamento desses indicadores e que são de consenso entre docentes e gestores, tais como: deficiências de conhecimentos oriundas da formação anterior, problemas de ordem psicológica e psicopedagógica, problemas de ordem financeira; falta de acolhimento no mundo universitário; dificuldades em conciliar trabalho e estudo, dificuldades em desenvolver os trabalhos finais de curso, além das dificuldades apresentadas pelas pessoas com

deficiência (PcD).

Para tanto, a Faculdade Projeção de Ceilândia possui em sua estrutura organizacional Núcleos, órgãos e setores que atendem prioritariamente as demandas específicas do alunado voltadas para o apoio extraclasse, psicopedagógico, de acessibilidade atitudinal e pedagógica; além de atividades de intercâmbios em universidades nacionais e internacionais parceiras e do nivelamento de conteúdo.

### **5.12.1 Núcleo de apoio psicopedagógico ao estudante (NAPES)**

O **Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPES**, dispõe de profissionais especializados para atender as demandas oriundas jornada acadêmica do estudante, notadamente nas dificuldades referentes ao processo de ensino e aprendizagem enfrentados ao longo da integralização do Curso Superior.

O NAPES oferece aos alunos da Faculdade Projeção de Ceilândia a oportunidade de ampliar a discussão sobre questões que, de alguma forma, influenciam em seu rendimento acadêmico: seja na perspectiva de auxílio na resolução de conflitos que estão comprometendo o desempenho nos estudos ou no sentido de contribuir para a otimização na utilização de recursos pessoais e relacionais no que se refere ao desenvolvimento acadêmico e profissional.

O serviço oferecido pelo NAPES é composto pelas seguintes linhas de desenvolvimento: atendimento psicopedagógico; orientação psicológica, orientação vocacional e gestão de carreiras. É importante destacar que embora seja voltado para o desenvolvimento e aprimoramento acadêmico dos alunos, este Núcleo não tem intenção ou função de clínica psicoterapêutica, devendo fazer os devidos encaminhamentos, quando necessários.

A orientação psicológica pode ajudar os alunos a formular suas aspirações; descobrir caminhos para soluções de problemas específicos que estejam comprometendo o rendimento acadêmico; otimizar a utilização de seus recursos intelectuais, psíquicos e relacionais; além de fornecer orientação ao aluno quanto aos seus conflitos e/ou quanto à necessidade da busca de um serviço de atendimento psicológico, visto que esta orientação não tem finalidade clínica e seus objetivos estão voltados principalmente para uma efetiva adaptação do estudante ao contexto acadêmico.

### 5.12.2 Centrais de atendimento ao aluno (CAA/CAF)

A Central de Atendimento ao Aluno - CAA é responsável pela orientação de procedimentos acadêmicos, recebimento, encaminhamento e acompanhamento de solicitações formalizadas pelos alunos aos setores da Instituição, tais como: Secretaria Acadêmica, Diretoria de Unidade, Coordenação de Cursos e Núcleos Acadêmicos.

A Central de Atendimento Financeiro – CAF atua no atendimento aos alunos da Faculdade Projeção de Ceilândia, desenvolvendo atividades que compõem os processos financeiros. Além disso, a Faculdade Projeção de Ceilândia está cadastrado no Programa Universidade para Todos (PROUNI), como também no Financiamento para Estudantes de Educação Superior (FIES). Possui uma política de convênios de descontos com diversas empresas no DF, objetivando a concessão de bolsas e/ou descontos.

A Faculdade Projeção de Ceilândia possui ainda um setor específico para tratar tais demandas, **a Central de Bolsas, Financiamentos e Convênios – CBFC**. Tais programas de financiamento estudantil e bolsas de estudos completam a política de amplo apoio ao discente desenvolvida pela Faculdade Projeção de Ceilândia.

### 5.12.3 Incentivo à pesquisa e intercâmbios

O Programa de Iniciação Científica da Faculdade Projeção de Ceilândia promove a iniciação do aluno no interesse, busca, uso, produção e divulgação do conhecimento científico, em suas técnicas, organização e métodos, e objetiva: (i) despertar vocação científica e incentivar talentos entre estudantes de graduação; (ii) proporcionar ao aluno bolsista, orientado por um pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos; (iii) estimular e desenvolver o pensamento científico e a criatividade decorrente das condições criadas pelo confronto com os problemas de pesquisa; (iv) estimular os pesquisadores com reconhecida excelência na produção do conhecimento científico a incorporar estudantes de graduação em seus trabalhos de pesquisa; e (v) preparar alunos para a pós-graduação.

As linhas de pesquisa de Iniciação Científica são orientadas por docentes mestres e doutores, fundamentadas em projetos com cronogramas e planejamentos

bem estabelecidos. Cabe ao discente de Iniciação Científica, dentre outras responsabilidades: (i) elaborar relatos de pesquisa e de atividades de iniciação científica; (ii) apresentar o trabalho desenvolvido na Semana de Iniciação Científica da Faculdade Projeção de Ceilândia; (iii) fazer referência à sua condição de bolsista de iniciação científica nas publicações e nos trabalhos apresentados em eventos científicos; e (iv) produzir, no mínimo, um artigo científico e submetê-lo a periódicos do Grupo Projeção ou externos.

Como incentivo às atividades de pesquisa e apoio discente, a Faculdade Projeção de Ceilândia concede bolsas de estudo de 33%, em modalidade de descontos em mensalidade, para os estudantes do Programa de Iniciação Científica que concorrem aos editais anuais e que têm seus projetos aprovados pela comissão de avaliação.

Quanto aos intercâmbios nacionais e internacionais, destaca-se que a Faculdade Projeção de Ceilândia tem como prática recorrente, desde o ano de 2009, a realização de viagens acadêmicas que oportunizam aos alunos acesso à cultura de novos estados e países, bem como a compreensão *in loco* do mercado profissional, por meio das visitas em fábricas, escritórios, empresas, instituições de educação, hospitais, entre outros; e, ainda, do ambiente acadêmico de grandes universidades brasileiras e estrangeiras.

A partir de 2017, por meio do Programa de Bolsas Ibero-Americanas, a Faculdade Projeção de Ceilândia encaminhará alunos bolsistas para realizar o intercâmbio acadêmico na Universidade do Porto em Portugal. Contudo, além da U. Porto, a Faculdade Projeção de Ceilândia possui convênio de cooperação acadêmica com a Universidade de Talca (Chile) e a Universidade de Salamanca (Espanha).

A Faculdade Projeção de Ceilândia tem intensificado as relações internacionais, pois acredita que a mobilidade acadêmica dos alunos, especialmente para os países europeus, norte-americanos e sul-americanos, seja de grande relevância para a excelência na formação acadêmica e profissional do seu alunado.

#### **5.12.4 Nivelamento de conteúdos**

A cada início de semestre letivo os professores da Faculdade Projeção de Ceilândia que ministram as disciplinas propedêuticas pertencentes ao Núcleo Comum do Projeção (Sociologia, Economia, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Leitura e

Produção de Textos e Ciência Política) atualizam os planos de ensino, inserindo estratégias de nivelamento dos conteúdos que serão realizadas no âmbito de cada disciplina.

Normalmente, as estratégias definidas são estudos dirigidos individuais, resenhas de textos específicos, trabalhos e/ou seminários, listas de exercícios adicionais, entre outras atividades. Esta ação tem como objetivo proporcionar a compreensão de conteúdos pré-requisitos facilitando, deste modo, o avanço no conhecimento dos conteúdos programáticos, de acordo com a ementa das disciplinas.

E, ainda, além destas estratégias definidas pelos docentes para cada disciplina, a Instituição desenvolve, por meio do Núcleo de Extensão (NEX) e do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), cursos de Nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa, que tem como objetivo principal equalizar o nível de conhecimento dos alunos e facilitar o desenvolvimento das disciplinas subsequentes da estrutura curricular.

### **5.13 Tecnologia da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem (TICs)**

Os discentes do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia contam com um amplo acesso as tecnologias de informação e comunicação. A Instituição mantém a sua página na rede mundial de computadores constantemente atualizada, sendo uma importante ferramenta de informação, pois trata-se de um *site* noticioso. Através desta página os alunos acessam o Portal Acadêmico, onde visualizam o blog acadêmico, chats, planos de ensino, central de atendimento virtual, mantendo, portanto, um relacionamento direto com os seus professores e com a instituição.

Os laboratórios de informática ficam abertos à disposição dos discentes para realização das suas pesquisas acadêmicas, bem como podem ser utilizados pelos docentes no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Os laboratórios contam com softwares que permitem que os alunos exercitem atividades em editores de textos, planilhas eletrônicas, assistente de apresentações e navegue na Internet, com política de acesso e segurança da informação.

A Faculdade Projeção de Ceilândia disponibiliza para cada professor e aluno o portal do Professor e o portal do Aluno, respectivamente, sendo um espaço de interação entre docentes e a turma, no qual o professor disponibiliza

textos/arquivos/indicações bibliográficas e avisos/orientações para os alunos de cada turma/disciplina. O portal é comumente chamado de blog acadêmico.

Este espaço conta, também, com o fórum para a interação entre alunos e professores, banco de questões e todas as funcionalidades que permitem o lançamento de notas, frequência e conteúdos pelos docentes.

A utilização do blog acadêmico é não apenas incentivada, mas exigida, havendo supervisão para verificação da utilização do espaço pelos docentes. Há, ainda, salas com data show, kit multimídia, tela interativa, 3D, computadores com acesso a internet, equipamentos de vídeo e todas as facilidades para o desenvolvimento das aulas.

Destaca-se, também, a utilização da **plataforma moodle** como apoio às disciplinas e como espaço de interação entre os alunos e entre os alunos e os docentes. O ambiente virtual de aprendizagem – AVA (plataforma *Moodle*) tem sido utilizado para a realização de diversas atividades acadêmicas ofertadas a distância ou de modo semipresencial, atividades de nivelamento de conteúdo, de extensão e de formação continuada. O Curso de Direito conta ainda com três laboratórios de informática equipados com ar condicionado, computadores com avançada capacidade de processamento instalados em bancadas ergonômicas, com cabeamento estruturado e rede elétrica aterrada, acesso pleno a internet, softwares necessários para as disciplinas e com todas as ferramentas mais modernas necessárias ao desenvolvimento das aulas práticas das disciplinas que os utilizam. Estes laboratórios possuem todos os recursos computacionais recomendados pela SBC tanto no que respeita a complexidade quanto à capacidade.

Sendo assim, de uma forma estruturada a Faculdade Projeção de Ceilândia conta, principalmente, com as seguintes ferramentas de apoio acadêmico e pedagógico, além de laboratórios de informática, a saber:

- Blog Acadêmico (portal do professor e portal do aluno), para disponibilização e manutenção de recursos acadêmicos e pedagógicos, canal de comunicação entre os discentes e seus respectivos professores, bem como avaliação e controle de notas, boletins, conteúdos ministrados, entre outras funcionalidades.
- Plataforma *Moodle*, como espaço pedagógico avançado, onde os professores têm oportunidade de continuar os conteúdos mediados em sala de aula, de

forma a ampliar a comunicação e processos de ensino e aprendizagem também fora de sala de aula.

- Portal Projeção que reúne e apresenta informações noticiosas em seu quadro principal e arqueta outras informações acadêmicas, científicas e de extensão. Por meio desse Portal, os estudantes também têm oportunidade de acompanhar editais de processo de seleção das agências, grupos de pesquisa, iniciação científica e atividades de extensão do Grupo Projeção.

Compreende-se, portanto, que as TICs utilizadas e oferecidas aos alunos e docentes pela Instituição permitem, de maneira excelente, a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia de acessibilidade e domínio dos recursos.

### **5.13.1 Acessibilidade as TICs**

No âmbito da sua política de acessibilidade, a Faculdade Projeção de Ceilândia também implementa recursos de acessibilidade tecnológica para garantir que seus alunos tenham acesso pleno e em iguais condições, independente de quaisquer limitações, motoras ou sensoriais, conferindo-lhes maior autonomia e inclusão acadêmica e pedagógica.

Nesse sentido, as ferramentas tecnológicas contam com recursos de ampliação e redução de texto, responsividade, leitura em tela, interpretação para LIBRAS, além de equipamentos específicos de tecnologia assistiva, serviço de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras no âmbito das salas de aula.

Mesmo com estes recursos disponíveis os alunos contam com o apoio dos Psicólogos do NAPES - Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante, que oferecem o acompanhamento necessário, conduzido por profissionais especializados e disponíveis, para realização de pesquisas, trabalhos acadêmicos, provas e exames, entre outras atividades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. O NAPES atua na mediação, sempre que necessário, entre professores e alunos para que os ajustes do melhor tipo de apoio ou tecnologia assistida, que ele necessita, seja atendida.

Para o atendimento de alunos com deficiência visual, a Instituição disponibiliza equipamento gravador de voz para uso em sala de aula; computadores equipados com software para conversão de texto em áudio, no intuito de melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência favorecendo a autonomia pessoal, total ou

assistida. E, ainda, a Faculdade Projeção de Ceilândia desenvolve o programa de inclusão da pessoa com deficiência visual, com fases compreendidas desde a assistência na realização da prova do vestibular, entrevista para alinhamentos quanto ao acompanhamento e realização de mapeamento guiado para reconhecimento do espaço físico a ser explorado e utilizado pelo estudante. Para a comunicação visual, os espaços e recursos são devidamente sinalizados de acordo com a especificidade. Resumidamente, o NAPES e as Coordenações de Curso, atendem as demandas específicas de acessibilidade ao aluno com deficiência visual, especialmente ao:

- Disponibilizar acervo digital.
- Disponibilizar acervo bibliográfico em braile e fitas sonoras para uso didático.
- Viabilizar consulta do material com o auxílio dos programas de leitor de tela com sintetizadores de voz.
- Equipar os laboratórios com computadores que disponibilizam programas de leitor de tela com sintetizadores de voz.
- Disponibilizar livros digitalizados no formato PDF editável ou Word, disponibilizados pelos professores e Coordenadores.
- Disponibilizar material ampliado para alunos de baixa visão.
- Disponibilizar leitor para as avaliações periódicas e auxílio nas atividades que necessitam de mediação.

Para o atendimento de alunos com deficiência auditiva, no momento do ingresso na Instituição, o NAPES informa às Coordenações de curso sobre a necessidade de contratar interprete de sinais de língua portuguesa. O interprete atua no auxílio das avaliações periódicas ou revisão destas. Os professores são orientados quanto ao olhar diferenciado na correção das avaliações escritas, privilegiando a construção das ideias, promovendo o crescimento do estudante e garantindo que este conclua o curso. O estudante realiza as avaliações em local reservado, afastado de área de grande circulação de pessoas, diminuindo as possibilidades de distrações.

Para o atendimento de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida e aluno com transtorno do espectro autista, no ato da matrícula, caso o aluno se identifique como portador de deficiência, ou a equipe de atendimento reconheça no candidato alguma especificidade, será contatado, imediatamente, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPES para agendamento de atendimento.

O corpo docente e equipe técnica administrativo são permanentemente informados sobre o manejo correto e as condições necessárias no atendimento prioritário para com os estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida e pessoa com transtorno do espectro autista.

O professor ou a Coordenação de curso pode, a qualquer momento, encaminhar o aluno ao NAPES, caso verifique a necessidade de acompanhamento individualizado e especializado para aquele estudante. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPES faz a entrevista com o aluno para entender sua deficiência e quais as suas necessidades. Em seguida, agenda um encontro com a Coordenação do Curso para apresentação do novo aluno e recepção pelo coordenador. Durante o período letivo, o NAPES acompanha o desenvolvimento e desempenho do aluno, sempre que solicitado.

Destaca-se que na Faculdade Projeção de Ceilândia o aluno com deficiência ou mobilidade reduzida e com transtorno do espectro autista é permanentemente assistido para que suas necessidades sejam entendidas e atendidas, garantindo o progresso acadêmico, a inclusão tecnológica e a conclusão do curso superior.

#### **5.14 Sistemática de avaliação de aprendizagem**

O processo avaliativo da aprendizagem deve considerar os aspectos qualitativos sobre os quais se fundamentam a instituição de Educação Superior. Os indicadores qualitativos e quantitativos devem ser compatíveis e deve ser evitado o reducionismo de um ou de outro.

De acordo com Perrenoud (2002), a avaliação de aprendizagem é um processo mediador na construção do currículo e está relacionada diretamente à gestão da aprendizagem dos discentes. O docente não pode considerar somente os resultados das provas periódicas, normalmente de caráter classificatório, pois mais importante que a classificação, com viés meramente somativo, são as observações diárias, acerca de cada discente, com relevante caráter diagnóstico.

Compreende-se, também, que a adoção de um processo avaliativo implica no estabelecimento de parâmetros, critérios e padrões de referência, na perspectiva da unidade de ação pedagógica e da coerência com princípios básicos e contemporâneos da avaliação, a saber:

- Respeito à identidade do curso superior, ao perfil do ingressante e do egresso.
- Promoção da autonomia docente exercida com responsabilidade e ética.
- Respeito aos direitos individuais e coletivos dos estudantes.
- Continuidade que permita comparação dos dados em diferentes momentos, ensejando a **avaliação de natureza processual**.
- Valorização dos conteúdos significativos para a aquisição, produção e desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades.
- Comparatividade, princípio que requer alguma padronização de conceitos ou indicadores.
- Legitimidade, dado que requer a adoção de metodologias e construção de indicadores capazes de conferir significado às informações.
- Pertinência ou reconhecimento por todos os agentes da legitimidade do processo avaliativo, seus princípios norteadores e seus critérios.

Com base nesses princípios, a avaliação é considerada como um processo contínuo e sistemático; funcional; orientadora e integral; devendo estar a serviço da melhoria da ação educativa, e não podendo estar dissociada do projeto pedagógico do curso.

**No Curso de Direito a avaliação tem as seguintes funções: diagnóstica, somativa e, sobretudo, formativa.** A auto avaliação, por parte do aluno e docente, também compreende uma etapa importante na sistemática da avaliação do desempenho acadêmico e objetiva a reorientação contínua do processo de ensinagem.

A avaliação da aprendizagem é realizada no âmbito de cada componente curricular, em conformidade com os planos de ensino, observando-se o processo de desenvolvimento do aluno na aquisição das competências e habilidades estabelecidas em cada disciplina do currículo.

Diante desta sistemática, está prevista a recuperação de conteúdos para aqueles alunos que não alcançarem a média final 6 (seis), que é a média mínima exigida para aprovação nos cursos de graduação da Faculdade Projeção de Ceilândia, dando-lhes a oportunidade de uma nova avaliação e levando-se em consideração como indicador de uma avaliação global a auto avaliação.

A Faculdade Projeção de Ceilândia estabelece critérios e normas para a avaliação de desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de graduação a partir do

PDI, Regimento Interno e das Resoluções internas específicas acerca do assunto oriundas das discussões dos membros do Conselho Superior. Resumidamente, a avaliação da aprendizagem, em conformidade com a Resolução do Conselho, deve ser realizada por meio de duas avaliações (A1 e A2) durante o semestre letivo, sendo que a primeira contempla necessariamente uma prova escrita e outras atividades diversas como seminários, trabalhos em grupo, questionários, debates, entres outras; e a segunda abrange a totalidade dos conteúdos ministrados durante o período letivo, exceto quando houver prova institucional no Curso Superior.

A avaliação do desempenho acadêmico dos alunos é parte integrante, portanto, do processo de ensino e aprendizagem, e incide sobre a frequência e o aproveitamento pedagógico do discente. A frequência as aulas e demais atividades acadêmicas é obrigatória para os alunos regularmente matriculados e o abono de faltas é vedado.

São atribuídas notas de zero a dez, com graduação de meio ponto, às diversas modalidades de avaliação do desempenho acadêmico. A média final (MF) do aluno, para fins de registro acadêmico, representa o desempenho durante o semestre letivo em cada componente curricular.

No plano de ensino de cada componente curricular consta, obrigatoriamente, a sistemática de avaliação de desempenho com a indicação detalhada das avaliações como tipo, forma e periodicidade. Todas as demais normas e especificidades acerca da sistemática de avaliação de aprendizagem constam na Resolução específica do Conselho Superior e os casos omissos serão analisados e definidos pela Coordenação do Curso, Direção da Escola e Colegiado de Curso, dependendo da sua complexidade.

### **5.16 Sistema de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso**

A avaliação do Projeto de Curso na Faculdade Projeção de Ceilândia ocorre de maneira criteriosa, periódica e institucionalizada. O processo de avaliação do projeto é uma experiência crítica e consensual das partes envolvidas, a saber: professores, membros dos Colegiados de Curso, membros dos Núcleos Docente Estruturante, alunos, Coordenação de Curso, Diretores das Escolas e Diretoria Acadêmica.

Todos os envolvidos buscam melhorias e inovações ao processo de ensino-aprendizagem e à proposta pedagógica dos cursos. A avaliação do projeto é realizada

anualmente e são considerados os seguintes procedimentos: observação sistemática, planejada e registrada por parte da coordenação do curso e dos docentes quanto ao desenvolvimento global do alunado nas diversas disciplinas; acompanhamento dos resultados obtidos pelos alunos na testagem dos conhecimentos em exames internos e/ou externos; análise dos instrumentos de testagem; pesquisa de satisfação dos alunos com o curso; avaliação de desempenho dos docentes por parte dos discentes e da coordenação; e entrevistas com representantes de turmas.

Consideram-se, ainda, as mudanças no mercado de trabalho que exigem a adequação das componentes curriculares e conteúdos, e as atualizações indicadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e/ou Catálogo dos Cursos Superiores em Tecnologia.

Quando a nova versão do Projeto de Curso é aprovada pelo Colegiado do Curso, após ampla discussão do Núcleo Docente Estruturante, e pelo Conselho Superior - CONSUP, o documento é amplamente divulgado ao corpo docente e ao alunado, para que todos possam tê-lo, de fato, como referência no processo de ensino-aprendizagem.

#### **5.15.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA)**

A pesquisa de satisfação dos alunos, um dos procedimentos mais importantes para a Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, é realizada pela Comissão Própria de Avaliação da Instituição (CPA), por meio de um questionário que abrange os seguintes itens: reconhecimento do curso no mercado de trabalho; preparação do aluno para atuar em ambientes de trabalhos exigentes e competitivos; preparação do aluno para o mercado de trabalho; divulgação do ENADE pela Instituição; atividades de ensino, pesquisa e extensão; perfil do profissional proposto pelo curso em relação ao exigido na atuação profissional; desenvolvimento dos conteúdos de forma interdisciplinar, bibliografia utilizada para cada disciplina do curso; estrutura curricular do curso; a proposta pedagógica do curso em si e o atendimento prestado pela coordenação do curso.

Portanto, a partir dos resultados desta pesquisa, apresentado no formato de relatório aos gestores da Instituição, ao final de cada ano, é possível ampliar as discussões com os docentes do curso e alunos representantes sobre as atualizações necessárias no Projeto Pedagógico do Curso.

### **5.15.2 Avaliações externas**

Considerando a importância dos exames externos que avaliam a qualidade do Curso e a formação acadêmica e profissional do aluno, especialmente o nível de aprendizagem, tem-se outro importante indicador que sinaliza as necessidades de atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Deste modo, após a realização do ENADE, exames de Conselhos profissionais (OAB, CFC, entre outros), e avaliações externas para fins de autorização, reconhecimento e/ou reconhecimento de Curso; a Coordenação de Curso, por orientação da Diretoria da Escola, inicia a análise dos resultados e amplia a discussão com os membros do Colegiado, NDE e grupo de alunos representantes de turma, bem como com os demais professores.

Após ampla discussão e compreensão dos êxitos e falhas no referido processo avaliativo, definem-se as atualizações necessárias que poderão estar relacionadas à estrutura curricular, ementário, referências bibliográficas, proposta pedagógica e/ou metodologia de ensinagem. O processo de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é, portanto, sistêmico, planejado, intencional e eficiente.

## **6. CORPO DOCENTE**

### **6.1 Núcleo docente estruturante (NDE)**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), conforme a Resolução CONAES nº 01 de 17 de junho de 2010, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE na Faculdade Projeção de Ceilândia contribui para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zela pela integração curricular interdisciplinar; indica formas de incentivo à pesquisa e extensão; e, sobretudo, zela pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais relacionadas ao Curso.

O NDE do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia é constituído por membros do corpo docente com relevante experiência no magistério superior, com formação acadêmica na área do Direito, com vasto tempo de permanência e atuação neste Curso Superior e com participação ativa no desenvolvimento do Curso.

A constituição do NDE do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia, portanto, contempla a participação ativa do Coordenador do Curso, como Presidente,

e de 05 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente atual do Curso. Todos os membros contam com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; e trabalham em regime de tempo parcial ou integral, sendo, no mínimo, 20% em tempo integral.

A Faculdade Projeção de Ceilândia, por meio da atuação da Coordenação de Curso, assegura a renovação parcial dos integrantes do NDE, garantindo a continuidade do processo de acompanhamento e atualização do PPC.

Deste modo, o NDE realiza, no mínimo, 02 (duas) reuniões ordinárias durante o semestre letivo, no intuito de discutir e revisar o PPC e demais temas relacionados à proposta pedagógica do Curso. Todas as reuniões estão devidamente registradas em atas que estão arquivadas na Coordenação do Curso.

### **6.1.1 Atuação do NDE**

O NDE do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia é, de fato, atuante e participa ativamente de todo o processo de concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

As atas que constam arquivadas em pasta específica e em meio físico na Coordenação de Curso atestam as diversas e contínuas discussões realizadas, durante os semestres letivos, desde o início da oferta do Curso, que visam o processo de melhoria do Curso Superior.

Os membros do NDE demonstram comprometimento com o Curso, com a Instituição e, sobretudo, com o êxito na formação acadêmica e profissional dos alunos. Estes docentes, membros do NDE, destacam-se no âmbito do corpo docente, pois compreendem, de modo aprofundado e legítimo, a estrutura curricular, o ementário, a proposta pedagógica e metodológica do Curso Superior. E, diante deste contexto, atuam em parceria com a Coordenação de Curso na ampla divulgação e orientação dos demais professores acerca dos objetivos do Curso, da justificativa de oferta, do perfil do egresso, do currículo, do processo de avaliação de aprendizagem e do ementário.

## **6.2 Coordenação de curso**

O Coordenador de Curso na Faculdade Projeção de Ceilândia realiza a gestão do funcionamento do curso sob a sua coordenação, respondendo pela implementação do Projeto Pedagógico do Curso, pelo desempenho dos professores e pela qualidade da aprendizagem dos alunos, com a finalidade de concretizar todos os objetivos e metas definidas para o curso. Realiza, também, a gestão dos colaboradores que atuam diretamente sob a sua coordenação, coordenando, supervisionando e acompanhando o desempenho de cada um com a finalidade de alcançar os resultados propostos, promovendo o crescimento do curso e o bom ambiente de trabalho.

O Coordenador de Curso na Faculdade Projeção de Ceilândia responde pelo cumprimento de todas as questões legais referentes ao curso sob a sua coordenação, atendendo à legislação vigente e às normas da Instituição. É responsável pela gestão dos processos acadêmicos, responsabilizando-se pelas deliberações, encaminhamento e resolução dos mesmos. Favorece o processo de trabalho em equipe, buscando a integração com todos os setores com os quais tem ligação funcional. E, ainda, responde por todas as atividades que tenham como finalidade a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem, contribuindo para consolidar a imagem do curso sob a sua coordenação.

Conclui-se, portanto, que a atuação do Coordenador de Curso da Faculdade Projeção de Ceilândia considera a gestão de todos os processos relacionados ao curso, a amistosa e comprometida relação com os professores e discentes do curso, bem como a sua liderança e representatividade no Colegiado e NDE do Curso e no Conselho Superior.

### **6.3 Titulação do corpo docente**

A Faculdade Projeção de Ceilândia percebe em seu corpo de pessoal uma vantagem competitiva, em especial em seu corpo docente, que permanentemente busca vencer os desafios advindos da prática docente por meio da participação nas atividades promovidas pelo **Programa de Formação Continuada e Prática Docente da Instituição** e de outras iniciativas próprias que buscam o desenvolvimento da *professoralidade*. A IES é consciente de que o professor é um dos principais contribuintes no sucesso de seus alunos e sabe de seu papel na formação e na qualificação do seu principal agente.

Deste modo, o corpo docente da Faculdade Projeção de Ceilândia é um dos referenciais de qualidade da instituição. A indissociabilidade das políticas de ensino, pesquisa e extensão, aliada à qualificação acadêmica dos professores, e à sua competência técnica e política para o magistério superior, constituem-se a base para a oferta de serviços educacionais de excelência.

Para promover a formação contínua dos docentes, seu aperfeiçoamento e desenvolvimento, dar-se-á continuidade ao **Programa de Formação Continuada e Prática Docente** da Faculdade Projeção de Ceilândia, que realiza diversas atividades periódicas com ênfase no desenvolvimento e/ou aprimoramento da *professoralidade*. E, ainda, no intuito de qualificar o quadro de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, a Faculdade Projeção de Ceilândia oportunizou, a partir do ano de 2015, a oferta de programas de Mestrado e Doutorado, por meio de MINTER e DINTER formalizados com a Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, com condições especiais para os docentes da instituição.

Os Diretores de Escola e Coordenadores de Curso são orientados a priorizar a titulação no seu planejamento docente, sendo esta política institucionalizada por meio de ações de esclarecimento e orientação aos docentes sem titulação, dando-lhes prazo para completar sua qualificação, oferecendo-lhes para tanto apoio institucional, de preparação e orientação por meio do Núcleo de Pesquisa e Inovação, especialmente nos programas de formação de pesquisadores, de Gestão de grupos de estudos das Escolas Superiores e de incentivo à Pós-graduação.

#### **6.4 Regime de trabalho do corpo docente**

Quanto ao regime de trabalho estabelecem-se critérios para atribuição de carga horária e contratação de professores, priorizando a contratação e atribuição de carga horária aos professores que já compõem o quadro docente em regime de trabalho em tempo parcial e integral e, excepcionalmente, em regime horista.

Neste sentido, conforme o PDI, nenhum docente deverá ter carga horária semanal inferior a 12 horas/aula, fixando-se assim o docente à instituição e abrindo

possibilidades para que venha a compor em tempo integral com projetos de pesquisa e extensão ou outras atividades acadêmicas relevantes para os respectivos cursos superiores.

### **6.5 Experiência profissional do corpo docente**

Observando as orientações do Ministério da Educação, além da preferência por professores com titulação mínima de Mestre e considerável experiência docente no magistério superior, a IES também considera o tempo de experiência profissional nas demais organizações ligadas à área de aderência. O papel do docente hoje é muito mais do que ser mediador, é também o de oportunizar o saber e a sua produção. Acredita-se, portanto, que a vivência profissional deste docente o auxiliará a mediar o conhecimento considerando os meios de comunicação de massa que oportunizam, de forma veloz, o acesso dos alunos à informação.

O corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia possui, portanto, vasta e relevante experiência profissional, compreende muito bem o mercado profissional público e privado, e, deste modo, relaciona-o aos conteúdos dos componentes curriculares em sala de aula. Destaca-se que 70% dos docentes do referido Curso Superior possui experiência profissional superior a 03 anos.

### **6.6 Experiência do corpo docente no magistério superior**

O corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia possui vasta e relevante experiência no magistério superior, compreende muito bem o ambiente acadêmico, o processo de ensino e aprendizagem e a sua importância na formação de novos profissionais e/ou pesquisadores. Afirma-se, deste modo, que 70% dos docentes do referido Curso Superior possui experiência no magistério superior acima de 03 anos

## **6.7 Produções científicas, culturais, artística ou tecnológica do corpo docente**

Os professores da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais são incentivados, permanentemente, a produção e publicação de trabalhos acadêmicos. Projetos como as práticas investigativas e os grupos de pesquisa desenvolvidos semestralmente, são bons exemplos deste trabalho. As revistas científicas das Faculdade Projeção de Ceilândia são publicadas com regularidade em revistas externas e na Revista da Faculdade Projeção de Ceilândia Direito e Sociedade, sendo está última um importante espaço à divulgação da produção científica do corpo docente.

## **6.8 Colegiado de curso**

O Colegiado do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia está regularmente constituído e realiza reuniões periodicamente para discutir e aprovar as questões que exigem a sua participação. Participam de sua composição três representantes do Corpo Docente; um representante do corpo discente e o Coordenador do Curso, que preside o órgão.

Esse órgão discute e delibera para a comunidade acadêmica demandas relacionadas aos processos acadêmicos e administrativos do Curso Superior. A renovação do Colegiado do Curso ocorre sempre que necessário, em conformidade com o Regimento Interno da Faculdade Projeção de Ceilândia. Todas as reuniões são registradas em atas que estão arquivadas na Coordenação do Curso.

Deste modo, o Colegiado de Curso realiza, no mínimo, 02 (duas) reuniões ordinárias durante o semestre letivo. Participam como membros do Colegiado os docentes com mais tempo de permanência no Curso e discentes com relevante representatividade dos pares.

Todas as reuniões estão devidamente registradas em atas, que estão arquivadas na Coordenação do Curso e demonstram a representatividade dos segmentos, a periodicidades das reuniões/encontros e o encaminhamento das deliberações

## **7. INFRAESTRUTURA**

### **7.1 Infraestrutura da instituição**

A Faculdade Projeção de Ceilândia dispõe de 49 salas de aula que atendem de forma suficiente as necessidades da unidade, apresentam excelente ventilação,

iluminação natural e artificial adequadas; todas as salas de aula possuem equipamentos de ar condicionado, sendo que os recursos áudios-visuais (Datashow ou televisão e computador) devem ser agendados para utilização. As carteiras são em número adequado, sendo o suficiente para o número de alunos por turma.

A estrutura física atual da unidade de Ceilândia (P9) é constituída de:

**Bloco A:** Novo prédio. É constituído por seis pavimentos que oferecem 22 salas de aula, 2 salas de coordenações, a nova biblioteca, 2 subsolos para estacionamento e elevador, agregado a essa estrutura foi disponibilizado uma nova área de convivência com novos dois banheiros. Os ambientes são climatizados e possuem a capacidade média de 75 cadeiras por sala.

**Bloco B:** É constituído por 9 salas de aula (Capacidade média de 60 cadeiras por sala e aparelho de ar condicionado).

**Bloco C:** É constituído por 4 salas de aula (Capacidade média de 60 cadeiras por sala e aparelho de ar condicionado), 3 laboratórios de informática, sala dos professores, sala do vestibular e salas para a estrutura administrativa (Direção, CAA, CAF, CPS, Secretaria Acadêmica e Assistente de Direção).

**Bloco D:** É constituído por 13 salas de aula com capacidade média de 50 cadeiras, sendo todas climatizadas.

Além dos referidos blocos, a estrutura tem ainda áreas para as Coordenações, secretaria das coordenações, NDE – Núcleo Docente Estruturante, NAPES – Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante, Audiovisual, Cobrafix – empresa de cobrança, Assistente Administrativo, 4 gabinetes de professor, Inove - Consultoria Júnior, Brinquedoteca, Laboratório de Serviço Social, Casa do Cidadão, DTI, CPA – Comissão Própria de Avaliação, Arquivo, Copiadora, Lanchonete, espaço de convivência e a Sala Auditório.

A Faculdade dispõe de 20 (vinte) banheiros de uso coletivo para alunos e em todos existe espaço preparado para Portadores de Necessidades Especiais. Para professores dispõe de 03 (três) banheiros privativos sendo um deles para Portadores de Necessidades Especiais. Outros 02 (dois) banheiros atendem o setor administrativo.

A FAPRO-Ceilândia conta com salas para coordenações de curso, equipadas para o fim a que se destina com computador com acesso à internet, telefone e purificador de água. Possui ainda uma sala para realização de reuniões do colegiado, do NDE e para atendimentos a alunos e docentes. Conta também com uma antessala com uma Secretária de coordenação de curso, devidamente alocada próxima à sala da coordenação. De modo geral, os espaços destinados à coordenação de curso e aos demais setores que prestam serviços acadêmicos atendem, de maneira excelente, os aspectos de dimensão, conservação e número de funcionários, alunos e professores.

A Faculdade Projeção de Ceilândia possui diversos projetos e setores que buscam oportunizar ao discente o apoio necessário para realização de um Curso Superior, onde novos desafios lhe são postos.

O **Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPES** apresenta uma sala para atendimentos individualizados, com computador, internet e telefone. Dispõe de profissionais especializados a atender as demandas oriundas deste processo de transição, notadamente nas dificuldades referentes ao processo de ensino aprendizagem enfrentados ao longo da vida acadêmica, que inclusive oferece cursos: Como se preparar para uma entrevista, como falar em público, e demais cursos de apoio ao estudante.

A cada início de semestre letivo a Instituição, por meio dos **Núcleos de Extensão (NEX) e de Educação a distância (NEAD)** desenvolvem atividades/oficinas de Nivelamento nas Disciplinas Iniciais, incluindo Língua Portuguesa, Metodologia Científica e Matemática, que tem como objetivo principal equalizar o nível de conhecimento dos alunos e facilitar o desenvolvimento das disciplinas subsequentes da matriz curricular. O Núcleo de Extensão oportuniza aos alunos da Faculdade Projeção de Ceilândia a participação em diversas atividades que envolvem o mercado e comunidade local. O NEX e as Coordenações de Curso promovem cursos, palestras e outras atividades complementares para que os alunos cumpram com este componente curricular. O Núcleo de Educação a distância, oferece extenso apoio aos discentes que estão regularmente matriculados em disciplinas a distância (Cursos presenciais reconhecidos).

A **Central de Atendimento ao Aluno – CAA** possui 3 pontos de atendimento individuais, 4 computadores, 1 impressora a laser, 2 telefones, 1 aparelho de ar condicionado, 3 balcões de autoatendimento, sendo que, em período de maior fluxo, um balcão expresso também realiza alguns atendimentos de entrega de declarações e selos de carteirinhas. Esta central é responsável pela orientação de procedimentos acadêmicos, recebimento, encaminhamento e acompanhamento de solicitações formalizadas pelos alunos a departamentos da Instituição, tais como: Secretaria Acadêmica, Diretoria de Unidade, Diretoria de Tecnologia, Coordenação de Cursos e de Núcleos.

A **Central de Atendimento Financeiro – CAF** detém 3 pontos de atendimento individuais, 4 computadores, 1 impressora a laser, 1 telefone, 1 aparelho de ar condicionado e duas estações com acesso exclusivo para alunos que necessitam realizar aditamento no sistema FIES. A CAA atua no atendimento aos alunos da Faculdade Projeção, desenvolvendo atividades que compõem os processos financeiros. Além disso, a Faculdade está cadastrada no Programa Universidade para Todos (PROUNI), no Financiamento para Estudantes de Educação Superior (FIES) e possui convênios de descontos para acadêmicos que trabalham em diversas organizações da região. Tais programas de financiamento estudantil e bolsas de estudos completam a política de amplo apoio ao discente desenvolvida pela Faculdade Projeção de Ceilândia.

A Faculdade Projeção de Ceilândia dispõe de uma ampla sala de professores, bem iluminada e climatizada, com 2 banheiros femininos com 3 sanitários e 1 masculino com 2 sanitários e 3 mictórios, bancada com 05 computadores, devidamente equipados com os softwares necessários, com conjunto de sofás, mesa para reuniões, uma recepção aos professores, armário para cada docente, jornais e revistas à disposição dos professores, murais de informações, telefone, copa com filtro de água, proporcionando, deste modo, comodidade e acessibilidade aos docentes. Os computadores disponibilizados aos docentes na sala dos professores permitem o desenvolvimento de trabalhos, acessos ao blog das turmas, emissão de pautas acadêmicas, lançamentos de notas, faltas, registros e conteúdos e outras providências em relação à atividade acadêmica.

A Faculdade Projeção de Ceilândia possui uma sala-auditório, com 130 cadeiras dispostas em longarinas de 4 lugares cada. O mesmo é utilizado para os atos de colação de grau de muitas turmas de alunos dos cursos, para semanas acadêmicas, capacitações, treinamentos, apresentações culturais, palestras, e com frequência é disponibilizado para a comunidade, que realiza eventos de interesse geral. O espaço é climatizado e possui equipamento de som, tela e equipamento de projeção.

A FAPRO-Ceilândia conta com 4 (quatro) gabinetes exclusivos para seus professores em tempo integral, com mesas, cadeiras e computadores, todos com dimensões adequadas, estando sempre limpos, com ótima iluminação, excelente acústica e ventilação.

A Faculdade Projeção de Ceilândia oferece aos seus alunos um Centro de Convivência com mesas, cadeiras, lanchonete e reprografia. O espaço possui acesso à internet via rede wireless com a finalidade de oferecer comodidade e um espaço propício à alimentação, descanso, interação com os demais alunos e realização de atividades culturais.

### **7.1.1 Laboratório de informática**

A Faculdade Projeção de Ceilândia disponibiliza 03 laboratórios de informática, sendo o terceiro com 50 máquinas, o segundo com 48 e o primeiro com 42 máquinas, todos possuem equipamento de ar condicionado, quadro branco, acesso à internet e projetor, além de 10 máquinas modernas disponíveis na biblioteca da unidade. Os softwares são atualizados constantemente a fim de propiciar o que há de mais moderno aos estudantes, incluindo software para atender alunos com necessidades especiais. O espaço é amplo e arejado com boa iluminação, ventilação e comodidade. Esses laboratórios possuem todos os recursos computacionais recomendados pela SBC tanto no que respeita a complexidade quanto à capacidade.

O laboratório contábil do Curso de Ciências Contábeis, visa atuar com trabalhos práticos no laboratório de informática, enfatizando os lançamentos e registros dos fatos contábeis, assim como a aplicação da contabilidade tributária, legislação trabalhista e contábil. Elaboração e análise das demonstrações financeiras com

utilização de Sistema Contábil, também fazem parte dos objetivos do curso na utilização da tecnologia da informação, que tem também, como intuito, realizar a elaboração de processos de constituição de empresas, alinhando com trabalhos práticos do dia-a-dia de um contabilista em sistemas de informação contábil.

## **7.2 Infraestrutura específica do curso**

### **7.2.2 Núcleo de Práticas Jurídicas**

A Casa do Cidadão da Faculdade Projeção de Ceilândia está instalada Área Especial 10, Lote C - CEP: 71.070-703, próximo ao terminal rodoviário da cidade. Contando com a seguinte estrutura:

- 01 sala para realização de júri simulado;
- 01 laboratório para realização de audiências simuladas, com o mobiliário semelhante ao utilizado nas salas de audiências forenses;
- Cartório simulado, com 01 computador, para registro, controle e andamento das atividades e processos da prática simulada;
- 01 laboratório de informática para confecção de peças processuais, acompanhamento processual e pesquisas jurisprudenciais da prática real;
- 03 espaços privativas para atendimento aos assistidos na prática real;
- Sala de apoio aos advogados da prática real contando com 02 computadores;
- Secretaria para auxílio administrativo das atividades contando com computadores e impressora;

Encontra-se ainda à disposição de cada advogado-orientador a possibilidade de utilização de recursos como: data shows, sons, notebooks, salas diferenciadas, e sala de multimídia, mediante a solicitação via sistema de reserva através do SSR – sistema de solicitação. A CASA DO CIDADÃO possui elevador de acesso ao andar superior, rampas de auxílio à entrada do prédio e banheiros adaptados às condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Temos ainda, as unidades de Prática Real sendo realizadas nos seguintes endereços:

- Taguatinga Norte – Fórum de Taguatinga – Térreo;
- Guará II - Área Especial 10, Lote C - CEP: 71.070-703;

- Samambaia Sul - Ed. Fórum de Samambaia, térreo, Fórum Desembargador Raimundo Macedo. QR 302 Conj.01 - CEP: 72300-631
- Riacho Fundo I - Ed. Fórum do Riacho Fundo - térreo. CEP: 71820-200;

Cabe ressaltar que o NPJ promove diversas atividades externas em parceria com o Poder Judiciário, como audiências, Júris, arbitragem, mediação e Torneio de Sustentação Oral realizado em nos ambientes reais dos Tribunais do Distrito Federal.

Por fim, há ainda o projeto “Van Cidadã”, por meio do qual o NPJ realiza atendimento itinerante nas comunidades carentes, vencendo a barreira da incapacidade econômica da pessoa que não tem sequer recursos para se deslocar até um centro de assistência jurídica.

### **7.3 Biblioteca**

A biblioteca da Faculdade Projeção de Ceilândia dispõe de infraestrutura adequada às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Seu público-alvo são os professores, estudantes, colaboradores e, ainda, a comunidade local. A biblioteca é o órgão responsável pelo planejamento de aquisição, tratamento, catalogação, controle, atendimento ao público e de conservação do acervo informativo e bibliográfico, bem como por representar a Instituição nas redes de bibliotecas e programas cooperativos de informação.

A biblioteca responde pela integração das atividades técnicas do sistema como a formação, desenvolvimento, processamento das coleções e a manutenção da base de dados do acervo. O acervo é composto de livros impressos e digitais, além de periódicos, folhetos, filmes didáticos e materiais de referência, oferecendo o suporte necessário ao cumprimento dos currículos dos cursos oferecidos. O acervo é ampliado e atualizado constantemente por indicações dos professores, dos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e/ou por solicitações dos gestores e estudantes.

O acervo atual da biblioteca tem como base a demanda apresentada no ementário dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores, amplamente discutido pelos Coordenadores de Curso, professores, membros do Colegiado de Curso e membros do NDE. Periodicamente os ementários de cursos são revisados a fim de identificar novas atualizações de suas bibliografias. A relação de número de exemplares *versus* número de alunos obedece aos critérios de excelência indicados

pelo MEC/INEP, considerando a importância do acesso e utilização do acervo por cada aluno da Educação Superior da Faculdade Projeção de Ceilândia.

A biblioteca possui atualmente (2016) acervo atualizado com 3.114 títulos e 9.675 exemplares, 218 títulos de periódicos, 52 acervos de audiovisuais.

O acervo é totalmente informatizado e o sistema utilizado é o Pergamum, desenvolvido pela PUC-PR. Trata-se do maior sistema de automação de bibliotecas desenvolvido no Brasil, além de fazer todo o controle do acervo, o sistema oferece serviços como pesquisa, reserva e renovação pela Internet.

A biblioteca é dirigida por um bibliotecário devidamente registrado no Conselho Regional de Biblioteconomia - CRB da 1<sup>o</sup> Região, e tem como funções:

- Fazer a gestão do funcionamento da biblioteca, planejando, coordenando, supervisionando, orientando e respondendo pelas ações da coordenação geral da biblioteca.
- Fazer a gestão do atendimento ao público interno e externo, mantendo o relacionamento harmonioso e de qualidade.
- Estabelecer política de desenvolvimento e manutenção de coleções com a finalidade de manter o equilíbrio e a atualização do acervo de livros e periódicos.
- Fazer a gestão da biblioteca com o objetivo de recepcionar e atender as demandas das avaliações e auditorias externas.
- Fazer a gestão do processamento técnico da catalogação, classificação e indexação de documentos.
- Fazer a gestão dos colaboradores da biblioteca, buscando favorecer o processo de trabalho em equipe e a capacitação e treinamento da equipe.

Todos os serviços realizados pelo bibliotecário são supervisionados pelo Coordenador Geral das bibliotecas, que responde pela gestão do funcionamento da rede de bibliotecas do Grupo Projeção. O coordenador geral das bibliotecas é responsável por estabelecer a política de desenvolvimento e manutenção de coleções com a finalidade de manter o equilíbrio e a atualização do acervo de livros e periódicos.

### **7.3.1 Instalações físicas**

A comunidade acadêmica tem à sua disposição uma biblioteca ampla, climatizada, com acesso a rede *wireless*, acervo atualizado, composto por livros impressos e digitais, periódicos e multimeios. A biblioteca possui um espaço físico amplo, dividido em espaços diferenciados e adaptados às diversas demandas da comunidade acadêmica, como: salas de estudo em grupo, sala de vídeo, cabines de estudos individuais, salão de estudo, área do acervo, área administrativa e sala de pesquisa equipadas com computadores com acesso à internet e *softwares* para elaboração de trabalhos acadêmicos.

As salas de estudo em grupo possuem mesas, cadeiras e quadro branco. As cabines de estudos individuais ficam em lugares estratégicos, de pouco movimento, proporcionando conforto e comodidade a alunos e professores para prática de estudo e leitura.

O acervo é armazenado em estantes de aço, o que evita a proliferação de agentes que danificam os livros, como cupins, traças e etc. Todos os livros e periódicos passam por uma avaliação periódica com a finalidade de detectar o estado de conservação dos mesmos, assim que um livro danificado é identificado, ele é retirado de circulação e enviado para o setor de reparos. A biblioteca possui um quadro de funcionários qualificado composto por bibliotecário, auxiliares de biblioteca e equipe de manutenção e limpeza.

### **7.3.2 Bibliografia básica**

A bibliografia básica das unidades curriculares foi definida quando da elaboração do projeto pedagógico do curso refletindo a experiência dos profissionais que participaram de sua elaboração. A bibliografia básica de cada unidade curricular é constituída, no mínimo, por três títulos que se encontram disponíveis na proporção média de um exemplar para menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas e estão, portanto, em conformidade com os indicadores de excelência do Instrumento de Avaliação de Cursos do MEC/INEP.

A atualização das bibliografias é feita periodicamente a pedido dos professores e validação do Colegiado de Curso e do NDE, órgão responsável não apenas pelo aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso, mas também pela sua formulação, revisão e implementação. Todas as alterações/atualizações são devidamente registradas em ata e arquivadas na Coordenação de Curso.

A bibliografia indicada nos planos de ensino é oriunda do Projeto Pedagógico do Curso, portanto, nenhuma obra pode ser indicada no plano de ensino se não constar no respectivo PPC. Aos professores, durante as reuniões periódicas, a Coordenação de Curso oportuniza a indicação de novas obras, que somente após a aquisição, catalogação e disponibilização no acervo físico e/ou digital da biblioteca da Instituição; e após a devida inserção no ementário do PPC, poderão ser indicados nos planos de ensino das componentes curriculares.

Toda a Bibliografia Básica, indicada em cada componente curricular, consta no anexo deste Projeto Pedagógico de Curso.

### **7.3.3 Bibliografia complementar**

A bibliografia complementar é constituída, no mínimo, por cinco títulos para cada unidade curricular na proporção mínima de dois exemplares para cada título. Há ainda a utilização de artigos e sítios específicos quando os conteúdos das disciplinas assim o exigirem. A atualização das bibliografias é feita periodicamente a pedido dos professores e validação do Colegiado de Curso e do NDE, órgão responsável não apenas pelo aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso, mas também pela sua formulação, revisão e implementação. Todas as alterações são devidamente registradas em ata e arquivadas na Coordenação de Curso.

Toda a Bibliografia Complementar, indicada em cada componente curricular, consta no anexo deste Projeto Pedagógico de Curso.

### **7.3.4 Periódicos especializados**

Os alunos têm a sua disposição acesso a diversos títulos de periódicos especializados impressos e eletrônicos. Além dos periódicos adquiridos por meio de compra, a Biblioteca, em parceria com as Coordenações de Curso, formou um grupo de estudos que inclui bibliotecários, coordenadores e professores, e fez a compilação de periódicos eletrônicos gratuitos, que na sua maioria são produzidos por instituições federais de ensino e reconhecidos no meio acadêmico por sua excelência, e os disponibilizou por meio dos *links* no sistema Pergamum e nos planos de ensino.

A assinatura dos periódicos especializados, indexados e correntes, no formato impresso ou virtual, são renovadas regularmente no intuito de manter o acervo disponível ao alunado da Instituição. Os períodos disponíveis na biblioteca

contemplam diversas áreas do saber e disponibilizam conteúdos atualizados. A referência dos períodos especializados consta no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, conforme a aderência à cada componente curricular da matriz.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

#### 1º SEMESTRE

Disciplina: Sociologia	Carga Horária: 80 horas	Período: 1º
<p style="text-align: center;"><b>Ementa</b></p> <p>Conceitos sociológicos fundamentais. Compreensão da Sociologia como instrumento de conhecimento da inter-relação homem e sociedade e Estado nos contextos sociais. Elementos para análise científica da sociedade – ação social, relação social, processos sociais, instituições, socialização, estrutura social, mudança social e classes sociais. Questões éticas, culturais e econômicas. Relações étnico-raciais. História e cultura afro-brasileira-brasileira. Cultura africana.</p>		
<p style="text-align: center;"><b>Habilidades e competências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender os conceitos fundamentais da sociologia</li> <li>✓ Compreender a Sociologia como instrumento de estudo das interações Sociais;</li> <li>✓ Desenvolver a capacidade crítica e autonomia intelectual</li> <li>✓ Valorizar o direito à cidadania como forma de expressão dos diferentes grupos sociais e étnicos.</li> <li>✓ Compreender a contribuição da cultura Africana na formação da sociedade Brasileira.</li> <li>✓ Identificar os vários conceitos fundamentais da sociologia</li> <li>✓ Apontar e ser capaz de avaliar a necessidade de elaboração de Adaptação Curricular.</li> <li>✓ Identificar as formas de representação social dos grupos sociais e étnicos.</li> <li>✓ Identificar as contribuições da cultura africana na formação da Sociedade Brasileira.</li> </ul>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Básica</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CHARON, Joel M.; VIGILANT, Lee Garth. <i>Sociologia</i>. São Paulo: Saraiva, 2012.</li> <li>2. DURKHEIM, Émile. <i>As regras do método sociológico</i>. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.</li> <li>3. HAMMS, Ana Paula Ruup. <i>Sociologia</i>. Brasília: 2014.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Complementar</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. COSTA, Maria Cristina Castilho. <i>Sociologia: introdução à ciência da sociedade</i>. São Paulo. Moderna, 2006.</li> <li>2. DEMO, Pedro. <i>Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social</i>. São Paulo: Atlas, 2002.</li> <li>3. FERREIRA, Delson. <i>Manual de sociologia</i>. São Paulo: Atlas, 2012.</li> <li>4. LAKATOS, E.; MARCONI, M. <i>Sociologia geral</i>. São Paulo: Atlas, 2014.</li> <li>5. VILA NOVA, Sebastião. <i>Introdução à Sociologia</i>. São Paulo: Atlas, 2000.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Periódicos Especializados</b></p>		

REVISTA EM PAUTA: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro: Uerj, Semestral. ISSN 2358-0690

SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS. Rio de Janeiro: ANPED. Quadrimestral. ISSN 0873-6529

SOCIEDADE E CULTURA. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais/UFG, 2009-. Semestral. ISSN 1980-8194

Disciplina: <b>Economia</b>	Carga Horária: <b>80 horas</b>	Período: <b>1º</b>
<b>Ementa</b>		
Princípios básicos de economia vigente na realidade social e política da sociedade. Aspectos econômicos do cotidiano do cidadão comum. Instrumentos analíticos e técnicas de análises econômicas. Interpretação de dados econômicos sociais.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolver no aluno a habilidade de identificar e compreender as razões econômicas que estão por trás dos fatos sociais que incidem sobre a vida diária; para introduzi-las de forma lógica permitindo a elaboração de análise econômica, através da formação básica, permitindo a compreensão do todo, de modo integrado e sistêmico.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. São Paulo, SP: Atlas, 2012.</li> <li>2. MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia: texto básico nas melhores universidades. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</li> <li>3. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2011</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. LACERDA, Antonio Corrêa de. Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013.</li> <li>2. RASMUSSEN, Uwe Waldemar. <i>Economia para não-economistas</i>. São Paulo: Saraiva, 2006.</li> <li>3. SOUZA, Nali de Jesus de. Economia básica. São Paulo: Atlas, 2009.</li> <li>4. VASCONCELOS, M. A. S. Economia, micro e macro. São Paulo: Atlas, 2011.</li> <li>5. WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald. Economia. São Paulo: Makron Books, 2004.</li> </ol>		
<b>Periódicos Especializados</b>		
<p>CONTEXTUS. REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO – (UFC). Disponível em: &lt;<a href="http://www.feaac.ufc.br/contextus/">http://www.feaac.ufc.br/contextus/</a>&gt; Acesso em: 10 out. 2013.</p> <p>ECONOMIA E GESTÃO - E &amp; G. (PUC MINAS). Disponível em: &lt;<a href="http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/index_n.asp">http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/index_n.asp</a>&gt; Acesso em: 10 out. 2013.</p>		

Disciplina: Psicologia	Carga Horária: 40 horas	Período: 1º
<p style="text-align: center;"><b>Ementa</b></p> <p>Psicologia e História: Origem, principais escolas, tendências teóricas e áreas de atuação. Desenvolvimento da personalidade humana. A multideterminação do homem: Fatores biopsicológicos da criminalidade. Contribuições da Psicologia no campo do Direito. Psicologia e sociedade. Grupos e instituições como instâncias mediadoras das relações indivíduo-sociedade.</p>		
<p style="text-align: center;"><b>Habilidades e competências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conhecer técnicas e conteúdos fornecidos pela psicologia.</li> <li>✓ Desenvolver aptidões interdisciplinares a serem aplicadas à realidade individual e social do profissional jurídico e do serviço social.</li> <li>✓ Avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva em diferentes contextos.</li> <li>✓ Analisar as tendências comportamentais de grupos e instituições e as instâncias mediadoras entre as relações interpessoais.</li> <li>✓ Atuar de modo interdisciplinar, nos cenários organizacionais e institucionais, considerando a pertinência dos processos e fenômenos jurídicos, sociais e psicológicos envolvidos.</li> <li>✓ Relacionar os conceitos criminológicos presentes nos estudos da psicologia com a atuação profissional jurídica e social.</li> <li>✓ Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.</li> </ul>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Básica</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni; Fiorelli, Jose Osmir. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas.</li> <li>2. BOCK, Ana Mercês Bahia; Teixeira, Maria de Lourdes Trassi; Furtado, Odair. Psicologias - Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva.</li> <li>3. ZIMERMAN, David. &amp; COLTRO, Antonio Carlos Martins (org). Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. Campinas (SP): Millenium, 2002.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Complementar</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BARROS, Edgard Luis (org.); RIGONATTI, Sérgio Paulo (coord.); SERAFIM, Antonio de Pádua (org.). Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica. São Paulo: Vetor.</li> <li>2. ARENDT, R. J. J. Psicologia Social, Comunidade e Contemporaneidade. Psicologia: Reflexão e Crítica, 1998.</li> <li>3. GONÇALVES, Hebe Signorini. Psicologia Jurídica no Brasil. Nau Editora.</li> <li>4. BRITO, Liala Maria Torraca de (org.). Temas de psicologia jurídica. Rio de Janeiro: Relume Dumará.</li> <li>5. SÁ, Alvinio Augusto de. Criminologia Clínica e Psicologia Criminal. São Paulo: RT.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Periódicos Especializados</b></p> <p>PENSAR: Revista de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. Fortaleza: Centro de Ciências Jurídicas / Unifor, 1992-. Disponível em: &lt;<a href="http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=362&amp;Itemid=762">http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=362&amp;Itemid=762</a>&gt;. Acesso em: 12 ago. 2014.</p>		

Disciplina: <b>Leitura e Produção de Texto</b>	Carga Horária: <b>80 horas</b>	Período: <b>1º</b>
<p style="text-align: center;"><b>Ementa</b></p> <p>Leitura, texto e sentido. Escrita e coerência textual. Escrita e práticas comunicativas (gêneros discursivos/textuais). Contexto e contextualização. Intertextualidade. Referenciação e progressão referencial. Sequenciação textual. Retextualização. Gêneros acadêmicos (orais e escritos). Produção de texto como técnica de estudo (fichamento, resumo, resenha). Letramentos. Aspectos normativos (ABNT). Paráfrases, citações diretas/indiretas e literais/não literais. Projetos e seus elementos fundamentais (contexto, problema, objetivos, justificativa, método, referencial e referências).</p>		
<p style="text-align: center;"><b>Habilidades e competências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Praticar as técnicas que orientam os processos de leitura e produção de textos na língua portuguesa.</li> <li>✓ Identificar os principais gêneros discursivos e textuais na língua portuguesa em diferentes modalidades.</li> <li>✓ Interpretar ou reaplicar as ideias de um texto ao contexto.</li> <li>✓ Reconhecer a gramática como instrumento de organização do pensamento, da fala e da escrita.</li> <li>✓ Utilizar normas para padronizar os diversos gêneros textuais.</li> <li>✓ Ler e produzir diferentes gêneros textuais em diversos contextos sócio-histórico-culturais e em diversas modalidades na Língua Portuguesa.</li> </ul>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Básica</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e Escrever</i>. estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.</li> <li>2. MEDEIROS, João Bosco. <i>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas</i>. São Paulo: Atlas, 2014.</li> <li>3. <b>SOARES</b>, Magda. <i>Letramento: um tema em três gêneros</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Complementar</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BARTHES, R. <i>O prazer do texto</i>. São Paulo: Perspectiva, 2004.</li> <li>2. GIL, Antonio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. São Paulo: Atlas, 2010.</li> <li>3. MOTTA-ROTH, D. e HENDGES, G. R. <i>Produção textual na universidade</i>. São Paulo: Parábola, 2010.</li> <li>4. KOCH, I. e ELIAS, V. <i>Escrever e Argumentar</i>. São Paulo: Contexto, 2016.</li> <li>5. NADÓLSKIS, Hêndricas. <i>Normas de comunicação em língua portuguesa</i>. São Paulo: Saraiva, 2009.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Periódicos Especializados</b></p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL (ABERJE). Disponível em: &lt; <a href="http://www.aberje.com.br/">http://www.aberje.com.br/</a>&gt;. Acesso em: 23 nov. 2015.</p> <p>REVISTA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL. São Paulo: Aberje, 1999. Disponível em: &lt;<a href="http://www.aberje.com.br/acervo_revista.asp">http://www.aberje.com.br/acervo_revista.asp</a>&gt;. Acesso em: 23 nov. 2015.</p>		

<b>Disciplina: Antropologia</b>	<b>Carga Horária: 40 horas</b>	<b>Período:</b>
<p style="text-align: center;"><b>Ementa</b></p> <p>A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. Teorias Antropológicas. A evolução humana como processo bio-cultural: o inato e o adquirido. Cultura, diversidade e o processo cultural do homem. As raízes do Brasil: Um olhar antropológico em culturas específicas, notadamente as afro-brasileiras.</p>		
<p style="text-align: center;"><b>Habilidades e competências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Explorar a história e os fundamentos do pensamento antropológico.</li> <li>✓ Entender o arcabouço histórico-social que contextualiza a realidade contemporânea, de modo a obter uma eficaz visão dos problemas sociais e de alternativas para sua solução.</li> <li>✓ Problematizar a partir do senso crítico e científico a diversidade da cultura como fenômeno humano.</li> <li>✓ Compreender o mundo, com valores pautados em princípios ético-morais, relacionados com a inclusão social e o respeito às diversidades culturais e de gênero.</li> <li>✓ Relacionar os estudos antropológicos com as áreas de atuação jurídica, social e assistencial.</li> <li>✓ Identificar os processos de formação identitária sociocultural no Brasil.</li> <li>✓ Utilizar o potencial de diálogo das ciências humanas com a Antropologia e outros campos do saber exercitando a inter e a multidisciplinaridade.</li> <li>✓ Demonstrar com argumentos científicos a relação existente entre o racismo, a hierarquia social e a desigualdade no Brasil.</li> </ul>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Básica</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MARCONI, Marina de Andrade. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas.</li> <li>2. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.</li> <li>3. BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Tradução Celso Castro - ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Complementar</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. KÜMPEL, Vitor Frederico. Manual de antropologia jurídica de acordo com o provimento N. 136/2009. São Paulo: Saraiva.</li> <li>2. VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar Editores.</li> <li>3. MATTA, Roberto da Relativizando: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes.</li> <li>4. FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global Editora. 2006.</li> <li>5. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Periódicos Especializados</b></p> <p>PENSAR: Revista de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. Fortaleza: Centro de Ciências Jurídicas / Unifor, 1992-. Disponível em: &lt;<a href="http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=362&amp;Itemid=762">http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=362&amp;Itemid=762</a>&gt;. Acesso em: 12 ago. 2014.</p>		

<b>Disciplina: Introdução ao Estudo de Direito</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 1º</b>
<b>Ementa</b>		

Conceito e fontes do Direito. Relação entre Direito, sociedade, moral e Estado. Princípios gerais do Direito. Naturalismo e positivismo. Normativismo jurídico e tridimensionalidade do Direito. Norma jurídica. Vigência e aplicação da Lei Civil (LINDB). Divisões do direito. Dogmática hermenêutica. O Direito como fator de transformação social.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito,
- ✓ Compreender a principiologia do Direito mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Público e Privado.
- ✓ Compreender as relações jurídicas e sua interdisciplinaridade com os demais ramos do conhecimento.
- ✓ Entender as relações sociais e humanísticas a partir do estudo dos institutos jurídicos;
- ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico.
- ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação.
- ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca.

#### **Bibliografia Básica**

1. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
2. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. São Paulo: Saraiva, 2002.
3. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense.

#### **Bibliografia Complementar**

1. DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva.
2. BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Direito: lições de Propedêutica Jurídica Tridimensional. São Paulo: Saraiva.
3. MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais.
4. DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito - 5ª Ed. - 2013. Editora: Revista dos Tribunais – RT.
5. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas.

#### **Periódicos Especializados**

DIREITO E JUSTIÇA: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REVISTA DIREITO GV. São Paulo: FGV,2005-. Semestral. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

#### **2º SEMESTRE**

<b>Disciplina: Ciência Política</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 2º</b>
<b>Ementa</b>		

A Ciência Política no contexto das Ciências Sociais. Desenvolvimento histórico da ciência política e do Estado. A contribuição do pensamento moderno e contemporâneo para o conceito de Ciência Política e de Estado. Temas fundamentais: poder e dominação; representação, participação e democracia; liberdade, igualdade e justiça; Estado e relações internacionais – a paz, a guerra e o terrorismo. Partidos políticos, sistemas eleitorais e formas de governo.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Compreender a dogmática constitucional a partir dos aspectos históricos, sociais e econômicos, bem como da Teoria Geral do Estado.
- ✓ Desenvolver uma visão sistêmica acerca da Ciência Política.
- ✓ Verificar os fatos históricos relevantes no processo de desenvolvimento do Estado.
- ✓ Conhecer as teorias políticas.
- ✓ Desenvolver a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica acerca dos atuais temas da Ciência Política.
- ✓ Compreender a importância da disciplina para a formação sociopolítica.
- ✓ Aplicar os conceitos ao caso concreto.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico.
- ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação.
- ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade sociopolítica que o cerca.

#### **Bibliografia Básica**

1. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
2. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. STRECK, Lenio Luiz. Ciência política e teoria geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2013.

#### **Bibliografia Complementar**

1. BOBBIO, Norberto. O futuro da Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
2. BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
3. FILOMENO, José Geraldo Brito. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
4. MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2007.
5. WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política. 10. Ed. São Paulo: Ática, 2000 (volumes 1 e 2).

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba, PR: UniBrasil, 2007-. Semestral. ISSN 1982-0496. (Periódicos - [Digital])

**Disciplina: Meio Ambiente e Sustentabilidade**

**Carga Horária:**

**80 horas**

**Período: 2º**

#### **Ementa**

O quadro socioambiental na era da globalização. Dimensões do ecodesenvolvimento. A inserção do indivíduo no ambiente e seus impactos. Economicismo vs. Ambientalismo. O papel individual e coletivo na construção de uma sociedade sustentável. Marcos histórico, políticos e institucionais - locais, estaduais, nacionais e internacionais - que regulam e inspiram práticas relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade.

<b>Habilidades e competências</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Procurar-se-á desenvolver no aluno a habilidade de identificar e compreender os fatos e razões que provocam o desequilíbrio ambiental como consequência de dos fatos políticos e sociais que incidem sobre as economias nacionais individual e regionalmente; introduzi-las de forma lógica permitindo a elaboração de análise crítica e postura participativa, através da formação básica, permitindo a compreensão do todo, de modo integrado e sistêmico.</li> </ul>
<b>Bibliografia Básica</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALMEIDA, Fernando. Os Desafios da Sustentabilidade: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro. Campus Elsevier. 2007. 5ª. Ed.</li> <li>2. CHAUVEL, Marie Agnes e COHEN, Marcos. Ética, Sustentabilidade e Sociedade: Desafios Da Nossa Era. Rio Janeiro. Mauad. 2009.</li> <li>3. MACHADO FILHO, C.A. P. Responsabilidade Social e Governança: O Debate e as implicações. Ed. Thomson, 2006.</li> </ol>
<b>Bibliografia Complementar</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALBUQUERQUE, José de Lima. Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.</li> <li>2. BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2011.</li> <li>3. LAVILLE, Elisabeth. A empresa verde. São Paulo: Ôte, 2009.</li> <li>4. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental empresarial: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2011.</li> <li>5. SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro. Garamond. 2002.</li> </ol>
<b>Periódicos Especializados</b>
<p>REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção,2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital])</p> <p>DIREITO PÚBLICO. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público,2003-. Trimestral. ISSN 1806-8200 (Periódicos - [Digital- Direr])</p>

<b>Disciplina: Direito Constitucional – Direitos Fundamentais e Sociais</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 2º</b>
<b>Ementa</b>		
Teoria da Constituição. Poder constituinte. Perspectiva sociohistórica do Direito Constitucional. Neoconstitucionalismo. Direitos fundamentais. Direitos sociais. Dimensões dos direitos fundamentais.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender a dogmática constitucional a partir dos aspectos históricos, sociais e econômicos, bem como da Teoria Geral do Estado.</li> <li>✓ Desenvolver uma visão sistêmica do Direito Constitucional Brasileiro.</li> <li>✓ Entender os elementos orgânicos da Constituição Federal.</li> <li>✓ Conhecer os direitos e as garantias fundamentais.</li> <li>✓ Desenvolver o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica acerca dos atuais temas do Direito Constitucional.</li> <li>✓ Compreender a dimensão da disciplina para a Ciência Jurídica e entender sua importância no contexto do Direito Público.</li> <li>✓ Utilizar os regramentos Constitucionais como o principal instrumento jurídico e político do sistema brasileiro.</li> </ul>		

- ✓ Aplicar as dinâmicas constitucionais aos casos concretos.
- ✓ Ler, avaliar, interpretar e compreender situações concretas a partir dos parâmetros constitucionais.
- ✓ Inter-relacionar a disciplina constitucional com os demais ramos do Direito.
- ✓ Pesquisar e contrapor argumentos da legislação e da doutrina com a jurisprudência constitucional contemporânea.

#### **Bibliografia Básica**

1. SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de direito constitucional. 5. São Paulo: Saraiva, 2016
2. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 19. São Paulo: Saraiva, 2015
3. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

#### **Bibliografia Complementar**

1. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 14. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547202873.
2. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 11. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547203665.
3. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. São Paulo: Método, 2014.
4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.
5. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2013.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS. Itajaí, SC: Univali, 1995-. Quadrimestral. Disponível em: < <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/index>>. REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

DIREITO E JUSTIÇA: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória/FDV, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REVISTA DIREITO GV. São Paulo: FGV, 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014

**Disciplina: Direito Civil – Parte Geral**

**Carga Horária:  
80 horas**

**Período: 2º**

#### **Ementa**

Evolução Histórica e Social do Direito Civil. Direito Civil Constitucional e seus reflexos na sociedade contemporânea. Pessoa Natural. Personalidade. Capacidade. Pessoa Jurídica. A teoria da desconsideração da pessoa jurídica. Domicílio. Bens. Atos, fatos e negócios jurídicos. Nulidades e Anulabilidades no Negócio Jurídico. Atos ilícitos. Prescrição e decadência.

### Habilidades e competências

- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil.
- ✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado.
- ✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito.
- ✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil.
- ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico.
- ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação.
- ✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público.
- ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca.

### Bibliografia Básica

1. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: parte geral e LINDB, v.1. 13. São Paulo: Atlas, 2015.
2. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de Direito Civil: parte geral. São Paulo: Saraiva. (era complementar)
3. TARTUCE, Flávio. Direito civil, v.1: Lei de introdução e parte geral. 11. Rio de Janeiro: Método, 2014.

### Bibliografia Complementar

1. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: parte geral. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.
2. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: parte geral. São Paulo: Saraiva.
3. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil. Teoria Geral do Direito. Vol. 1. São Paulo. Saraiva.
4. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: parte geral. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.
5. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Parte Geral. Vol. 1. São Paulo. Atlas.

### Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

DIREITO E JUSTIÇA: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MERITUM: revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

**Disciplina: Direito Penal – Teoria do Crime**

**Carga Horária:**

**80 horas**

**Período: 2º**

### Ementa

Conceito, princípios e evolução histórica do Direito Penal. Funções do Direito Penal, sobretudo as funções de manter um padrão mínimo de ética-social, de proteção aos bens

jurídicos e de controle social. Norma penal e sua aplicação no tempo e no espaço. Crime, seus conceitos e classificações. Tipicidade e sua relação com os princípios da insignificância e adequação social. Tentativa e crime impossível. Antijuridicidade e suas excludentes. Culpabilidade e inimputabilidade. Concurso de pessoas.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Entender o Direito Penal na perspectiva crítica das Ciências Criminais.
- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Penal.
- ✓ Compreender os aspectos históricos e os princípios de Direito Penal.
- ✓ Entender o Direito Penal à luz da Constituição Federal e sua interdisciplinaridade com os demais ramos.
- ✓ Compreender o processo de criação de leis penais em cotejo com os princípios norteadores do Direito Penal.
- ✓ Compreender os âmbitos temporal e espacial de aplicação da lei penal brasileira.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Penal.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa acerca dos reflexos do Direito Penal na sociedade contemporânea.
- ✓ Identificar, no complexo de normas penais, a lei aplicável ao caso concreto.
- ✓ Estabelecer, a partir da análise de situações reais, conexões entre as condutas praticadas e os modelos abstratos de comportamentos proibidos pelo Direito Penal.

#### **Bibliografia Básica**

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. Vol. 1. 22. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120 do CP). Vol. 1. 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

#### **Bibliografia Complementar**

1. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal, vol. 1. ed. 20. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte geral. Vol. 1. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
3. MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado: parte geral (arts. 1º a 120). Vol. 1. 10. ed. São Paulo: Forense, 2016.
4. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal - arts. 1 a 120 do CP: parte geral. Vol. 1. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral. Vol. 1. 11 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2014

### **3º SEMESTRE**

<b>Disciplina: Direito Processual Penal:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Período: 3º</b>
<b>Investigação e Processo Criminal</b>	<b>80 horas</b>	
<b>Ementa</b>		

Fundamentos históricos, princípios, garantias e regras constitucionais do Direito Processual Penal. Persecução Penal: Inquérito policial e ação penal e suas implicações sociais. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentes. Das provas. Sujeitos processuais. Medidas cautelares no processo penal: reais e pessoais. Prisões processuais e os instrumentos de restabelecimento da liberdade no curso da persecução penal.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Compreensão global do Direito, correlacionando seus diferentes ramos e as diferentes ciências que influenciam seu processo de formação e aplicação.
- ✓ Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira.
- ✓ Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário.
- ✓ Compreender o processo como um instrumento de pacificação social.
- ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil.
- ✓ Realizar pesquisa de textos doutrinários, jurisprudências e textos legislativos, com domínio sobre tecnologias e métodos de pesquisa contemporâneos.
- ✓ Analisar e interpretar de forma crítica as normas e fenômenos jurídicos e sua aplicação, valendo-se de elementos argumentativos e persuasivos.
- ✓ Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial.
- ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo.
- ✓ Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual.
- ✓ Atuar de forma profissional, em diferentes instâncias e órgãos, judiciais ou administrativos, com domínio sobre procedimentos e técnicas.
- ✓ Pesquisar, ler, compreender e elaborar textos científicos, documentos ou peças processuais com domínio da linguagem técnica.
- ✓ Cumprir o papel de prevenir, mediar e dirimir conflitos, tendo sempre viva a consciência de que o menor litígio tem o potencial de abalar a harmonia da vida em coletividade.

#### **Bibliografia Básica**

1. DE LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal. Volume Único. ed. 4. Editora Juspodium. 2016.
2. LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. ed. 13. São Paulo: Saraiva, 2015.
3. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. ed. 20. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

#### **Bibliografia Complementar**

1. BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal. ed. 11. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. NICOLITT, André Luiz. Manual de Processo Penal. ed. 5. RT: São Paulo, 2016.
3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. ed. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
4. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de direito processual penal. 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: JusPodivm, 2016.
5. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Disciplina: Direito Civil – Obrigações	Carga Horária: 80 horas	Período: 3º
<p style="text-align: center;"><b>Ementa</b></p> <p>Teoria das obrigações. Direitos pessoais e Direitos reais. Direitos obrigacionais e as relações sociais. Fontes. Elementos. Classificação. Transmissão. Adimplemento. Extinção. Inadimplemento. Cláusula penal e arras. Fundamentos da responsabilidade civil. Responsabilidade Civil objetiva e subjetiva.</p>		
<p style="text-align: center;"><b>Habilidades e competências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil.</li> <li>✓ Compreender a princiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado.</li> <li>✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito.</li> <li>✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil.</li> <li>✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil.</li> <li>✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil.</li> <li>✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico.</li> <li>✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação.</li> <li>✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público.</li> <li>✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca.</li> </ul>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Básica</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: teoria geral das obrigações. Vol. 2. São Paulo: Saraiva.</li> <li>2. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: obrigações, v.02. São Paulo: Atlas, 2017.</li> <li>3. VENOSA, Silvio de Salvo. Teoria Geral das obrigações e dos Contratos. São Paulo: Atlas. Vol. II.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Complementar</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva.</li> <li>2. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de direito civil: obrigações. São Paulo: Saraiva.</li> <li>3. MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Curso de direito civil: direito das obrigações, 2ª parte. São Paulo: Saraiva.</li> <li>4. NADER, Paulo. Curso de direito civil: obrigações. Rio de Janeiro: Forense.</li> <li>5. TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil, volume único. 6. São Paulo: Método, 2016.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Periódicos Especializados</b></p>		

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

MERITUM: revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

<b>Disciplina: Direito Penal – Teoria da Pena</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 3º</b>
<p style="text-align: center;"><b>Ementa</b></p> <p>Teoria geral das penas. Finalidade e fundamento das penas e suas transformações históricas e humanísticas no contexto social. Dignidade humana e demais princípios norteadores das sanções penais. Espécies de penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Cominação e aplicação da pena. Suspensão condicional da pena e livramento condicional. Dos efeitos da condenação. Da reabilitação. Medida de segurança. Causas extintivas de punibilidade.</p>		
<p style="text-align: center;"><b>Habilidades e competências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Entender o Direito Penal na perspectiva crítica das Ciências Criminais.</li> <li>✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Penal.</li> <li>✓ Compreender os aspectos históricos e os princípios de Direito Penal.</li> <li>✓ Entender o Direito Penal à luz da Constituição Federal e sua interdisciplinaridade com os demais ramos.</li> <li>✓ Compreender o processo de criação de leis penais em cotejo com os princípios norteadores do Direito Penal.</li> <li>✓ Compreender os âmbitos temporal e espacial de aplicação da lei penal brasileira.</li> <li>✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Penal.</li> <li>✓ Apresentar capacidade argumentativa acerca dos reflexos do Direito Penal na sociedade contemporânea.</li> <li>✓ Identificar, no complexo de normas penais, a lei aplicável ao caso concreto.</li> <li>✓ Estabelecer, a partir da análise de situações reais, conexões entre as condutas praticadas e os modelos abstratos de comportamentos proibidos pelo Direito Penal.</li> </ul>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Básica</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. Vol. 1. 22. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.</li> <li>2. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120 do CP). Vol. 1. 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.</li> <li>3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Bibliografia Complementar</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal, vol. 1. ed. 20. São Paulo: Saraiva, 2016.</li> <li>2. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte geral. Vol. 1. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</li> <li>3. MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado: parte geral (arts. 1º a 120). Vol. 1. 10. ed. São Paulo: Forense, 2016.</li> <li>4. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal - arts. 1 a 120 do CP: parte geral. Vol. 1. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</li> <li>5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral. Vol. 1. 11 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.</li> </ol>		
<p style="text-align: center;"><b>Periódicos Especializados</b></p>		

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

<b>Disciplina: Direito Constitucional – Organização do Estado</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 3º</b>
<b>Ementa</b> Organização do Estado. Separação dos poderes. Funções essenciais da justiça. A defesa do Estado e as instituições democráticas.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender a dogmática constitucional a partir dos aspectos históricos, sociais e econômicos, bem como da Teoria Geral do Estado.</li> <li>✓ Desenvolver uma visão sistêmica do Direito Constitucional Brasileiro.</li> <li>✓ Entender os elementos orgânicos da Constituição Federal.</li> <li>✓ Conhecer os Poderes estatais e sua importância para a defesa do Estado Democrático.</li> <li>✓ Desenvolver o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica acerca dos atuais temas do Direito Constitucional.</li> <li>✓ Compreender a dimensão da disciplina para a Ciência Jurídica e entender sua importância no contexto do Direito Público.</li> <li>✓ Utilizar os regramentos Constitucionais como o principal instrumento jurídico e político do sistema brasileiro.</li> <li>✓ Aplicar as dinâmicas constitucionais aos casos concretos.</li> <li>✓ Ler, compreender, elaborar, avaliar e interpretar situações práticas com a devida utilização dos parâmetros constitucionais.</li> <li>✓ Estabelecer a inter-relação entre o estudo da disciplina constitucional com os demais ramos do Direito Público e do Direito Privado.</li> <li>✓ Pesquisar e contrapor argumentos da legislação e da doutrina com a jurisprudência constitucional contemporânea.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de direito constitucional. 5. São Paulo: Saraiva, 2016</li> <li>2. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 19. São Paulo: Saraiva, 2015.</li> <li>3. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 14. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547202873.</li> <li>2. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 11. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547203665.</li> <li>3. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. São Paulo: Método, 2014.</li> <li>4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.</li> </ol>		

5. MORAES. Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2013.

#### Periódicos Especializados

DIREITO E JUSTIÇA: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória/FDV,2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

REVISTA DIREITO GV. São Paulo: FGV,2005-. Semestral. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>>. Acesso em: 17 ago. 2014

REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

**Disciplina: Direito Processual Civil – Parte Geral**

**Carga Horária:**

**Período: 3º**

**80 horas**

#### Ementa

Evolução histórica do direito processual e o seu contexto social. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Norma processual: fontes, eficácia, interpretação das normas fundamentais e a aplicação das normas processuais. Função jurisdicional. Sujeitos do processo. Dos atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. A judicialização política e as relações sociais. Ativismo judicial.

#### Habilidades e competências

- ✓ Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira.
- ✓ Compreender a relação entre a morfologia dos procedimentos e o atendimento aos princípios norteadores da disciplina processual.
- ✓ Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário.
- ✓ Compreender o processo como um instrumento de pacificação social.
- ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil.
- ✓ Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial.
- ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo.
- ✓ Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual.
- ✓ Elaborar crítica e propor medidas que contribuam para o correto desenrolar do processo.

#### Bibliografia Básica

1. **Bueno, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016.**
2. **Didier, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – V.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016).**
3. **Humberto Theodoro - Curso de Direito Processual Civil – V.1.**

### Bibliografia Complementar

1. MONTENEGRO Filho, Misael. Curso Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.
2. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - Volume Único. Ed. Juspodivm. 2016.
3. OLIVEIRA. Paulo Mendes de; MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa Julgada e Precedente - Limites Temporais e As Relações Jurídicas de Trato Continuado. Ed. Revista dos Tribunais. 2016.
4. CUNHA. Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Ed. Juspodivm. 2016.
5. DONIZETTI. Elpídio. Curso Didático Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.

### Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

### 4º SEMESTRE

<b>Disciplina: Direito Civil- Contratos em espécie</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 4º</b>
<b>Ementa</b>		
Princípios do Direito Contratual. Teoria geral dos contratos. Função social dos contratos. Formação e extinção dos contratos. Cláusulas obrigatórias. Distrato. Evicção. Vícios redibitórios. Classificação dos contratos. Contratos em espécie. Contratos mercantis.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil.</li> <li>✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado.</li> <li>✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito.</li> <li>✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil.</li> <li>✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil.</li> <li>✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil.</li> <li>✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico.</li> <li>✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação.</li> <li>✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público.</li> <li>✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de direito civil: Contratos – Tomos 1 e 2. São Paulo: Saraiva. (Era da Complementar)</li> <li>2. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: contratos, v.04. 5. São Paulo: Atlas, 2015.</li> <li>3. TARTUCE, Flávio. Direito civil, v.3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 10. Rio de Janeiro: Método, 2015.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		

1. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. Vol. 3. São Paulo: Saraiva.
2. NADER, Paulo. Curso de direito civil: contratos. Rio de Janeiro: Forense.
3. VENOSA, Sílvio de Salvo. Teoria Geral das obrigações e dos Contratos. São Paulo: Atlas. Vol. III.
4. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: contratos. Vol. 3. São Paulo: Saraiva
5. TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil, volume único. 6. São Paulo: Método, 2016

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

DIREITO E JUSTIÇA: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

MERITUM: revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

<b>Disciplina: Direito Penal – Parte Especial I</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 4º</b>
<b>Ementa</b>		
Introdução à parte especial e o estudo dos impactos socioculturais dos tipos penais. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Entender o Direito Penal na perspectiva crítica das Ciências Criminais.</li> <li>✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Penal.</li> <li>✓ Compreender os aspectos históricos e os princípios de Direito Penal.</li> <li>✓ Entender o Direito Penal à luz da Constituição Federal e sua interdisciplinaridade com os demais ramos.</li> <li>✓ Compreender o processo de criação de leis penais em cotejo com os princípios norteadores do Direito Penal.</li> <li>✓ Compreender os âmbitos temporal e espacial de aplicação da lei penal brasileira.</li> <li>✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Penal.</li> <li>✓ Apresentar capacidade argumentativa acerca dos reflexos do Direito Penal na sociedade contemporânea.</li> <li>✓ Identificar, no complexo de normas penais, a lei aplicável ao caso concreto.</li> <li>✓ Estabelecer, a partir da análise de situações reais, conexões entre as condutas praticadas e os modelos abstratos de comportamentos proibidos pelo Direito Penal.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa. Vol. 2. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</li> <li>2. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial (arts. 121 a 212 do CP). Vol. 2. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.</li> <li>3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte especial: dos crimes contra o patrimônio até dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Vol. 3. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial, arts. 121 a 212. vol. 2. ed. 16. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte especial - crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio. Vol. 2. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
4. MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado: parte especial (arts. 121 a 212 do CP). vol. 2. ed. 8. Rio de Janeiro: Método, 2016.
5. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal - arts. 121 a 234-B do CP: parte especial. Vol. 2. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

**Disciplina: Direito Constitucional - Processos**

**Carga Horária:**

**Período: 4º**

**Constitucionais**

**80 horas**

#### **Ementa**

Repartição de Competência. Processo Legislativo. Controle de constitucionalidade. Ações constitucionais.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Compreender a dogmática constitucional a partir dos aspectos históricos, sociais e econômicos, bem como da Teoria Geral do Estado.
- ✓ Desenvolver uma visão sistêmica do Direito Constitucional Brasileiro.
- ✓ Entender os elementos orgânicos da Constituição Federal.
- ✓ Conhecer os remédios constitucionais, o controle de constitucionalidade e o processo legislativo constitucional.
- ✓ Desenvolver o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica acerca dos atuais temas do Direito Constitucional.
- ✓ Compreender a dimensão da disciplina para a Ciência Jurídica e entender sua importância no contexto do Direito Público.
- ✓ Utilizar os regramentos Constitucionais como o principal instrumento jurídico e político do sistema brasileiro.
- ✓ Aplicar as dinâmicas constitucionais aos casos concretos.
- ✓ Ler, compreender, elaborar, avaliar e interpretar situações práticas com a devida utilização dos parâmetros constitucionais.
- ✓ Estabelecer a inter-relação entre o estudo da disciplina constitucional com os demais ramos do Direito Público e do Direito Privado.
- ✓ Pesquisar e contrapor argumentos da legislação e da doutrina com a jurisprudência constitucional contemporânea.

#### **Bibliografia Básica**

1. SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de direito constitucional. 5. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 19. São Paulo: Saraiva, 2015.
3. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

### Bibliografia Complementar

1. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 14. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 11. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. São Paulo: Método, 2014.
4. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2013.
5. BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 5. São Paulo: Saraiva, 2014.

### Periódicos Especializados

DIREITO E JUSTIÇA: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória/FDV, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

REVISTA DIREITO GV. São Paulo: FGV, 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

<b>Disciplina: Direito Processual Penal: Procedimentos e Recursos Criminais</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 4º</b>
<b>Ementa</b>		
Atos de comunicação processual. Sentença. Procedimentos processuais penais. Nulidades processuais e suas implicações sociais no âmbito dos direitos fundamentais. Recursos e sua relação com os mandamentos constitucionais. Revisão criminal.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender a relação entre a morfologia dos procedimentos e o atendimento aos princípios norteadores da disciplina processual penal.</li> <li>✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao delinear os principais institutos do processo penal brasileiro.</li> <li>✓ Conhecer a função instrumental e garantista do processo criminal e os elementos interdisciplinares constantes no rito processual.</li> <li>✓ Elaborar crítica e propor medidas tendentes ao aperfeiçoamento do arcabouço jurídico processual.</li> <li>✓ Traçar, a partir da análise de problemas concretos, a linha de atuação a ser percorrida, embasada na sequência de atos processuais pré-determinados pela legislação.</li> <li>✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. DE LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal. Volume Único. ed. 4. Editora Juspodium. 2016.</li> <li>2. LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. ed. 13. São Paulo: Saraiva, 2015.</li> </ol>		

3. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. ed. 20. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

#### **Bibliografia Complementar**

1. BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de processo penal. ed. 11. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. NICOLITT, André Luiz. Manual de Processo Penal. ed. 5. RT: São Paulo, 2016.
3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. ed. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
4. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de direito processual penal. 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: JusPodivm, 2016.
5. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

**Disciplina: Direito Processual Civil –  
Conhecimento**

**Carga Horária:  
80 horas**

**Período: 4º**

#### **Ementa**

Processo e procedimento. Procedimento comum: do ato postulatório, da improcedência liminar do pedido, da audiência de conciliação ou de mediação, a negociação no novo CPC, da contestação, da reconvenção, da revelia, das alegações do réu, das providências preliminares e do saneamento, do julgamento conforme o estado do processo, da audiência de instrução e julgamento, das provas, da sentença e da coisa julgada. Tutela provisória.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Compreender e correlacionar os diferentes ramos do direito e as diferentes ciências que influenciam seu processo de formação e aplicação.
- ✓ Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira.
- ✓ Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário.
- ✓ Compreender o processo como um instrumento de pacificação social.
- ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil.
- ✓ Realizar pesquisa de textos doutrinários, jurisprudências e textos legislativos, com domínio sobre tecnologias e métodos de pesquisa contemporâneos.
- ✓ Analisar e interpretar de forma crítica as normas e fenômenos jurídicos e sua aplicação, valendo-se de elementos argumentativos e persuasivos.
- ✓ Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial.
- ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo.
- ✓ Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual.

- ✓ Atuar de forma profissional, em diferentes instâncias e órgãos, judiciais ou administrativos, com domínio sobre procedimentos e técnicas.
- ✓ Pesquisar, ler, compreender e elaborar textos científicos, documentos ou peças processuais com domínio da linguagem técnica.
- ✓ Cumprir o papel de prevenir, mediar e dirimir conflitos, tendo sempre viva a consciência de que o menor litígio tem o potencial de abalar a harmonia da vida em coletividade.

#### **Bibliografia Básica**

1. **BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016.**
2. **DIDIER, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – v.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016).**
3. **THEODORO, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – v.1.**

#### **Bibliografia Complementar**

1. MONTENEGRO Filho, Misael. Curso Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.
2. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - Volume Único. Ed. Juspodivm. 2016.
3. OLIVEIRA. Paulo Mendes de; MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa Julgada e Precedente - Limites Temporais e As Relações Jurídicas de Trato Continuado. Ed. Revista dos Tribunais. 2016.
4. CUNHA. Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Ed. Juspodivm. 2016.
5. DONIZETTI. Elpídio. Curso Didático Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

### **5º SEMESTRE**

<b>Disciplina: Direito Processual Civil- Recursos</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 5º</b>
<b>Ementa</b>		
<p>A função revisora e reformadora como instrumento de pacificação social. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Teoria geral dos precedentes judiciais. Processos de competência Originária dos tribunais. Procedimentos especiais de jurisdição Contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.</p>		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender e correlacionar os diferentes ramos do direito e as diferentes ciências que influenciam seu processo de formação e aplicação.</li> <li>✓ Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira.</li> <li>✓ Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário.</li> <li>✓ Compreender o processo como um instrumento de pacificação social.</li> </ul>		

- ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil.
- ✓ Realizar pesquisa de textos doutrinários, jurisprudências e textos legislativos, com domínio sobre tecnologias e métodos de pesquisa contemporâneos.
- ✓ Analisar e interpretar de forma crítica as normas e fenômenos jurídicos e sua aplicação, valendo-se de elementos argumentativos e persuasivos.
- ✓ Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial;
- ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo.
- ✓ Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual.
- ✓ Atuar de forma profissional, em diferentes instâncias e órgãos, judiciais ou administrativos, com domínio sobre procedimentos e técnicas.
- ✓ Pesquisar, ler, compreender e elaborar textos científicos, documentos ou peças processuais com domínio da linguagem técnica.
- ✓ Cumprir o papel de prevenir, mediar e dirimir conflitos, tendo sempre viva a consciência de que o menor litígio tem o potencial de abalar a harmonia da vida em coletividade.

#### **Bibliografia Básica**

1. **BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016.**
2. **DIDIER, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – v.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016)**
3. **THEODORO, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – v.1.**

#### **Bibliografia Complementar**

1. MONTENEGRO Filho, Misael. Curso Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.
2. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - Volume Único. Ed. Juspodivm. 2016.
3. OLIVEIRA, Paulo Mendes de; MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa Julgada e Precedente - Limites Temporais e As Relações Jurídicas de Trato Continuado. Ed. Revista dos Tribunais. 2016.
4. CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Ed. Juspodivm. 2016.
5. DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

<b>Disciplina: Direito Civil - Direitos Reais</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 5º</b>
<b>Ementa</b>		
Direitos Reais. Direitos Reais e Direitos Pessoais. Posse. Propriedade. Condomínio. Direito de vizinhança. Direitos reais sobre coisa alheia. Propriedade intelectual. Direitos reais e as suas repercussões humanísticas, sociais e culturais.		
<b>Habilidades e competências</b>		

- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil.
- ✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado.
- ✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito.
- ✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil.
- ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico.
- ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação.
- ✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público.
- ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca.

#### **Bibliografia Básica**

1. FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil, v.5: direitos reais. 11. Rio de Janeiro: Atlas, 2015
2. GOMES, Orlando. Direitos Reais, Rio de Janeiro, Ed. Forense, 8ª ed., 1983.
3. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, vol. 5.

#### **Bibliografia Complementar**

1. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito das coisas. São Paulo: Saraiva.
2. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil – direito das coisas. Vol. 3. São Paulo: Saraiva.
3. MALTINTI, Eliana Raposo. Estudos direcionados. Vol. 19 - direito civil - direito das coisas. São Paulo: Saraiva.
4. BRANDÃO, Débora Vanessa Caús (coord.). Direito Civil - Direito das Coisas Direito Civil Vol. 4. São Paulo: RT.
5. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direitos Reais. Vol. 5º. São Paulo: Atlas.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

DIREITO E JUSTIÇA: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

MERITUM: revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

**Disciplina: Direito Penal- Parte Especial II**

**Carga Horária:**

**Período: 5º**

**80 horas**

#### **Ementa**

Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a Fé Pública. Crimes contra a Administração Pública. Avaliação dos impactos socioculturais de cada tipo penal.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Entender o Direito Penal na perspectiva crítica das Ciências Criminais.
- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Penal.

- ✓ Compreender os aspectos históricos e os princípios de Direito Penal.
- ✓ Entender o Direito Penal à luz da Constituição Federal e sua interdisciplinaridade com os demais ramos.
- ✓ Compreender o processo de criação de leis penais em cotejo com os princípios norteadores do Direito Penal.
- ✓ Compreender os âmbitos temporal e espacial de aplicação da lei penal brasileira.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Penal.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa acerca dos reflexos do Direito Penal na sociedade contemporânea.
- ✓ Identificar, no complexo de normas penais, a lei aplicável ao caso concreto.
- ✓ Estabelecer, a partir da análise de situações reais, conexões entre as condutas praticadas e os modelos abstratos de comportamentos proibidos pelo Direito Penal.

#### **Bibliografia Básica**

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. Vol. 4. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial (arts. 213 a 361 do CP). Vol. 3. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

#### **Bibliografia Complementar**

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a administração pública dos crimes praticados por prefeitos. Vol. 5. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial, arts. 213 a 359-H. vol. 3. ed. 14. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. JESUS, Damásio E. de. Direito penal 4: parte especial – crimes contra a fé pública e crimes contra a administração pública. 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
4. MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado: parte especial (arts. 213 a 359-H do CP). vol. 3. ed. 5. Rio de Janeiro: Método, 2016.
5. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal - arts. 213 a 359-H do CP: parte especial. Vol. 3. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index->>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

<b>Disciplina: Direito Individual do Trabalho</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 5º</b>
<b>Ementa</b>		
Evolução histórica e social. Direito do trabalho e humanismo. Princípios e Fontes. Garantias constitucionais do trabalho. Relação de trabalho e de emprego. Espécies de contrato de trabalho e terceirização. Obrigações advindas da relação de emprego. Duração do trabalho. Remuneração e salário. Alteração e extinção do contrato de trabalho. Garantias provisórias de emprego. Saúde e segurança do trabalho.		
<b>Habilidades e competências</b>		

- ✓ Compreender a principiologia e a evolução dos institutos do Direito do Trabalho.
- ✓ Entender o Direito do Trabalho a partir do conhecimento das leis, doutrina, jurisprudência e dos direitos fundamentais.
- ✓ Entender os problemas sociais e humanísticos a partir do estudo das regras de Direito do Trabalho.
- ✓ Refletir sobre os direitos fundamentais do trabalhador.
- ✓ Dominar as regras inerentes ao Direito do Trabalho de modo a desenvolver senso crítico e raciocínio lógico.
- ✓ Aplicar o raciocínio jurídico argumentativo de forma crítica e reflexiva
- ✓ Interpretar e aplicar as leis trabalhistas.
- ✓ Aplicar adequadamente a teoria à realidade na busca pela correta solução de problemas judiciais ou extrajudiciais.
- ✓ Utilizar os institutos trabalhistas na solução de problemas sociais e humanísticos.
- ✓ Analisar, de forma crítica e ética os institutos do direito do trabalho de modo a contribuir para a transformação social.
- ✓ Defender com ética, técnica e profissionalismos os direitos e interesses que lhes forem confiados.

#### **Bibliografia Básica**

1. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr.
2. BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr.
3. CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. Niterói: Impetus.

#### **Bibliografia Complementar**

1. ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Direito penal do trabalho. São Paulo: Saraiva.
2. GARCIA, Filipe Barbosa.
3. CUNHA, Maria Inês M. S. A. Da. Direito do trabalho de acordo com A Lei N. 12.010/2009. São Paulo: Saraiva.
4. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas.
5. NASCIMENTO, Amauri Marcaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

#### **Periódicos Especializados**

MERITUM: revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC,2006-. Semestral. ISSN 1980-2072 (Periódicos - [Digital] )  
 REVISTA DIREITO GV. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas,2005-. Semestral. ISSN 1808-2432. (Periódicos - [Digital] )

<b>Disciplina: Direito Empresarial – Teoria da Empresa</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 5º</b>
<b>Ementa</b>		
Evolução histórico-social do Direito Empresarial. Fontes do Direito Empresarial. Teoria da empresa. Função social da empresa. Sujeitos do Direito Empresarial. Propriedade industrial. Sociedades: classificação e espécies. Regime jurídico da sociedade empresária. Contratos mercantis.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Formar uma visão geral do Direito Empresarial a partir de seus conceitos e especificidades.</li> <li>✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Empresarial, seus aspectos legais e sua aplicação às relações negociais.</li> <li>✓ Desenvolver capacidade de comunicação eficiente e eficaz para militar na área do Direito Empresarial.</li> </ul>		

- ✓ Aplicar na prática profissional, o conhecimento teórico adquirido.
- ✓ Atuar de forma adequada e profissional na negociação e resolução de problemas nas esferas extrajudiciais e judiciais.
- ✓ Demonstrar raciocínio lógico para argumentação, persuasão e reflexão crítica.
- ✓ Utilizar os meios informatizados aplicados ao direito, com domínio das novas tecnologias e métodos.
- ✓ Identificar fontes relacionadas a aspectos jurídicos de problemas empresariais com foco na avaliação de suas implicações, riscos e oportunidades.

#### **Bibliografia Básica**

1. CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito Empresarial Esquematizado. LENZA, Pedro (Coord.). 3. ed.. São Paulo, Saraiva, 2016.
2. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. 10. ed.. São Paulo: Atlas, 2014.

#### **Bibliografia Complementar**

1. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado. 4. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: método, 2014.
2. Tomazette, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário - Vol. 1 - 7ª Ed. – 2016.
3. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2014
4. NEGRÃO, RICARDO. Manual de Direito Comercial de Empresa. Teoria Geral da Empresa e Direito Societário. Volume I. São Paulo: Saraiva.
5. REQUIÃO, RUBENS. Curso de Direito Comercial. Volume I. São Paulo: Saraiva.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR. Porto Alegre: Magister,2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

### **6º SEMESTRE**

<b>Disciplina: Direito Tributário: Noções Fundamentais</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 6º</b>
<b>Ementa</b>		
<p>Conceito e fontes do Direito Tributário. Repercussões do Direito Tributário no contexto social. Vigência, aplicação e interpretação da legislação tributária. Conceito e espécies de tributos. Competência tributária. Limitações do Poder de Tributar. Obrigação tributária. Exoneração tributária e o direito ambiental.</p>		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender o Direito Tributário como ramo autônomo do Direito Público.</li> <li>✓ Diferenciar as especificidades do Direito Tributário e do Direito Financeiro.</li> <li>✓ Correlacionar o Sistema Tributário Nacional, previsto na Constituição Federal, com o Código Tributário Nacional.</li> <li>✓ Conhecer as diferentes espécies tributárias e distingui-las das demais receitas públicas.</li> <li>✓ Compreender as limitações ao poder de tributar a partir da evolução histórica do sistema constitucional e a teoria dos direitos fundamentais.</li> <li>✓ Analisar os temas atuais da tributação nas diferentes esferas federadas.</li> </ul>		

- ✓ Atuar com respeito aos valores e princípios que regem o direito tributário e em observância aos limites constitucionais.
- ✓ Aplicar adequadamente a legislação, a doutrina e a jurisprudência, além de outras fontes do direito tributário.
- ✓ Lidar com o avanço tecnológico de modo a garantir a permanente compreensão e aplicação do direito.
- ✓ Utilizar os instrumentos da teoria geral do direito em consonância com os regramentos do sistema tributário no que pertine as especificidades dos atos de atos de fiscalização, cobrança de tributos.

#### **Bibliografia Básica**

1. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquemático. São Paulo: Método, 2015.
3. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário, 2017.

#### **Bibliografia Complementar**

1. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros, 2017.
2. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2015.
3. CARRAZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2015.
4. MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2016.
5. CASSONE, Vittorio. Direito tributário: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceitos e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2015.

#### **Periódicos Especializados**

DIREITO E JUSTIÇA: Revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS:2005-. Semestral. ISSN 1984-7718. (Periódicos - [Digital])

DIREITO PÚBLICO. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público,2003-. Trimestral. ISSN 1806-8200 (Periódicos - [Digital])

**Disciplina: Direito Civil- Família**

**Carga Horária:**

**80 horas**

**Período: 6º**

#### **Ementa**

Noções gerais de direito de família. Princípios aplicáveis ao direito de família. Evolução da família. A família contemporânea: aspectos humanísticos e sociais. Casamento: características e espécies. Divórcio. Parentesco. Filiação. Parentesco socioafetivo. Adoção. Poder familiar. Regime de bens. União estável. Relações poliafetivas. Alimentos. Tutela. Curatela. Bem de família.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil.
- ✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado.
- ✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito.
- ✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil.

- ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico.
- ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação;
- ✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público.
- ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca.

#### **Bibliografia Básica**

1. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de direito civil: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2017.
2. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2015.
3. FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil, v.6: direito das famílias. 7. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

#### **Bibliografia Complementar**

1. RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família: Lei nº 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
2. LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito de família e sucessões. Vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2017.
3. LAGRATA NETO, Caetano; TATURCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. Direito de família: novas tendências e julgamentos emblemáticos. São Paulo: Atlas, 2016.
4. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direito de família. São Paulo: Atlas. (Coleção Direito Civil; Vol. 6), 2016.
5. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2015.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES. Porto Alegre, RS: Magister, 2007-. Bimestral. ISSN 1982-2219. (Periódicos - [Digital])

DIREITO E JUSTIÇA: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

MERITUM: revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

**Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho**

**Carga Horária:**

**80 horas**

**Período: 6º**

#### **Ementa**

Direito constitucional coletivo do trabalho. Direito Internacional e Organização Internacional do Trabalho – OIT. Garantias constitucionais sindicais. Sistema sindical brasileiro: organização, funções, custeio, federações, confederações e centrais sindicais. Greve e *lockout*. Acordo coletivo. Convenção coletiva. Arbitragem. Dissídios coletivos. Sentença normativa. Ação de cumprimento. Substituição processual. Ministério Público do Trabalho. Direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos. Ação civil pública.

#### **Habilidades e competências**

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender a principiologia e a evolução dos institutos do Direito do Trabalho.</li> <li>✓ Entender o Direito do Trabalho a partir do conhecimento das leis, doutrina, jurisprudência e dos direitos fundamentais.</li> <li>✓ Entender os problemas sociais e humanísticos a partir do estudo das regras de Direito do Trabalho.</li> <li>✓ Refletir sobre os direitos fundamentais do trabalhador.</li> <li>✓ Dominar as regras inerentes ao Direito do Trabalho de modo a desenvolver senso crítico e raciocínio lógico.</li> <li>✓ Aplicar o raciocínio jurídico argumentativo de forma crítica e reflexiva.</li> <li>✓ Interpretar e aplicar as leis trabalhistas.</li> <li>✓ Aplicar adequadamente a teoria à realidade na busca pela correta solução de problemas judiciais ou extrajudiciais.</li> <li>✓ Utilizar os institutos trabalhistas na solução de problemas sociais e humanísticos.</li> <li>✓ Analisar, de forma crítica e ética os institutos do direito do trabalho de modo a contribuir para a transformação social.</li> <li>✓ Defender com ética, técnica e profissionalismos os direitos e interesses que lhes forem confiados.</li> </ul>
---

#### **Bibliografia Básica**

1. DELGADO, Mauricio Godinho. Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTr, 2016.
2. BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2015.
3. CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. Niterói: Impetus, 2015.

#### **Bibliografia Complementar**

1. GARCIA, Filipe Barbosa. Curso de Direito do Trabalho. 11ª ed, 2017
2. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2016.
3. CUNHA, Maria Inês M. S. A. Da. Direito do trabalho de acordo com A Lei N. 12.010/2009. São Paulo: Saraiva, 2015.
4. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2016.
5. NASCIMENTO, Amauri Marcaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014.

#### **Periódicos Especializados**

DIREITO E JUSTIÇA: Revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS:2005-. Semestral. ISSN 1984-7718. (Periódicos - [Digital])  
 DIREITO PUBLICO. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, 2003-. Trimestral. ISSN 1806-8200 (Periódicos - [Digital])

<b>Disciplina: Direito Processual Civil – Execução</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 6º</b>
<b>Ementa</b>		
<p>Exequibilidade das decisões judiciais: noções introdutórias a luz da segurança jurídica. Liquidação de sentença. Cumprimento provisório da sentença. Cumprimento definitivo da sentença. Introdução ao processo de execução. Execução em geral. Espécies de execução. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução.</p>		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender e correlacionar os diferentes ramos do direito e as diferentes ciências que influenciam seu processo de formação e aplicação.</li> <li>✓ Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira.</li> </ul>		

- ✓ Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário.
- ✓ Compreender o processo como um instrumento de pacificação social.
- ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil.
- ✓ Realizar pesquisa de textos doutrinários, jurisprudências e textos legislativos, com domínio sobre tecnologias e métodos de pesquisa contemporâneos.
- ✓ Analisar e interpretar de forma crítica as normas e fenômenos jurídicos e sua aplicação, valendo-se de elementos argumentativos e persuasivos.
- ✓ Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial.
- ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo.
- ✓ Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual.
- ✓ Atuar de forma profissional, em diferentes instâncias e órgãos, judiciais ou administrativos, com domínio sobre procedimentos e técnicas.
- ✓ Pesquisar, ler, compreender e elaborar textos científicos, documentos ou peças processuais com domínio da linguagem técnica.
- ✓ Cumprir o papel de prevenir, mediar e dirimir conflitos, tendo sempre viva a consciência de que o menor litígio tem o potencial de abalar a harmonia da vida em coletividade.

#### **Bibliografia Básica**

1. **BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed, 2016.**
2. **DIDIER, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil –v.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016), 2017.**
3. **THEODORO, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – v.1, 2016.**

#### **Bibliografia Complementar**

1. MONTENEGRO Filho, Misael. Curso Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.
2. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - Volume Único. Ed. Juspodivm. 2016.
3. OLIVEIRA. Paulo Mendes de; MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa Julgada e Precedente - Limites Temporais e As Relações Jurídicas de Trato Continuado. Ed. Revista dos Tribunais. 2016.
4. CUNHA. Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Ed. Juspodivm. 2016.
5. DONIZETTI. Elpídio. Curso Didático Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

<b>Disciplina: Direito Empresarial – Títulos de Crédito e Falência</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 6º</b>
<b>Ementa</b>		

Teoria geral do direito cambiário. Títulos de crédito: Atributos e classificação. Aspectos processuais. Contratos mercantis. Fundamentos do direito falimentar. Sujeitos do processo falimentar. Processo falimentar. Processo falimentar. Crimes falimentares. Recuperação judicial e extrajudicial.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Formar uma visão geral do Direito Empresarial a partir de seus conceitos e especificidades.
- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Empresarial, seus aspectos legais e sua aplicação nas relações negociais.
- ✓ Desenvolver capacidade de comunicação eficiente e eficaz para militar na área do Direito Empresarial.
- ✓ Aplicar na prática profissional, o conhecimento teórico adquirido.
- ✓ Atuar de forma adequada e profissional na negociação e resolução de problemas nas esferas extrajudiciais e judiciais.
- ✓ Demonstrar raciocínio lógico para argumentação, persuasão e reflexão crítica.
- ✓ Utilizar os meios informatizados aplicados ao direito, com domínio das novas tecnologias e métodos.
- ✓ Identificar fontes relacionadas a aspectos jurídicos de problemas empresariais com foco na avaliação de suas implicações, riscos e oportunidades.

#### **Bibliografia Básica**

1. CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito Empresarial Esquemático. LENZA, Pedro (Coord.). 3. ed.. São Paulo, Saraiva, 2016.
2. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquemático. 4. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: método, 2014.
3. MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. 10. ed.. São Paulo: Atlas, 2014.

#### **Bibliografia Complementar**

1. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa. Vol. II. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa. Vol. III. São Paulo: Saraiva, 2016.
4. Tomazette, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário - Vol. 1 - 7ª Ed. – 2016.
5. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2014.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

#### **7º SEMESTRE**

<b>Disciplina: Direito Civil - Sucessões</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 7º</b>
<b>Ementa</b>		
Princípios. Conceitos. Fundamentos. Disposições gerais sucessórias. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário. Partilha. Colação. Sonegados.		

### Habilidades e competências

- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil.
- ✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado.
- ✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito.
- ✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil.
- ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico.
- ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação.
- ✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público.
- ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca.

### Bibliografia Básica

1. TARTUCE, Flávio. Direito civil, v.6: direito das sucessões. 8. Rio de Janeiro: Método, 2015.
2. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de direito civil: Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2016
3. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2015.

### Bibliografia Complementar

1. DA SILVA, Regina Beatriz Tavares, CAMARGO, Theodureto de Almeida. Grandes temas de direito de família e das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
3. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Direito das sucessões. Vol. 6. São Paulo: Saraiva, 2017.
4. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva.
5. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: direito das sucessões. São Paulo: Atlas, 2016.

### Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES. Porto Alegre, RS: Magister, 2007-. Bimestral. ISSN 1982-2219. (Periódicos - [Digital])

MERITUM: revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

**Disciplina: Direito Administrativo – Organização**

**Carga Horária:**

**Período: 7º**

**Administrativa do Estado**

**80 horas**

**Ementa**

Direito Administrativo. Administração Pública. Funções públicas. Órgão público. Agentes públicos. Princípios da administração pública. Poderes administrativos. Organização administrativa. Servidores públicos. Processo administrativo. Ato administrativo. Bens públicos.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Compreender o Direito Administrativo como disciplina teórica-científica relevante para o entendimento dos princípios que regem a atividade administrativa do Estado.
- ✓ Entender e Identificar os diferentes sistemas administrativos.
- ✓ Observar a estrutura administrativa do Estado Brasileiro e suas peculiaridades
- ✓ Compreender as funções precípua de cada um dos poderes estatais distinguindo-as da atividade administrativa.
- ✓ Estabelecer conexão entre os preceitos constitucionais e o direito administrativo.
- ✓ Compreender as relações administrativas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito.
- ✓ Identificar e diferenciar as diversas relações mantidas entre o Estado e terceiros.
- ✓ Lidar, de forma consciente e responsável, com a inserção do estado nas relações sociais.
- ✓ Identificar as normas administrativas incidentes aos casos concretos para sua mais adequada interpretação e aplicação.
- ✓ Ter consciência social e atuar com adequação técnico-jurídica nas instancias administrativa e judicial.
- ✓ Atuar com ética, técnica e profissionalismo na defesa dos interesses públicos ou do interesse dos cidadãos, contra abusos praticados pelos agentes públicos.
- ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos.

#### **Bibliografia Básica**

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo: Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2015.
2. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2016.
3. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2014.

#### **Bibliografia Complementar**

1. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Rio de Janeiro: Impetus, 2015
2. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo. Saraiva, 2015.
3. MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. Niterói: Impetus, 2016.
4. MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo, 2017.
5. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2016.

#### **Periódicos Especializados**

DIREITO E JUSTIÇA: Revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS:2005-. Semestral. ISSN 1984-7718. (Periódicos - [Digital] )

DIREITO PÚBLICO. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público,2003-. Trimestral. ISSN 1806-8200 (Periódicos - [Digital] )

**Disciplina: Direito Processual do Trabalho**

**Carga Horária:**

**80 horas**

**Período: 7º**

**Ementa**

Evolução histórica e o princípio da proteção. Princípios específicos do processo do Trabalho. Organização e competência da justiça do trabalho. Processo de conhecimento: ritos, reclamação trabalhista, resposta do réu e intervenção de terceiros. Liquidação de verbas trabalhistas. Sistema recursal. Tutelas provisórias. Execução trabalhista. Procedimentos especiais: Inquérito para apuração de falta grave, ação de cumprimento e ação rescisória.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Desenvolver a aptidão para definir os aspectos relevantes do direito processual do trabalho por meio da compreensão dos princípios e das garantias processuais.
- ✓ Compreender as diversas formas de solução dos conflitos trabalhista.
- ✓ Dominar as regras do direito processual do trabalho e a correta utilização da terminologia jurídica.
- ✓ Aprender os procedimentos trabalhistas observando seus diferentes ritos.
- ✓ Entender de forma teórica os aspectos práticos do processo trabalhista.
- ✓ Analisar de forma crítica a estrutura processual empregada pelo legislador.
- ✓ Atuar com ética e domínio das tecnologias e métodos definidos na legislação processual.
- ✓ Atuar na área consultiva e contenciosa trabalhista.
- ✓ Correlacionar as disciplinas do direito material com o direito processual trabalhista.
- ✓ Defender com ética, técnica e profissionalismo os direitos e interesses que lhes forem confiados.
- ✓ Pesquisar, interpretar e aplicar adequadamente a jurisprudência.
- ✓ Aplicar os aspectos teóricos do processo trabalhista aos casos concretos.

#### **Bibliografia Básica**

1. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. 5. ed. São Paulo: Gen, 2016.
2. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTR, 2016.
3. SCHIAVI, Mauro. Processo do trabalho. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.

#### **Bibliografia Complementar**

1. ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de Processo do Trabalho. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2105.
2. COSTA, Armando Casimiro. CLT - LTr Consolidação das leis do trabalho. São Paulo: LTr, 2016.
3. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Competência da justiça do Trabalho. São Paulo: Gen, 2016.
4. MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.
5. MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual esquemático de Direito e Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA DE DIREITO UPIS. Brasília: UPIS,2003-. Anual. ISSN 1678-3107 (Periódicos - [Digital] )  
 REVISTA DIREITO GV. São Paulo: Fundação Getulio Vargas,2005-. Semestral. ISSN 1808-2432. (Periódicos - [Digital] )

<b>Disciplina: Método de Solução de Conflitos</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 7º</b>
<b>Ementa</b>		
A etiologia dos conflitos e os métodos consensuais de solução de controvérsias. Os limites da intervenção do Estado e os parâmetros para a vontade do particular. O comportamento socioeconômico. As relações interpessoais. O desenvolvimento de habilidades sociais e comportamentais necessários à gestão de conflitos. A negociação, seus princípios e métodos. A conciliação, a mediação e a arbitragem com seus princípios, métodos e pressupostos técnicos.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolver capacidade de atuar em espaço de embates.</li> <li>✓ Identificar e compreender comportamentos, intenções, problemas, motivos e interesses diversos.</li> <li>✓ Encontrar soluções compatíveis com as situações complexas do cotidiano de forma a equacionar os problemas e buscar respostas harmônicas às demandas individuais e sociais.</li> <li>✓ Conhecer as diferentes formas judiciais e extrajudiciais de prevenção, composição e solução de conflitos de interesses individuais e coletivos.</li> <li>✓ Adquirir domínio das tecnologias e dos métodos atualizados para a permanente compreensão e aplicação do Direito.</li> <li>✓ Desenvolver uma consciência crítica dos problemas de tempo e aliada à capacidade de proceder a julgamentos e tomada de decisões adequadas.</li> <li>✓ Atuar de forma individual, associada e coletiva, no processo comunicativo e executivo inerente ao exercício de sua atividade profissional.</li> <li>✓ Aplicar diferentes métodos de solução de conflitos de acordo com as necessidades de cada caso.</li> <li>✓ Administrar situações em que os envolvidos estejam com os ânimos exaltados.</li> <li>✓ Estimular o desenvolvimento de condições que permitam a reformulação das questões diante de eventuais impasses.</li> <li>✓ Abordar com imparcialidade, além das questões juridicamente tuteladas, todas as questões que possam influenciar na relação social das partes.</li> <li>✓ Adotar postura que inspira respeito e confiança no processo.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. FISCHER, Roger; BRUCE, Patton; URY, William. Como chegar ao sim: Negociação de Acordos Sem Concessões; Tradução Vera Ribeiro e Ana Luiza Borges- 2ª Edição Revisada e Ampliada – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994.</li> <li>2. GARCEZ, José Maria Rossani. Adrs - Métodos Alternativos de Solução de Conflitos. Lumen Juris, 2013.</li> <li>3. SCAVONE Junior, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem - Mediação e Conciliação. São Paulo: Forense, 2016.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALMEIDA, Tânia. Caixa de Ferramentas em Mediação – Aportes práticos e teóricos. 1ª edição – São Paulo: Dash Editora, 2014.</li> <li>2. AZEVEDO, André Gomma (Org). 2012. Manual de Mediação Judicial. (Brasília- DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.</li> <li>3. ROCHA, Caio Cesar Vieira. Arbitragem e mediação: a reforma da legislação brasileira. São Paulo: Atlas, 2015.</li> <li>4. SOUZA, Luciane Moessa de. Resolução Consensual de Conflitos Coletivos Envolvendo Políticas Públicas. 1ª ed. – Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília/FUB, 2014.</li> </ol>		

5. ALMEIDA, Tânia. Caixa de Ferramentas em Mediação - Aportes práticos e teóricos. 1ª edição - São Paulo: Dash Editora, 2014.

#### Periódicos Especializados

REVISTA NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS. Itajaí, SC: Univali, 1995-. Quadrimestral. ISSN 2175-0491 (Periódicos - [Digital])

REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção, 2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital])

**Disciplina: Direito Tributário: Crédito Tributário**

**Carga Horária:**

**Período: 7º**

**80 horas**

#### Ementa

Crédito tributário. Lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Impostos em espécie. Processo administrativo e judicial tributário. Execução fiscal. Administração tributária.

#### Habilidades e competências

- ✓ Compreender o Direito Tributário como ramo autônomo do Direito Público.
- ✓ Diferenciar as especificidades do Direito Tributário e do Direito Financeiro.
- ✓ Correlacionar o Sistema Tributário Nacional, previsto na Constituição Federal, com o Código Tributário Nacional.
- ✓ Conhecer as diferentes espécies tributárias e distingui-las das demais receitas públicas.
- ✓ Compreender as limitações ao poder de tributar a partir da evolução histórica do sistema constitucional e a teoria dos direitos fundamentais.
- ✓ Analisar os temas atuais da tributação nas diferentes esferas federadas.
- ✓ Compreender as diferentes demandas judiciais tributárias e seus respectivos instrumentos de defesa.
- ✓ Atuar com respeito aos valores e princípios que regem o direito tributário e em observância aos limites constitucionais.
- ✓ Aplicar adequadamente a legislação, a doutrina e a jurisprudência, além de outras fontes do direito tributário.
- ✓ Lidar com o avanço tecnológico de modo a garantir a permanente compreensão e aplicação do direito.
- ✓ Utilizar os instrumentos da teoria geral do direito em consonância com os regramentos do sistema tributário no que pertine as especificidades dos atos de fiscalização e de cobrança de tributos.
- ✓ Prestar serviços de consultoria e planejamento fiscal.
- ✓ Atuar de maneira adequada nos litígios oriundos de tributos utilizando-se dos meios de defesa adequados.

#### Bibliografia Básica

1. ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquemático. São Paulo: Método, 2016.
2. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário, 2015.

#### Bibliografia Complementar

1. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2017.
2. MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). Curso de direito tributário. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

3. CASSONE, Vittorio. Direito tributário: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceitos e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2016.
4. CHIMENTI, Ricardo Cunha. Direito tributário: com anotações sobre direito financeiro, direito orçamentário e lei de responsabilidade fiscal. Vol.16. São Paulo: Saraiva, 2016.
5. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA DIREITO GV. São Paulo: Fundação Getulio Vargas,2005-. Semestral. ISSN 1808-2432. ( Periódicos - [Digital] )

PRISMA JURÍDICO São Paulo: UNINOVE,2002-. Semestral. ISSN 1983-9286 ( Periódicos - [Digital] )

<b>Disciplina: Estágio Supervisionado I</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 7º</b>
<b>Ementa</b>		
Prática jurídica simulada orientada ao exercício das atividades inerentes ao bacharel em direito, com ênfase na indispensável interlocução entre a teoria e a prática.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Adquirir conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos para compreensão do Direito nos âmbitos individual e social.</li> <li>✓ Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica.</li> <li>✓ Dominar métodos de pesquisa, legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso.</li> <li>✓ Domínio de diversas áreas do Direito.</li> <li>✓ Percepção da interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas.</li> <li>✓ Atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos.</li> <li>✓ Atuação ética com os demais operadores jurídicos e com os assistidos.</li> <li>✓ Adequada observância do código de ética que define regras para a categoria que integrará.</li> <li>✓ Leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.</li> <li>✓ Produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.</li> <li>✓ Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense.</li> <li>✓ Atuar em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Galdino de. Prática no Processo Civil - Cabimento / Ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos. Editora Atlas, 2016.</li> <li>2. JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini; MACHADO, Angela Cangiano; DEZEM, Guilherme Madeira. Prática Penal - Col. Prática Forense - Vol. 6 - 2013. Revista dos tribunais.</li> </ol>		

3. AZEVEDO, André Gomma (Org). 2012. Manual de Mediação Judicial. (Brasília- DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

#### **Bibliografia Complementar**

1. BUENO. Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. Volume único. 2ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. COLOMBO, Juliano; SILVA, Jaqueline Mielke. Manual da prática civil: teoria e prática. 7. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014.
3. GRECO, Rogerio. Código Penal Comentado. Impetus, 2016.
4. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. Revista dos tribunais, 2015.
5. SILVA, Davi André Costa; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Manual de direito penal: teoria e prática. 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2015.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFG. Goiânia: Faculdade de Direito/UFG,1977-. Semestral. ISSN 0101-7187 (Periódicos - [Digital] )

PENSAR: Revista de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. Fortaleza: Centro de Ciências Jurídicas / Unifor,1992-. Semestral. ISSN 1519-8464. (Periódicos - [Digital] )

### **8º SEMESTRE**

<b>Disciplina: Ética Geral e Profissional</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 8º</b>
<b>Ementa</b>		
<p>Noção geral de ética. As principais concepções da ética na história do pensamento ocidental. Correlações relevantes entre ética, moral, justiça, cidadania e direitos humanos. Relações étnico-raciais e de gênero. O direito e a ética: a deontologia jurídica. Função social das carreiras jurídicas. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Estatuto da advocacia, código de ética e disciplina, regulamento geral e provimentos da OAB.</p>		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender a necessidade de aplicação do direito com ética e responsabilidade social.</li> <li>✓ Desenvolver uma postura ética quanto aos valores humanos, nas relações sociais, no exercício da advocacia e demais atividades profissionais e em todas as situações pessoais ou profissionais.</li> <li>✓ Entender a importância da formação de profissionais qualificados e aptos a viver e assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito.</li> <li>✓ Desenvolver raciocínio jurídico, reflexão crítica e científica, que possibilitem a produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito.</li> <li>✓ Conhecer os regramentos da ética profissional jurídica correlacionando-os aos preceitos constitucionais.</li> <li>✓ Defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade.</li> <li>✓ Contribuir criativamente para o desenvolvimento da comunidade que o cerca.</li> </ul>		

- ✓ Adaptar as inovações jurídico-tecnológicas às necessidades e as exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.
- ✓ Aplicar os mecanismos adequados para o exercício da cidadania em toda sua plenitude.
- ✓ Dominar os conceitos fundamentais da ética jurídica, interpretando e instrumentalizando sua aplicação à luz dos valores constitucionais e infraconstitucionais.

#### **Bibliografia Básica**

1. LÔBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. SANDEL, Michael. Justiça: O que é fazer a coisa certa? São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.
3. PERELMAN, Chaim. Ética e direito. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

#### **Bibliografia Complementar**

1. MAMEDE, Gladston. A advocacia e A Ordem dos Advogados do Brasil. 6ª Ed.. Atlas, 2014.
2. DONDI, Angelo / HAZARD, Geoffrey C. Ética Jurídica – Um estudo comparativo. WMF Martins Fontes, 2015.
3. DROIT, Roger-Pol. Ética – Uma primeira conversa. WMF Martins Fontes, 2014.
4. DWORKIN, Ronald. Raposa e o Porco-Espinho, a Justiça e o Valor. WMF Martins Fontes, 2015.
5. ALMEIDA, Guilherme Assis de; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. Ética e direito: uma perspectiva integrada. São Paulo: Atlas, 2015.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA ESPAÇO JURÍDICO. Chapecó, SC: Unoesc,2007-. Semestral. ISSN 2179-7943 (Periódicos - [Digital] )  
 REVISTA ESTUDOS JURÍDICOS DA UNESP. < Franca, São Paulo: UNESP,2010-. Semestral. ISSN 2179-5177. (Periódicos - [Digital] )

**Disciplina: Direito do Consumidor**

**Carga Horária:**

**80 horas**

**Período: 8º**

#### **Ementa**

Evolução e fundamentos do direito do consumidor. Base constitucional. Princípios. Conceitos básicos. Aspectos sociológicos: comportamento do consumidor e do mercado. Análise econômica do Direito do Consumidor. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta. Publicidade. As práticas abusivas. Proteção comercial. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Superendividamento do consumidor. Defesa do consumidor em juízo.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Conhecer e compreender os conceitos e as relações afetas ao Direito do Consumidor e suas especificidades.
- ✓ Compreender a correlação entre as estruturas sociais, históricas e econômicas e a proteção ao consumidor.
- ✓ Dominar a linguagem e a lógica própria do sistema consumerista.
- ✓ Correlacionar o Direito do Consumidor com os demais ramos do Direito.
- ✓ Desenvolver a capacidade de reflexão crítica a respeito do Direito do Consumidor.

- ✓ Identificar as especificidades das relações de consumo e a amplitude da proteção consumerista, dentro da lógica própria do Direito do Consumidor.
- ✓ Atuar nas estruturas próprias de proteção ao consumo, notadamente os órgãos estatais específicos e entidades da sociedade civil.
- ✓ Compreender e aplicar a doutrina, a legislação e a jurisprudência relacionada ao Direito do Consumidor, bem como sua interdisciplinaridade.
- ✓ Atuar de maneira técnico-jurídica em diferentes instâncias afetas à busca da proteção efetiva das relações de consumo.

#### **Bibliografia Básica**

1. MARQUES, Cláudia Lima et al. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: RT, 2010.
2. NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Curso de Direito de Consumidor. 6.ed. rev. e atual São Paulo: Saraiva, 2011.
3. Benjamin, Antonio Herman; Marques, Cláudia Lima; Bessa, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor, 5ª Ed., Revista dos Tribunais, 2013.

#### **Bibliografia Complementar**

1. Marques, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais, 6ª Ed., Revista dos Tribunais, 2011.
2. GRINOVER, Ada Pellegrini, et al. Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
3. GUIMARÃES, Paulo Jorge Scartezini. Vícios do Produto e do Serviço por Qualidade, Quantidade e Insegurança. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
4. ALMEIDA, João Batista de. Manual de direito do consumidor. São Paulo: Saraiva.
5. BESSA, Leonardo Roscoe. O consumidor e os limites dos bancos de dados de proteção ao crédito. Vol. 5. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR. Porto Alegre, RS: Magister, 2005-. Bimestral. ISSN 1807-9970. (Periódicos - [Digital] )

REVISTA NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS. Itajaí, SC: Univali, 1995-. Quadrimestral. ISSN 2175-0491 (Periódicos - [Digital] )

REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção, 2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital] )

**Disciplina: Direito Administrativo – Atividades Administrativas**

**Carga Horária:**  
**80 horas**

**Período: 8º**

#### **Ementa**

Licitações pública e meio ambiente. Contratos administrativos. Serviços públicos. Concessão e permissão. Responsabilidade extracontratual do Estado. Intervenção do Estado na propriedade privada. Desapropriação. Controle da administração pública. Improbidade administrativa.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Compreender o Direito Administrativo como disciplina teórica-científica relevante para o entendimento dos princípios que regem a atividade administrativa do Estado.
- ✓ Estabelecer conexão entre os preceitos constitucionais e o direito administrativo.
- ✓ Observar a estrutura administrativa do Estado Brasileiro e suas peculiaridades.

- ✓ Compreender as atividades desempenhadas pelo Estado no exercício da Função administrativa.
- ✓ Compreender as relações administrativas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito.
- ✓ Lidar, de forma consciente e responsável, com a inserção do estado nas relações sociais.
- ✓ Identificar e diferenciar as diversas relações mantidas entre o Estado e terceiros.
- ✓ Identificar as normas administrativas incidentes aos casos concretos para sua mais adequada interpretação e aplicação.
- ✓ Ter consciência social e atuar com adequação técnico-jurídica nas instancias administrativa e judicial.
- ✓ Atuar com ética, técnica e profissionalismo na defesa dos interesses públicos ou do interesse dos cidadãos, contra abusos praticados pelos agentes públicos.
- ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos.

#### **Bibliografia Básica**

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo: Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2016.
2. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2016.
3. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo. Dialética, 2017.

#### **Bibliografia Complementar**

1. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2106.
2. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
3. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo. Saraiva, 2016.
4. MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. Niterói: Impetus, 2015.
5. MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 6. São Paulo: Saraiva, 2015.

#### **Periódicos Especializados**

DIREITO E JUSTIÇA: Revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS:2005-. Semestral. ISSN 1984-7718. ( Periódicos - [Digital] )

DIREITO PÚBLICO. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público,2003-. Trimestral. ISSN 1806-8200 ( Periódicos - [Digital] )

<b>Disciplina: Filosofia</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 8º</b>
<b>Ementa</b>		
Os períodos mitológico e Pré-Socrático. A filosofia do Período Clássico ao Greco-Romano: Sócrates, Platão e Aristóteles. O pensamento cristão. Fé e Razão. Os novos valores da ciência. Filosofia moderna. A filosofia do século XX. Pós hegelianismo. Filosofia contemporânea e suas Implicações na dinâmica social. Princípios ontológicos, axiológicos e teleológicos, de forma a vincular e justificar a ética dentro de um contexto sócio humanístico.		
<b>Habilidades e competências</b>		
✓ Compreender a necessária integração entre a filosofia e a vida em sociedade.		

- ✓ Exercitar o pensamento filosófico no sentido de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento.
- ✓ Descobrir a coerência do conhecimento filosófico para uma melhor fundamentação dos argumentos.
- ✓ Desenvolver a pesquisa, a investigação, para se ter a noção exata do que se deseja abordar, com veracidade dos fatos.
- ✓ Entender a importância da Filosofia no mundo e para a realidade que o cerca.
- ✓ Desenvolver atitudes autônomas, como pensar e agir com independência, a partir dos fundamentos filosóficos.
- ✓ Integrar a filosofia com o agir pessoal e político bem como com produção científica.
- ✓ Relacionar a crítica filosófica à promoção integral da cidadania, ao respeito às pessoas, com ênfase na defesa dos direitos humanos.
- ✓ Desencadear habilidades de raciocínio que contribuam para um posicionamento reflexivo e crítico de mundo.
- ✓ Atuar com consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio humanística, de forma crítica e participativa.

#### **Bibliografia Básica**

1. ARANHA, Maria Lúcia. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.
2. BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2007.
3. CHAÚÍ, M. *Convite à Filosofia*. 6ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

#### **Bibliografia Complementar**

1. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1997.
2. MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito*. São Paulo: Atlas, 2010.
- NADER, Paulo. *Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
3. KAUFMANN, Arthur. *Filosofia do direito*. Lisboa: Calouste, 2004.
4. NADER, Paulo. *Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
5. REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2002.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA EM PAUTA: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro: Uerj, Semestral. ISSN 2358-0690

SOCIEDADE E CULTURA. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais/UFG, 2009-. Semestral. ISSN 1980-8194

**Disciplina: Estágio Supervisionado II**

**Carga Horária:**

**80 horas**

**Período: 8º**

#### **Ementa**

Prática jurídica simulada orientada ao exercício das atividades inerentes ao bacharel em direito, com ênfase na indispensável interlocução entre a teoria e a prática.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Adquirir conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos para compreensão do Direito nos âmbitos individual e social.
- ✓ Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica.
- ✓ Dominar métodos de pesquisa, legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso.
- ✓ Domínio de diversas áreas do Direito.

- ✓ Percepção da interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas.
- ✓ Atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos.
- ✓ Atuação ética com os demais operadores jurídicos e com os assistidos.
- ✓ Adequada observância do código de ética que define regras para a categoria que integrará.
- ✓ Leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
- ✓ Produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.
- ✓ Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense.
- ✓ Atuar em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.

#### **Bibliografia Básica**

1. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Galdino de. Prática no Processo Civil - Cabimento / Ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos. Editora Atlas, 2017.
2. JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini; MACHADO, Angela Cangiano; DEZEM, Guilherme Madeira. Prática Penal - Col. Prática Forense - Vol. 6. Revista dos tribunais, 2013.
3. BARRETO, Pedro. Como se preparar para a segunda fase, tributário: exame de ordem. São Paulo: Método.  
AZEVEDO, André Gomma (Org).. Manual de Mediação Judicial. (Brasília- DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, 2012.

#### **Bibliografia Complementar**

1. BUENO. Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. Volume único. 2ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017.
2. SILVA, Davi André Costa; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Manual de direito penal: teoria e prática. 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017.
3. CARRION, Valentin. CLT Comentada. LTR, 2015.
4. OLIVEIRA, Cíntia Machado; JUNIOR, Eugênio Hainzenreder; SAMUEL, Gimea; GÓES, Maurício. Manual de prática trabalhista: teoria e prática. 6. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2016.
5. ALMEIDA, Tânia. Caixa de Ferramentas em Mediação - Aportes práticos e teóricos. 1ª edição - São Paulo: Dash Editora, 2014.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFG. Goiânia: Faculdade de Direito/UFG,1977-. Semestral. ISSN 0101-7187 (Periódicos - [Digital] )

PENSAR: Revista de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. Fortaleza: Centro de Ciências Jurídicas / Unifor,1992-. Semestral. ISSN 1519-8464. ( Periódicos - [Digital] )

#### **9º Semestre**

<b>Disciplina: Tópicos Especiais</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>160 horas</b>	<b>Período: 9º</b>
<b>Ementa</b>		

Reflexão e debate sobre os conceitos e princípios do Direito. Aprofundamento dos pontos relevantes que passaram por alterações recentes, oportunizando uma revisão doutrinário e jurisprudencial.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos.
- ✓ Analisar a complexidade da área jurídica - pública e privada - de forma crítica, dinâmica, fundamentada e alinhada com a realidade social brasileira
- ✓ Aplicar o conhecimento a situações concretas do cenário jurídico brasileiro.
- ✓ Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica.
- ✓ Desenvolver uma postura profissional crítica e ética

#### **Bibliografia Básica**

1. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2017.
2. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
3. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2016.

#### **Bibliografia Complementar**

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo: Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2016
2. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional, 2015.
3. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 19. São Paulo: Saraiva, 2015
4. LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. ed. 13. São Paulo: Saraiva, 2015.
5. BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS. Itajaí, SC: Univali, 1995-. Quadrimestral. ISSN 2175-0491 ( Periódicos - [Digital] )

REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção, 2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital] )

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre, RS: PUC - Minas, 2009-. Semestral. ISSN 2177-6784. (Periódicos - [Digital] )

**Disciplina: Direito Internacional**

**Carga Horária:**

**Período: 9º**

**80 horas**

#### **Ementa**

Sociedade internacional. Fontes do Direito Internacional e o Direito dos tratados. Sujeitos do Direito Internacional: Estados, Organizações Internacionais e entes não-estatais. A pessoa humana como sujeito do Direito Internacional e sua proteção: nacionalidade, apátrida, estatuto do estrangeiro, estatuto do refugiado e asilo. Direito Internacional Humanitário e as forças de paz. Direito Penal Internacional e a responsabilização da pessoa humana. Litígio Internacional e solução pacífica de conflitos. Responsabilidade internacional dos Estados: sanções. Direito Internacional Econômico e os blocos regionais. Domínio Público Internacional. Solução dos conflitos de leis no espaço. Elementos de conexão. Direito Processual Internacional: competência internacional e cooperação internacional.

### Habilidades e competências

- ✓ Compreender os conceitos do Direito Internacional, seus processos de integração regional e internacional e a ampliação da justiciabilidade internacional.
- ✓ Avaliar a atuação do Brasil no cenário internacional, suas posições históricas e atuais, no relacionamento com os Estados estrangeiros e Organismos Internacionais.
- ✓ Analisar a complexidade da área jurídica internacional - pública e privada - de forma crítica, dinâmica, fundamentada e alinhada com a realidade social brasileira.
- ✓ Compreender o ambiente e os procedimentos para o exercício da advocacia internacional, diplomacia, comércio no âmbito das instituições pátrias, tribunais superiores e Supremo Tribunal Federal.
- ✓ Desenvolver um discurso crítico-dialógico sobre a sociedade internacional.
- ✓ Compreender a crescente institucionalização internacional.
- ✓ Identificar a relação entre a jurisdição interna e a jurisdição internacional.
- ✓ Identificar o Direito Internacional como ramo autônomo ressaltando as vertentes do Direito Internacional dos Refugiados, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Penal Internacional.
- ✓ Identificar os estratos de atuação do Poder Público no enfrentamento de novos temas e questões contemporâneas do Direito Internacional.
- ✓ Aplicar as convenções e fontes normativas internacional às situações concretas do cenário internacional.
- ✓ Efetivar a interlocução entre os elementos de conexão do direito internacional com os demais ramos do direito.

### Bibliografia Básica

1. DEL'Olmo, Florisbal de Souza. Curso de direito internacional privado. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
2. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direito internacional público. São Paulo: LRT, 2017.
3. REZEK, Jose Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2016.

### Bibliografia Complementar

1. BASSO, Maristela. Curso de direito internacional privado. São Paulo: Atlas, 2016.
2. FAVARO, Luciano Monti. A solução de controvérsias na Organização Mundial do Comércio: o caso dos pneus reformados advindos da União Europeia, 2016.
3. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direito internacional privado: curso elementar. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
4. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional, 2016.
5. STRENGER, Irineu. Direito internacional privado. São Paulo: LTR, 2015.

### Periódicos Especializados

REVISTA NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS. Itajaí, SC: Univali, 1995-. Quadrimestral. ISSN 2175-0491 (Periódicos - [Digital] )

REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção, 2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital] )

**Disciplina: Optativa I**

**Carga Horária:**

**80 horas**

**Período: 9º**

**Ementa**

A ementa será de acordo com a optativa escolhida. As disciplinas optativas visam garantir a flexibilidade da matriz, permitindo aos alunos direcionar seus estudos para áreas de maior interesse.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ As competências serão definidas de acordo com a optativa escolhida.
- ✓ As habilidades serão definidas de acordo com a optativa escolhida.

#### **Bibliografia Básica**

A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)

#### **Bibliografia Complementar**

A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)

#### **Periódicos Especializados**

A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)

<b>Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 9º</b>
<b>Ementa</b>		
Pesquisa. Escolha do tema. Projeto. Trabalho Científico. Redação. Prazos. Apresentação do resultado intelectual na forma escrita.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender a pesquisa como atividade científica, suas características, linguagem e normas técnicas. Compreender a importância histórica da disciplina como fundamento para todo e qualquer procedimento científico.</li> <li>✓ Analisar as etapas de construção de um projeto de pesquisa científica.</li> <li>✓ Analisar a atividade de pesquisa em relação ao processo de identificação, valoração e delimitação dos métodos e das técnicas de pesquisa.</li> <li>✓ Compreender o processo de elaboração e as etapas de um projeto de pesquisa científica.</li> <li>✓ Apresentar graficamente um trabalho científico de acordo com as regras vigentes.</li> <li>✓ Utilizar corretamente a linguagem pelo entendimento de palavras utilizadas na produção de trabalhos científicos.</li> <li>✓ Desenvolver a capacidade de elaborar e apresentar trabalhos de natureza científica.</li> <li>✓ Identificar, valorar e delimitar métodos e técnicas de pesquisa científica.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. HENRIQUES, Antônio. Monografia no curso de direito: como elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São Paulo: Atlas, 2014.</li> <li>2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2012.</li> <li>3. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ANDRADE, M. M. Introdução a Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2005.</li> </ol>		

2. CASTILHO, Maria Augusta de. Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. VIEIRA, Liliane dos Santos. Pesquisa e monografia jurídica na era da informática. Brasília: Brasília Jurídica, 2014.
4. MEZZAROBÀ, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito: atualizado de acordo com as últimas normas da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2015.
5. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2011.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção, 2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital] )

**Disciplina: Estágio Supervisionado III**

**Carga Horária:**

**Período: 9º**

**80 horas**

#### **Ementa**

Prática Jurídica Real orientada ao exercício das atividades inerentes ao bacharel em direito, com ênfase na indispensável interlocução entre a teoria e a prática.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Adquirir conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos para compreensão do Direito nos âmbitos individual e social.
- ✓ Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica.
- ✓ Dominar métodos de pesquisa, legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso.
- ✓ Domínio de diversas áreas do Direito.
- ✓ Percepção da interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas.
- ✓ Atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos.
- ✓ Atuação ética com os demais operadores jurídicos e com os assistidos.
- ✓ Adequada observância do código de ética que define regras para a categoria que integrará.
- ✓ Leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- ✓ Produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.
- ✓ Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense.
- ✓ Atuar em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.

#### **Bibliografia Básica**

1. HENRIQUES, Antônio. Monografia no curso de direito: como elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São Paulo: Atlas, 2010.
2. CASTILHO, Maria Augusta de. Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2012.

3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2000.

#### **Bibliografia Complementar**

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1997.
2. ANDRADE, M. M. Introdução a Metodologia do Trabalho Científico. Atlas, 2002.
3. VIEIRA, Liliâne dos Santos. Pesquisa e monografia jurídica na era da informática. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.
4. MEZZAROBA, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito: atualizado de acordo com as últimas normas da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2015.
5. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2013.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFG. Goiânia: Faculdade de Direito/UFG,1977-. Semestral. ISSN 0101-7187 (Periódicos - [Digital] )

PENSAR: Revista de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. Fortaleza: Centro de Ciências Jurídicas / Unifor,1992-. Semestral. ISSN 1519-8464. (Periódicos - [Digital] )

### **10º SEMESTRE**

<b>Disciplina: Legislação Penal e Processual Especial</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 10º</b>
<b>Ementa</b>		
<p>Estudo das legislações penais e processuais penais especiais. Notadamente as normas que abordem os temas relacionados ao abuso de autoridade, tráfico de entorpecentes, tortura, discriminação racial, crimes hediondos, violência doméstica contra a mulher e outros considerados de caráter sócio humanísticos.</p>		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender a relação entre a morfologia dos procedimentos e o atendimento aos princípios norteadores da disciplina processual penal.</li> <li>✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao delinear os principais institutos do direito processual penal brasileiro.</li> <li>✓ Conhecer a legislação penal e processual penal especial e os elementos interdisciplinares constantes no rito processual.</li> <li>✓ Elaborar crítica e propor medidas tendentes ao aperfeiçoamento do arcabouço jurídico processual.</li> <li>✓ Traçar, a partir da análise de problemas concretos, a linha de atuação a ser percorrida, embasada na sequência de atos processuais pré-determinados pela legislação.</li> <li>✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Legislação penal especial. ed. 2. São Paulo: Saraiva, 2016.</li> <li>2. NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas, v.1. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.</li> </ol>		

3. NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas, v.2. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

#### **Bibliografia Complementar**

1. ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação penal especial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
2. BINA, Ricardo Ambrosio Fazzani. Legislação penal especial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
3. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: legislação penal especial. vol. 4. ed. 11. São Paulo: Saraiva, 2016.
4. MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 13. São Paulo: Saraiva, 2015.
5. MASSON, Cleber; e MARÇAL, Vinicius. Crime Organizado. Ed. 3. Método, 2017.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção, 2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital] )  
 REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA Porto Alegre, RS: PUC - Minas, 2009-. Semestral. ISSN 2177-6784. (Periódicos - [Digital] )

<b>Disciplina: Direitos Humanos</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 10<sup>o</sup></b>
<b>Ementa</b>		
<p>Estudo dos conceitos e teorias dos Direitos Humanos e sua perspectiva histórica. Conceito de pessoa e dignidade humana. Direitos Humanos e Direito Humanitário. Os tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos em espécie. Sistemas internacionais de proteção de Direitos Humanos. A Constituição brasileira e o Direito internacional dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Grupos vulneráveis e violações de Direitos Humanos. Realização dos Direitos Humanos e seus desafios.</p>		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender procedimentos e mecanismos de defesa para garantia, eficácia e aplicabilidade dos direitos humanos.</li> <li>✓ Assimilar os extratos de atuação do poder público, e os diferentes modos de atuação dos agentes sociais e sujeitos coletivos, na construção de conquista e proteção dos direitos humanos.</li> <li>✓ Perceber a relação entre a jurisdição interna e a jurisdição internacional dos Direitos Humanos.</li> <li>✓ Compreender os direitos humanos como pressuposto para garantia da dignidade humana das minorias no âmbito do Estado Plurinacional Democrático de Direito.</li> <li>✓ Compreender funcionamento global das instituições de proteção regional e internacional dos Direitos Humanos, em especial as organizações internacionais e os tribunais especializados.</li> <li>✓ Articular a teoria humanística e sua interdisciplinaridade com os demais ramos do Direito.</li> <li>✓ Dialogar com os principais institutos, conceitos e dimensões dos direitos humanos provendo articulação entre os planos constitucional e infraconstitucional brasileiro e o discurso jurídico-normativo aplicado no âmbito das relações sociais.</li> <li>✓ Defender o Direito Internacional dos Direitos Humanos como ramo autônomo bem como componente do fenômeno da internacionalização dos direitos, ressaltando-se as vertentes do Direito Internacional dos Refugiados, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Penal Internacional.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		

1. PIOVESAN, Flavia. Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2014.
2. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10. São Paulo: Saraiva, 2015
3. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direitos humanos. Rio de Janeiro: Método, 2014.

#### **Bibliografia Complementar**

1. RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. 3. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547203535.
2. SOUSA JUNIOR, José Geraldo; ESCRIVÃO FILHO, Antonio. Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.
3. WOLKMER, A. C. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva, 2002.
4. RUBIO, David Sánchez. Encantos e desencantos dos Direitos Humanos. De emancipações, libertações e dominações. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.
5. SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2011.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória/FDV,2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/index> >. Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO HUMANOS. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

**Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II**

**Carga Horária:**

**Período: 10º**

**80 horas**

#### **Ementa**

Elaboração de pesquisa, fundamentada na investigação e/ou bibliografia relacionada para a elaboração e apresentação de um trabalho de conclusão de curso, o qual pode ser uma monografia, anteprojeto de Lei ou uma pesquisa supervisionada de prática investigativa, com resultado de pesquisa realizada durante o semestre.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Compreender a pesquisa como atividade científica, suas características, linguagem e normas técnicas.
- ✓ Compreender a importância histórica da disciplina como fundamento para todo e qualquer procedimento científico.
- ✓ Analisar a atividade de pesquisa em relação ao processo de identificação, valoração e delimitação dos métodos e das técnicas de pesquisa.
- ✓ Analisar as etapas de construção do trabalho de conclusão de curso.
- ✓ Compreender o processo de elaboração e as etapas do trabalho de conclusão de curso.
- ✓ Apresentar graficamente um trabalho científico de acordo com as regras vigentes.
- ✓ Utilizar corretamente a linguagem pelo entendimento de palavras utilizadas na produção de trabalhos científicos.

- ✓ Desenvolver a capacidade de elaborar e apresentar trabalhos de natureza científica.
- ✓ Identificar, valorar e delimitar métodos e técnicas de pesquisa científica para o trabalho de conclusão de curso.

#### **Bibliografia Básica**

1. HENRIQUES, Antônio. Monografia no curso de direito: como elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São Paulo: Atlas, 2010.
2. CASTILHO, Maria Augusta de. Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2012.
3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2000.

#### **Bibliografia Complementar**

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1997.
2. ANDRADE, M. M. Introdução a Metodologia do Trabalho Científico. Atlas, 2002.
3. VIEIRA, Liliane dos Santos. Pesquisa e monografia jurídica na era da informática. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.
4. MEZZAROBBA, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito: atualizado de acordo com as últimas normas da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2015.
5. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2013.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção, 2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital] )

<b>Disciplina: Optativa II</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 10º</b>
<b>Ementa</b>		
A ementa será de acordo com a optativa escolhida. As disciplinas optativas visam garantir a flexibilidade da matriz, permitindo aos alunos direcionar seus estudos para áreas de maior interesse.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ As competências serão definidas de acordo com a optativa escolhida.</li> <li>✓ As habilidades serão definidas de acordo com a optativa escolhida.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)		
<b>Periódicos Especializados</b>		
A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)		

<b>Disciplina: Estágio Supervisionado IV</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período: 10º</b>
<b>Ementa</b>		

Prática jurídica simulada orientada ao exercício das atividades inerentes ao bacharel em Direito, com ênfase na indispensável interlocução entre a teoria e a prática.

#### **Habilidades e competências**

- ✓ Adquirir conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos para compreensão do Direito nos âmbitos individual e social.
- ✓ Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica.
- ✓ Dominar métodos de pesquisa de legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso.
- ✓ Conhecer as diversas áreas do Direito.
- ✓ Perceber e compreender a interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas.
- ✓ Atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos.
- ✓ Atuação ética com os demais operadores jurídicos e com os assistidos.
- ✓ Adequada observância do código de ética que define regras para a categoria que integrará.
- ✓ Leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
- ✓ Produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.
- ✓ Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense.
- ✓ Atuar em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.

#### **Bibliografia Básica**

1. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Galdino de. Prática no Processo Civil - Cabimento / Ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos. Editora Atlas, 2016.
2. JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini; MACHADO, Angela Cangiano; DEZEM, Guilherme Madeira. Prática Penal - Col. Prática Forense - Vol. 6: Revista dos tribunais, 2013.
3. AZEVEDO, André Gomma (Org). Manual de Mediação Judicial. (Brasília- DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, 2012.

#### **Bibliografia Complementar**

1. COLOMBO, Juliano; SILVA, Jaqueline Mielke. Manual da prática civil: teoria e prática. 7. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014.
2. GRECO, Rogerio. Código Penal Comentado. Impetus, 2013.
3. SILVA, Davi André Costa; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Manual de direito penal: teoria e prática. 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017.
4. OLIVEIRA, Cíntia Machado; JUNIOR, Eugênio Hainzenreder; SAMUEL, Gimea; GÓES, Maurício. Manual de prática trabalhista: teoria e prática. 6. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2016.
5. ALMEIDA, Tânia. Caixa de Ferramentas em Mediação - Aportes práticos e teóricos. 1ª edição - São Paulo: Dash Editora, 2014.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFG. Goiânia: Faculdade de Direito/UFG,1977-. Semestral. ISSN 0101-7187 (Periódicos - [Digital] )  
 PENSAR: Revista de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. Fortaleza: Centro de Ciências Jurídicas / Unifor,1992-. Semestral. ISSN 1519-8464. ( Periódicos - [Digital] )

**Disciplinas Optativas**

<b>Disciplina: Gestão Organizacional (EAD)</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período:</b>
<b>Ementa</b>		
Funções administrativas de planejamento, organização, direção e controle. Ferramentas de gestão. Aprendizagem organizacional, carreira e educação continuada. Perspectivas e escolhas profissionais. Temas emergentes em negócios. Ambientes organizacionais. Liderança e gestão. Gestão da mudança. Novos negócios.		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diferenciar as funções administrativas e as ferramentas de gestão.</li> <li>✓ Efetuar análises de melhorias no ambiente organizacional baseado PODC e ferramentas administrativas.</li> <li>✓ Posicionar-se de forma mais adaptável a novos ambientes e perfis de liderança.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. RUAS, Roberto L., BOFF, Luiz H. ANTONELLO, Claudia S. Os novos horizontes da gestão: Aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2008. (16ex. 2009).</li> <li>2. SETTE TORRES, Ofélia de Lanna. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. vol.3 São Paulo: Atlas, 2010.</li> <li>3. SILVA, Reinaldo Oliveira da. Teorias da administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Bibliografia Complementar: BATEMAN, Thomas S. Administração: construindo vantagens competitivas. São Paulo: Atlas, 2011.</li> <li>2. BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2011.</li> <li>3. MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2010.</li> <li>4. ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</li> <li>5. SCHEIN, Edgar H. Cultura organizacional e liderança. São Paulo: Atlas, 2009.</li> </ol>		
<b>Periódicos Especializados</b>		
REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO PÚBLICA: PRÁTICAS E DESAFIOS. Pernambuco: UFPE,. Semestral. ISSN 2177-1243 (Periódicos - [Digital] ) REVISTA ESPAÇO JURÍDICO. Chapecó, SC: Unoesc,2007-. Semestral. ISSN 2179-7943 ( Periódicos - [Digital] )		

<b>Disciplina: Libras</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período: 10º</b>
<b>Ementa</b>		
Línguas de sinais e minoria linguística; as diferentes línguas de sinais; status da língua de sinais no Brasil; cultura surda; organização linguística de LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico.		
<b>Habilidades e competências</b>		

- ✓ Conhecer as concepções sobre surdez e a constituição do sujeito surdo;
- ✓ Identificar os conceitos básicos relacionados à LIBRAS;
- ✓ Analisar a história da língua de sinais brasileira enquanto elemento constituidor do sujeito surdo;
- ✓ Conhecer e elaborar instrumentos de exploração da Língua de Sinais Brasileira.
- ✓ Caracterizar e interpretar o sistema de transcrição para a LIBRAS;
- ✓ Caracterizar as variações linguísticas, iconicidade e arbitrariedade da LIBRAS;
- ✓ Identificar os fatores a serem considerados no processo de ensino da Língua de Sinais Brasileira dentro de uma proposta Bilíngue;

#### **Bibliografia Básica**

1. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira: estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artes Médicas.
2. CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza silva de. Comunicação por língua brasileira de Sinais: livro básico. Brasília: Editora SENAC- DF.
3. CAPOVILLA, Fernando César; MAURICIO, Aline Cristina L.; RAPHAEL, Walquiria Duarte. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira: sinais de A a H e I a Z. São Paulo: Edusp.

#### **Bibliografia Complementar**

1. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.
2. GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 2014.
3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Lingüísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004.
4. WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva. 2ª. Edição. Editora Wva, Rio de Janeiro, 2013.
5. RAPHAEL, Walkiria Duarte; CAPOVILLA, Fernando César. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira - Vol. 1, 2 e 3. EDUSP, 2000.

#### **Periódicos Especializados**

<b>Disciplina: Política da Criança, Adolescente e Juventude</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>	<b>Período:</b>
<b>Ementa</b>		
<p><b>Abordagem sócio-política e sócio humanística acerca da</b> constituição histórica da infância, adolescência e juventude na Europa e no contexto nacional. A interface com o desenvolvimento das instituições sociais: Família; Sociedade e Estado. <b>Estatuto da Criança e do Adolescente; Definições; Princípios do Direito da Criança e do Adolescente; Proteção integral; Definições; Conselho Tutelar; Adoção; Ministério Público; Política de atendimento; Medidas socioeducativas;</b> as políticas de proteção à infância e adolescência no Brasil. Diversidade e pluralidade da infância, adolescência e juventude: Gênero, questões étnico-raciais, meio ambiente, indígena, etc. As principais expressões da violação da cidadania referente a Infância, adolescência e juventude na contemporaneidade.</p>		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Entender a constituição histórica e política da cidadania da criança, do (a) adolescente e do (a) jovem.</li> </ul>		

- ✓ Compreender o desenvolvimento sócio histórico e político sobre a infância, adolescência e juventude na Europa e no contexto nacional.
- ✓ Reconhecer os instrumentos jurídicos-legais e políticos de proteção sobre a infância, adolescência e juventude no Brasil.
- ✓ Compreender as diversas violações da cidadania que recaem sobre a criança, adolescente e jovem no contexto nacional.
- ✓ Compreender a diversidade sobre o signo do seguimento infanto-juvenil seja nas características étnico-raciais e nas formações regionais do Brasil.
- ✓ Desenvolver uma postura profissional crítica e ética.
- ✓ Identificar as principais legislações e políticas de proteção à infância, adolescência e juventude no contexto nacional.
- ✓ Analisar criticamente os principais desafios da implementação da cidadania do seguimento infanto-juvenil no Brasil.
- ✓ Apresentar os principais dados sobre a infância, adolescência e juventude brasileira relacionando-as as questões étnicos-raciais, de gênero e diversidade sexual, regionalidade, entre outros.
- ✓ Ler e interpretar criticamente os dados internacionais e nacionais sobre a infância, adolescência e juventude.
- ✓ Pesquisar as diversas políticas públicas e/ou sociais que enfrentam as diversas expressões da questão social existentes contra o seguimento infanto-juvenil no Brasil.

#### **Bibliografia Básica**

1. ARIES, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
2. CERQUEIRA, Fernanda D'Aquino Mafra. Estatuto da Criança e do Adolescente: noções gerais. Brasília: Fortium, 2015.
3. RIZZINI, Irene; PILLOTI, Francisco (orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

#### **Bibliografia Complementar**

1. BOCK, A. M. B et al. Instituições, grupos sociais, socialização e identidade. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. ELIAS, Roberto João. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva.
3. SARMENTO, Manuel, et al. Estudos da infância: educação e práticas sociais. São Paulo: Editora Vozes, 2007.
4. TAVARES, José de Farias. Direito da infância e da juventude. Belo Horizonte, MG: Del Rey.

#### **Periódicos Especializados**

REVISTA EM PAUTA: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro: Uerj, Semestral. ISSN 2358-0690

SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS. Rio de Janeiro: ANPED. Quadrimestral. ISSN 0873-6529

SOCIEDADE E CULTURA. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais/UFG,2009-. Semestral. ISSN 1980-8194

<b>Disciplina: Seguridade Social: Previdenciário</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período:</b>
<b>Ementa</b>		
<p>Análise histórica da política de previdência social: determinantes políticos, socioeconômicos, ambientais e institucionais, no âmbito da relação Estado e Sociedade. A pobreza de massa no capitalismo e a constituição da seguridade social na Europa. Os modelos bismarkiano e beveridgiano. O sistema de seguridade social, instituído na Constituição brasileira de 1988. A política de previdência social no contexto da seguridade social: interfaces com a assistência social e saúde. Análise das políticas de previdência abordando: bases conceituais e legais, princípios e diretrizes, natureza e alcance dos direitos. Estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários. Impacto da seguridade social na redução das desigualdades sociais. A contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático das políticas de previdência.</p>		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender o desenvolvimento histórico da profissão, no que compete a dimensão ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológico.</li> <li>✓ Desenvolver uma postura profissional crítica e ética.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. AMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2011.</li> <li>2. MOTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2011.</li> <li>3. IBRAHI, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. Ed. Impetus.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. FALEIROS, V. P. Saber profissional e poder institucional. São Paulo: Editora Cortez, 2009.</li> <li>2. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 16. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2011.</li> <li>3. MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>4. SANTOS, Marisa Ferreira dos. Curso de Direito Previdenciário Esquemático. Ed. Saraiva.</li> <li>5. FELIPE, J. Franklin Alves. Curso de Direito Previdenciário. Ed. Forense.</li> </ol>		
<b>Periódicos Especializados</b>		
<p>REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção,2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital] )</p> <p>REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre, RS: PUC - Minas,2009-. Semestral. ISSN 2177-6784. ( Periódicos - [Digital] )</p>		

<b>Disciplina: Formação Sócio- histórica do Brasil</b>	<b>Carga Horária:</b> <b>80 horas</b>	<b>Período:</b>
<b>Ementa</b>		
<p>A herança colonial e a constituição do Estado nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo. Transição democrática e neoliberalismo. O processo de globalização e formas de inserção do Brasil. A constituição dos sujeitos políticos e a luta de classes ao longo dos principais processos sócio históricos.</p>		
<b>Habilidades e competências</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compreender desenvolvimento sócio histórico e político Europeu.</li> <li>✓ Entender a influência da expansão europeia para o desenvolvimento da histórica nacional.</li> <li>✓ Compreender acerca da expansão do sistema econômico capitalista e seu reflexo no contexto nacional.</li> <li>✓ Apreender de maneira crítica os processos históricos e sociais de produção e reprodução das relações sociais advindas de questões como: gênero, raça, pertencimento étnico, classe social.</li> <li>✓ Compreender a articulação desses conhecimentos para o entendimento de como se constrói as políticas públicas e sociais voltadas ao desenvolvimento humano.</li> <li>✓ Identificar as especificidades da formação histórica e sua interface com o desenvolvimento social e econômico nacional, regional e locais.</li> <li>✓ Identificar as razões sócio históricas e políticas que influenciam na promoção das necessidades dos grupos socialmente vulneráveis.</li> <li>✓ Analisar o movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país.</li> <li>✓ Realizar análises críticas sobre a conjuntura social e política nacional.</li> <li>✓ Identificar as diversas expressões da questão social na cena contemporânea.</li> </ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil.</li> <li>2. FAUSTO, Boris. <i>História do Brasil</i>. São Paulo: EDUSP, 2013.</li> <li>3. SEVCENKO, N. (org.). <i>História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio</i>. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade. <i>Para uma teoria geral da política</i>. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2012.</li> <li>2. GREMAUD, Amaury; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval/ TONETO JR, Rudinei. <i>Economia brasileira contemporânea</i>. São Paulo: Atlas, 2013.</li> <li>3. NETTO, José Paulo. <i>Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64</i>. São Paulo, SP: Cortez, 2013.</li> <li>4. RIBEIRO, João Ubaldo. <i>Política: Quem Manda, Porque Manda, Como Manda</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.</li> <li>5. SOARES, Laura Tavares. <i>Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina</i>. São Paulo: Cortez, 2009.</li> </ol>		
<b>Periódicos Especializados</b>		
<p>REVISTA EM PAUTA: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro: Uerj, Semestral. ISSN 2358-0690</p> <p>SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS. Rio de Janeiro: ANPED. Quadrimestral. ISSN 0873-6529</p>		

SOCIEDADE E CULTURA. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais/UFG,2009-. Semestral.  
ISSN 1980-8194

